PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
FLS. 1
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
CNPJ: 06.184.253/0001-49
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em **04 de novembro de 2024**, procedeu-se a abertura do **Processo Administrativo nº 0411002/2024**, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pedreiras/MA.** Com este fim e para constar, eu, **Amanda Victória Carvalho Oliveira Lima,** lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

Pedreiras/MA, 04 de novembro de 2024.

Amanda Carvalho.

Amanda Victória Carvalho Oliveira Lima
Coordenadora de Protocolo Geral

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 2
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Pelo presente instrumento, encaminha-se ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, aos cuidados do Sr. MARCOS BRUNIERI DE FREITAS, Documento de Formalização da Demanda – DFD, para análise de conveniência e oportunidade quanto a autorização e classificação da necessidade da contratação e demais providências cabíveis.

SETOR REQUISITANTE (Unidade/Setor/Departamento):	
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
Responsável pela formalização da demanda:	
MARCIA DE LIMA SILVA MONTE	
E-mail Institucional:	**Função**
infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br	Agente Administrativo

1. JUSTIFICATIVA

1.1. O presente documento manifesta a necessidade de realizar o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pedreiras/MA, tendo em vista a necessidade na continuidade dos serviços deste objeto.

1.2. **Justificativa da necessidade da contratação**

1.2.1. O presente processo de prestação de serviços de locação de veículos justifica-se pela necessidade das demandas existentes para atendimento as atividades diárias dos funcionários junto aos órgãos oficiais para tratar assuntos do Município de Pedreiras/MA, diante destes fatos elencados e para que não haja descontinuidade dos serviços essenciais prestados por este município, necessita-se a locação de veículos para a atendimento da referida demanda.

1.2.2. Justifica-se a presente prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, para assegurar bom funcionamento das ações administrativas desenvolvidas, por este poder executivo municipal, possibilitando os serviços essenciais de transporte de funcionários, em atendimento às demandas operacionais solicitadas.

2. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A adoção do sistema de Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, justifica-se nos termos do art. 82 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.462, de 31 de Março de 2023, dispor sobre o sistema de registro de preços. Com a finalidade de garantir a eficiência e a celeridade na prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, o Sistema de Registro de Preços mostra-se como a estratégia mais adequada pelas seguintes razões:

- Flexibilidade de quantitativos: A natureza variável da demanda dos serviços de locação de veículo tipo caminhão basculante 6m³, implica a necessidade de flexibilização

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

das quantidades a serem adquiridas, conforme o art. 83, permitindo à Administração a possibilidade de contratar mais ou menos, conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de contratação.

- Agilidade no atendimento das necessidades: Diante de situações imprevisíveis, onde há uma necessidade urgente de contratação, o sistema de Registro de Preços permite contratações rápidas e eficientes, em conformidade com o art. 85 da Lei 14.133, que prioriza a efetividade e celeridade nas ações da Administração Pública.

- Economia e adequação dos preços ao mercado: O registro de preços assegura, nos termos do art. 23 e seus parágrafos, o acompanhamento e a compatibilidade dos valores com os preços de mercado, evitando-se assim a ocorrência de sobrepreço ou superfaturamento.

- Contratação mais vantajosa: O art. 1 da Lei 14.133 prioriza a seleção da proposta mais vantajosa e a busca pela economicidade. Diante disso, o registro de preços permite a Administração realizar contratações cujo critério seja o de menor preço ou maior desconto, alinhado ao inciso V do art. 82, otimizando os recursos públicos.

- Gestão eficiente: O sistema de registro de preços simplifica o processo de gestão de contratos, ao reduzir a frequência de licitações, proporcionando melhor planejamento e utilização dos recursos, de acordo com os princípios estabelecidos pelo art. 40.

- Possibilidade de adesão de outros órgãos: O art. 86 permite que outros órgãos e entidades adiram à ata de registro de preços, maximizando a eficácia da contratação, expandindo o atendimento à necessidade pública e promovendo cooperação entre diferentes esferas administrativas.

2.2. Em razão do exposto e alinhado às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como o mais apropriado para a presente contratação, alinhando-se aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade, além de estar em conformidade com as diretrizes da Lei 14.133/2021.

3. QUANTIDADE DE BENS/SERVIÇOS A SER ADQUIRIDO

2.1. A demanda dos serviços previstos está na tabela a seguir, onde demonstram os itens, quantitativos e especificações da contratação e os mesmos são meramente estimativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) – Sem Condutor	Mês	12
02	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor	Mês	12
03	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor	Mês	12
04	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor	Mês	12
05	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor (I)	Mês	12
06	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor (II)	Mês	12

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/2024
FLS. 4
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

4. ENCAMINHAMENTO

4.1. Encaminhe-se à autoridade competente da Área Administrativa, que deverá decidir motivadamente sobre o prosseguimento e classificação da contratação.

Pedreiras – MA, 04 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

MARCIA DE LIMA SILVA MONTE
Agente Administrativo

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS. 5
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO, torna público, em obediência aos dispostos nos Arts. 7º e 9° do Decreto Federal nº 11.462/2023 na competência de ÓRGÃO GERENCIADOR, registra sua INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP no âmbito Municipal, bem como convida os Órgãos e entidades interessadas em participar, na condição de Órgão Participante, do **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pedreiras/MA**, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, no e-mail infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br, manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

1 - Especificações do item ao registro de preços do qual pretende participar.
2 - Da estimativa de consumo
3 - Do local de entrega.

O processo administrativo será conduzido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, como órgão gerenciador da respectiva Ata de Registro de Preços, e a gestão dos respectivos contratos caberá aos órgãos e entidades participantes.

A estratégia da contratação, execução e gestão do objeto a ser contratado serão especificadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência.

Os quantitativos registrados nesta IRP são preliminares, podendo divergir dos estimados publicados no edital.

Diante do exposto, comunicamos que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, no uso de suas atribuições regulamentares, disponibiliza a IRP, consideradas as seguintes condições:

a) poderão participar desta IRP as entidades no âmbito municipal;
b) Prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro de Preços: será de oito dias úteis, a partir da INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO - IRP, conforme Art. 9º do Decreto Federal n° 11.462/2023.
c) A manifestação de interesse em participar do registro de preços, implicará em concordância com o objeto e condições da licitação.

d) O encaminhamento de documentação incompleta ou o pedido intempestivo, implicará na não inclusão do órgão no Registro de Preços.

O Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) Meses, podendo ser prorrogada conforme dispositivo legal.

Maiores informações, dúvidas ou esclarecimentos poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, localizada à Avenida Abílio Monteiro, nº 1020, CEP: 65.725-000, Bairro Engenho – Pedreiras/MA, ou poderão ser enviados ao endereço eletrônico infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br.

Pedreiras/MA, 04 de novembro de 2024.

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/1002/2024
FLS: 7
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO, torna público, em obediência aos dispostos nos Arts. 7º e 9° do Decreto Federal nº 11.462/2023 na competência de ÓRGÃO GERENCIADOR, registra sua INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP no âmbito Municipal, bem como convida os Órgãos e entidades interessadas em participar, na condição de Órgão Participante, do **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonete, destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pedreiras – MA**, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência. Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, no e-mail infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br, manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de: 1 - Especificações do item ao registro de preços do qual pretende participar. 2 - Da estimativa de consumo 3 - Do local de entrega. O processo administrativo será conduzido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, como órgão gerenciador da respectiva Ata de Registro de Preços, e a gestão dos respectivos contratos caberá aos órgãos e entidades participantes. A estratégia da contratação, execução e gestão do objeto a ser contratado serão especificadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência. Os quantitativos registrados nesta IRP são preliminares, podendo divergir dos estimados publicados no edital. Diante do exposto, comunicamos que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, no uso de suas atribuições regulamentares, disponibiliza a IRP, consideradas as seguintes condições: a) poderão participar desta IRP as entidades no âmbito municipal; b) Prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro de Preços: será de oito dias úteis, a partir da INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO - IRP, conforme Art. 9º do Decreto Federal n° 11.462/2023. c) A manifestação de interesse em participar do registro de preços, implicará em concordância com o objeto e condições da licitação. d) O encaminhamento de documentação incompleta ou o pedido intempestivo, implicará na não inclusão do órgão no Registro de Preços. O Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) Meses, podendo ser prorrogada conforme dispositivo legal. Maiores informações, dúvidas ou esclarecimentos poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, localizada à Avenida Abílio Monteiro, nº 1020, CEP: 65.725-000, Bairro Engenho – Pedreiras/MA, ou poderão ser enviados ao endereço eletrônico infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br. Pedreiras/MA, 04 de novembro de 2024. Marcos Brunieri de Freitas - Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

PEDREIRAS/MA
PROCESSO
FLS 8

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - LICITAÇÕES - AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS.: 001/2024

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO, torna público, em obediência aos dispostos nos Arts. 7º e 9° do Decreto Federal nº 11.462/2023 na competência de ÓRGÃO GERENCIADOR, registra sua INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP no âmbito Municipal, bem como convida os Órgãos e entidades interessadas em participar, na condição de Órgão Participante, do **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pedreiras – MA**, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência. Os órgãos q ue tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para a Secretaria Municipal de Infraestrutur a e Urbanismo, no e-mail infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br, manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de: 1 - Especificações do item ao registro de preços do qual pretende participar. 2 - Da estimativa de consumo 3 - Do local de entrega. O processo administrativo será conduzido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, como órgão gerenciador da respectiva Ata de Regist ro de Preços, e a gestão dos respectivos contratos caberá aos órgãos e entidades participantes. A estratégia da contratação, execução e gestão do objeto a ser contratado serão especificadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência. Os quantitativos registrados nesta I RP são preliminares, podendo divergir dos estimados publicados no edital. Diante do exposto, comunicamos que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, no uso de suas atribuições regulamentares, disponibiliza a IRP, consideradas as seguintes condições: a) poderão participar desta IRP as entidades no âmbito municipal; b) Prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro de Preços: será de oito dias úteis, a partir da INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO - IRP, conforme Art. 9º do Decreto Federal n° 11.462/2023. c) A manifestação de interesse em participar do registro de preços, implicará em concordância com o objeto e condições da licitação. d) O encaminhamento de doc umentação incompleta ou o pedido intempestivo, implicará na não inclusão do órgão no Registro de Preços. O Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) Meses, podendo ser prorrogada conforme dispositivo legal. Maiores informações, dúvidas ou esclarecimentos p oderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, localizada à Avenida Abílio Monteiro, nº 1020, CEP: 65.725 -000, Bairro Engenho – Pedreiras/MA, ou poderão ser enviados ao endereço eletrônico infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br. Pedreiras/MA, 04 de novembro de 2024. Marcos Brunieri de Freitas - Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - LICITAÇÕES - AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS.: 002/2024

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO, torna público, em obediência aos dispostos nos Arts. 7º e 9° do Decreto Federal nº 11.462/2023 na competência de ÓRGÃO GERENCIADOR, registra sua INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP no âmbito Municipal, bem como convida os Órgãos e entidades interessadas em participar, na condição de Órgão Participante, do **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo (caminhão pipa, caminhão baú, caminhão 3x4), destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pedreiras – MA**, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, conforme condições estab elecidas no Termo de Referência. Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar oficio para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, no e-mail infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br, manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de: 1 - Especificações do item ao registro de preços do qual pretende participar. 2 - Da estimativa de consumo 3 - Do local de entrega. O processo administrativo será conduzido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, como órgão gerenci ador da respectiva Ata de Registro de Preços, e a gestão dos respectivos contratos caberá aos órgãos e entidades participantes. A estratégia da contratação, execução e gestão do objeto a ser contratado serão especificadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de R eferência. Os quantitativos registrados nesta IRP são preliminares, podendo divergir dos estimados publicados no edital. Diante do exposto, comunicamos que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, no uso de suas atribuições regulamentares, disponibiliza a IRP, considera das as seguintes condições: a) poderão participar desta IRP as entidades no âmbito municipal; b) Prazo para manifestação de interesse em parti cipar do presente Registro de Preços: será de oito dias úteis, a partir da INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO - IRP, conforme Art. 9º do Decreto Federal n° 11.462/2023. c) A manifestação de interesse em participar do registro de preços, implicará em concordância com o objeto e con dições da licitação. d) O encaminhamento de documentação incompleta ou o pedido intempestivo, implicará na não inclusão do órgão no Registro de Pr eços. O Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) Meses, podendo ser prorrogada conforme dispositivo legal. Maiores informa ções, dúvidas ou esclarecimentos poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, localizada à Avenida Abílio Montei ro, nº 1020, CEP: 65.725-000, Bairro Engenho – Pedreiras/MA, ou poderão ser enviados ao endereço eletrônico infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br. Pedreiras/MA, 04 de novembro de 2024. Marcos Brunieri de Freitas - Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA - LICITAÇÕES - EXTRATOS DE CONTRATOS: 20240671/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20240671/2024 . PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS e a empresa: M A R DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ 42.034.494/0001-75. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de frutas (inclusive polpa),verduras e legumes, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Pedreiras -MA., conforme PREGÃO N° PE 026-2024 e proposta apresentada. BASE LEGAL: Lei n° 14.133/2021 e suas alterações. VALOR: R$ 22.215,00 (vinte e dois mil, duzentos e quinze reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024 Atividade 0217.103020005.2.059 Gestão do MAC - Assistência Média e Alta Complexidade , Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07, no valor de R $ 22.215,00. VIGÊNCIA: 15 de Outubro de 2024 a 31 de Dezembro de 202 4. SIGNATÁRIOS: O Sr.(a) ARILENE BEZERRA OLIVEIRA LEITÃO - Secretária Municipal de Saúde pela Contratante e Sr.(a) MARCOS A NTONIO DA SILVA SANTOS, pela contratada. Pedreiras - MA, 15 de Outubro de 2024. ARILENE BEZERRA OLIVEIRA LEITÃO Secretária Municipal de Saúde.

FUNDAÇÃO PEDREIRENSE DE CULTURA E TURISMO - ERRATA - ERRATA DE PUBLICAÇÃO: 005/2024

ERRATA Nº 005/2024
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024

CPF: ***.389.343-** - Data: 04/11/2024 - IP com n°: 192.168.100.101
Autenticação em: www.pedreiras.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2238

Clicksign 21111d7f-14f8-4309-a13a-85a4b2a4951f

PEDREIRAS/MA
Proc. 04311002/2024
FLS. 9
Rub.

Ao Sr.
MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA

Prezado Senhor,

Tendo tomado conhecimento da Intenção do Registro de Preço, manifestado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, encaminhamos nossa manifestação de Intenção de Registro de Preço, como ÓRGÃO PARTICIPANTE do referido processo licitatório.

Sendo assim, segue em anexo nossa manifestação e planilha com a discriminação e o quantitativo dos itens, conforme previsto no Decreto Federal nº 11.462/2023 e suas alterações.

Atenciosamente,

Pedreiras/MA, 06 de novembro de 2024

DAMIÃO FELIPE BARBOSA
Secretário Municipal de Administração

PEDREIRAS/MA
Proc 04/11/2024
FLS. 10
Rub.

MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em obediência ao art. 8º do Decreto Federal nº 11.462/2023, na competência de ÓRGÃO PARTICIPANTE, Manifesta seu Interesse de Participação no Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, que será realizada sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, conforme as condições elencadas na Intenção de Registro de Preços. Segue abaixo as especificações e as quantidades estimadas desta Secretaria de Administração.

PLANILHA COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor	Mês	12

Pedreiras/MA, 06 de novembro de 2024

DAMIÃO FELIPE BARBOSA
Secretário Municipal de Administração

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Por meio de Documentos de Formalização da Demanda – DFD, realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo e manifestação de Intenção de Registro de Preços da Secretaria Municipal de Administração, juntado nos autos do Processo Administrativo nº 0411002/2024, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, atesta a necessidade do Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA, fundamentando-se nos artigos e 6 e 18 da Lei 14.133/2021.

a) Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA;

No intuito de que seja apresentado Estudo Técnico Preliminar – ETP e realizada a análise de riscos, se for o caso, DESIGNO os seguintes agentes públicos para compor Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), que serão coordenados pelo primeiro:

I. Marcia de Lima Silva Monte – (Agente de Administrativo), Integrante Requisitante:

II. Gecelio Ferreira da Silva – (Agente de Administrativo), Integrante Técnico.

Encaminhem-se os autos ao coordenador da EPC, para providências necessárias, comunicando-se os integrantes e a coordenadoria de licitações, se necessário, nos termos do Art. 6º, do decreto Municipal nº 013/2023.

Pedreiras – MA, 18 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 12
Rub.

Ao Senhor
Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

DESPACHO

Em resposta a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, encaminho em anexo, os autos do Processo Administrativo 0411002/2024, onde agora constam o Estudo Técnico Preliminar – ETP, solicitado visando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Pedreiras/MA, em 21 de novembro de 2024.

MARCIA DE LIMA SILVA MONTE
Agente de Administrativo

GECELIO FERREIRA DA SILVA
Agente de Administrativo

PEDREIRAS/MA
PROC. 0411002/2024
FLS. 13
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente Estudo Técnico Preliminar visa analisar a viabilidade técnica e econômica, bem como fornecer informações relevantes para subsidiar o processo licitatório visando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA, de acordo com o documento de formalização de demanda elaborado pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo e Intenção de Registro de Preço da Secretaria Municipal de Administração, conforme consta nos autos processo administrativo nº 0411002/2024.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Identificação da demanda

2.1.1. O presente documento manifesta a necessidade do Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA, tendo em vista a necessidade da contratação dos serviços de locação mencionados.

2.2 Justificativa da necessidade da contratação

2.2.1 O presente processo de prestação de serviços de locação de veículos justifica-se pela necessidade das demandas existentes para atendimento as atividades diárias dos funcionários junto aos órgãos oficiais para tratar assuntos do Município de Pedreiras/MA, diante destes fatos elencados e para que não haja descontinuidade dos serviços essenciais prestados por este município, necessita-se a locação de veículos para a atendimento da referida demanda.

2.2.2 Justifica-se a presente prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, para assegurar bom funcionamento das ações administrativas desenvolvidas, por este poder executivo municipal, possibilitando os serviços essenciais de transporte de funcionários, em atendimento às demandas operacionais solicitadas.

2.3 Resultados almejados

2.3.1. Transparência: O processo licitatório permite que as empresas interessadas participem de maneira transparente e justa, garantindo que a escolha do fornecedor seja feita de forma clara e sem favorecimentos.

2.3.2. Melhores preços: Ao abrir o processo para várias empresas concorrentes, a prefeitura tem a oportunidade de receber propostas competitivas, o que pode resultar em preços mais baixos para os itens adquiridos.

2.3.3. Qualidade dos serviços/materiais: Através da licitação, a prefeitura pode estabelecer critérios de qualidade para os serviços/materiais, garantindo que apenas serviços/produtos de boa qualidade sejam adquiridos para uso nas instituições municipais.

2.3.4. Economicidade: O processo licitatório visa a busca pela melhor relação custo-benefício para a administração pública, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e

PEDREIRAS/MA
PROC. 04110024/2024
FLS. 14
Rub.

econômica na contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete.
2.3.5. Regularidade e conformidade legal: A realização de licitação para aquisição de bens e serviços é um requisito legal para a administração pública, garantindo a conformidade com as leis e regulamentos relacionados à contratação de fornecedores.

2.4 Contratação e o Planejamento
2.4.1. O Plano de Contratação Anual (PCA) é uma inovação trazida pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLC), e está sendo regulamentada por este órgão e trata – se de um instrumento importantíssimo na construção de uma gestão de excelência, de promoção da transparência e de aprimoramento da governança pública, com o aprimoramento continuado da gestão de aquisições e contratos e, mais importante, para conferir maior realismo à elaboração dos orçamentos.

3. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A adoção do sistema de registro de preços para a futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, justifica-se nos termos do art. 82 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.462, de 31 de Março de 2023, dispor sobre o sistema de registro de preços. Com a finalidade de garantir a eficiência e a celeridade na contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, o sistema de registro de preços mostra-se como a estratégia mais adequada pelas seguintes razões:

- Flexibilidade de quantitativos: A natureza variável da demanda dos serviços de locação de veículo tipo caminhonete, implica a necessidade de flexibilização das quantidades a serem adquiridas, conforme o art. 83, permitindo à Administração a possibilidade de contratar mais ou menos, conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de contratação.

- Agilidade no atendimento das necessidades: Diante de situações imprevisíveis, onde há uma necessidade urgente de contratação, o sistema de Registro de Preços permite contratações rápidas e eficientes, em conformidade com o art. 85 da Lei 14.133, que prioriza a efetividade e celeridade nas ações da Administração Pública.

- Economia e adequação dos preços ao mercado: O registro de preços assegura, nos termos do art. 23 e seus parágrafos, o acompanhamento e a compatibilidade dos valores com os preços de mercado, evitando-se assim a ocorrência de sobrepreço ou superfaturamento.

- Contratação mais vantajosa: O art. 1 da Lei 14.133 prioriza a seleção da proposta mais vantajosa e a busca pela economicidade. Diante disso, o registro de preços permite a Administração realizar contratações cujo critério seja o de menor preço ou maior desconto, alinhado ao inciso V do art. 82, otimizando os recursos públicos.

- Gestão eficiente: O sistema de registro de preços simplifica o processo de gestão de contratos, ao reduzir a frequência de licitações, proporcionando melhor planejamento e utilização dos recursos, de acordo com os princípios estabelecidos pelo art. 40.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

- Possibilidade de adesão de outros órgãos: O art. 86 permite que outros órgãos e entidades adiram à ata de registro de preços, maximizando a eficácia da contratação, expandindo o atendimento à necessidade pública e promovendo cooperação entre diferentes esferas administrativas.

3.2. Em razão do exposto e alinhado às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, conclui-se que o sistema de registro de preços apresenta-se como o mais apropriado para a presente contratação, alinhando-se aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade, além de estar em conformidade com as diretrizes da Lei 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. Considerando que para a prestação dos serviços constantes neste instrumento não há variedade de soluções disponíveis, visto que a única opção é a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, para atender as necessidades do Município de Pedreiras/MA, informamos que o mapa de preços a ser elaborado após a pesquisa de mercado será vinculado a este instrumento para fins de estimativa de valor da contratação.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Em conformidade com o Documento de Formalização de Demanda – DFD apresentado pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, segue especificações, quantitativos dos serviços/materiais a serem adquiridos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) – Sem Condutor	Mês	12
02	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor	Mês	12
03	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor	Mês	12
04	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor	Mês	12
05	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor (I)	Mês	12
06	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor (II)	Mês	12
07	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor	Mês	12

5.2. Acrescente-se que as quantidades informadas neste ETP, possuem caráter generalista, pois partimos da máxima que fica a livre escolha da Administração, a necessidade conforme as demandas. As quantidades são suficientes para atender as demandas das secretarias participantes.
5.3. Pontue-se que o quantitativo estimado nessa contratação implicará ganho de escala, porque quanto maior as quantidades de aquisições a serem cotados, melhor será o seu valor final, beneficiando a Administração Pública, considerando-se, ainda, que somente se empenhará os quantitativos contratados.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO, ESTIMATIVA DE PREÇOS E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Os serviços/materiais elencados neste processo administrativo são classificados como serviços/bens comuns, onde em ato posterior o setor competente realizará a pesquisa preliminar de preços.
6.2. A opção disponível para atendimento da demanda é realizar a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, para atender as necessidades do Mu-

nicípio de Pedreiras/MA. Tais serviços são encontrados no Mercado, de modo que há várias empresas especializadas e bem solidificadas no ramo de atividade do objeto deste ETP.
6.3. Para que a Prefeitura Municipal de Pedreiras atenda toda a demanda no âmbito da Administração Pública Municipal, a necessidade de uma ampla gama de empresas que prestam de locação de veículo tipo caminhonete, visa as possibilidades a partir dos preços praticados no mercado considerando a nossa disponibilidade orçamentária, se enquadram nos seguintes cenários:
6.3.1. Contratar todos os serviços de contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, para atendimento da demanda conforme as necessidades da Prefeitura Municipal de Pedreiras, via Sistema de Registro de Preços (SRP), o que causaria um impacto relativamente menor no orçamento de modo que possam viabilizar o funcionamento da Administração Pública.
6.3.2. Todos os itens são serviços/materiais comuns, encontrados usualmente no mercado e a forma de escolha do fornecedor deverá ser por Pregão Eletrônico mediante Sistema de Registro de Preço.
6.3.3. Os itens a serem licitados se referem a serviços/materiais de fácil fornecimento e de ampla disponibilidade no mercado, dada a sua baixa complexidade de produção e estocagem.
6.3.4. Os itens listados serão adquiridos com quantidades e unidades de fornecimento de acordo com os usualmente praticados no mercado, de forma a viabilizar o atendimento das necessidades levantadas.

7. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

7.1. Considerando as características de utilização, as quantidades de serviços/materiais necessários, os períodos informados, conclui-se que a melhor opção e a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da oportunidade e conveniência da Administração Pública está na efetiva contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, assim também pela boa qualidade e procedência de cada serviço/material sendo passível de análise quando se utilizar de outra solução mais vantajosa a Administração Pública.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A solução mais viável seria a contratação dos serviços por meio de fornecedores habilitados mediante Processo Licitatório por Pregão Eletrônico, por se tratarem de itens comuns.
8.2. A solução que mais atende seria a de levantamento dos itens com valor de mercado e a realização de um processo Licitatório de contratação para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Pedreiras. Com isso, o processo licitatório obedecerá ao Sistema de Registro de Preço por intermédio do Pregão Eletrônico, sistema que se faz mais vantajoso a Prefeitura Municipal de Pedreiras em virtude de não vincular a Administração total, logo podendo viabilizar as contratações conforme as necessidades.
8.3. Após realizada a Licitação (SRP), as contratadas deverão efetivar a execução/fornecimento dos serviços/materiais conforme o prazo de entrega a ser definido no termo de referência, e emissão de nota de empenho, seguindo criteriosamente as descrições determinadas em tal termo, além das unidades de medida de acordo com a listagem de itens adquiridos.

9. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os serviços/materiais em epígrafe são usados de forma individualizada e, portanto, é passível de aquisição por item distinto.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/1002/2024
FLS. 17
Rub.

9.2. A solução será dividida tendo em vista ser tecnicamente e economicamente viável, levando a um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.
9.3. Nesse contexto a contratação será do tipo **menor preço por item** tendo em vista a ampliação da competitividade.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

10.1. Pretende-se, através da contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, garantir o atendimento das necessidades da Secretarias Municipal de Infraestrutura e Urbanismo de Pedreiras para o bom desempenho de suas atividades que necessitam do referido objeto.
10.2. Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas na contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, no suporte à atividade finalística do órgão;
10.3. Quanto à eficiência: assegurar a continuidade e a manutenção das contratações em tela, nesta Secretaria, bem como o uso racional dos recursos financeiros;
10.4. Com a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo benefício possível em recursos financeiros, econômicos e administrativos que se possa alcançar, permitindo assim que as aquisições sejam realizadas de forma rápida, econômica e sustentável.

11. POSSIVEIS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO

11.1. Não será necessário a adoção de providências pelo órgão previamente à celebração do contrato.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta aquisição seja atingido. Assim destaca-se ainda que a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo tipo caminhonete, para atender as necessidades do Município de Pedreiras/MA, e demais órgãos a ela vinculados, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Os serviços/materiais a serem adquiridos não trazem possíveis impactos ambientais.

14. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

14.1. A contratação não demanda um gerenciamento formal de riscos.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. A área demandante, isoladamente ou em conjunto com outros setores, declara, de forma conclusiva, que a pretendida contratação é:
Adequada ao atendimento da necessidade a que se destina.
Justificativa: Pelo exposto, vê-se que a melhor solução será através da contratação de empresa para a prestação dos serviços solicitados.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/00/2024
FLS. 18
Rub.

15.2. Previsão no Plano Anual de Contratações - PAC:

15.2.1. A contratação não foi prevista no plano anual de aquisições, uma vez que o referido PCA está sendo elaborado pelo órgão.

15.2.2. Ademais, destaca-se que a demanda foi apresentada através de Documento de Formalização de Demanda realizado pelo setor competente da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

16. RELAÇÃO DE ANEXOS DO ETP

16.1. não há.

17. DATA E EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Pedreiras/MA, 21 de novembro de 2024.

Membros integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC):

MARCIA DE LIMA SILVA MONTE
Agente de Administrativo
Integrante Requisitante

GECELIO FERREIRA DA SILVA
Agente de Administrativo
Integrante Técnico

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 19
Rub.

TEMO DE APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Pelo presente, após análise do Estudo Técnico Preliminar e considerando os elementos neles contidos, capazes de propiciar as diretrizes da contratação, para atender às necessidades do Município de Pedreiras/MA, APROVO o presente ETP com vistas à realização de procedimento licitatório para o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Encaminhem-se os autos ao órgão requisitante, para providências necessárias.

Pedreiras – MA, 22 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

DESPACHO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS PRELIMINARES DE PREÇOS

À Senhora
Aliciane Silva de Paula
Diretora do Departamento de Compras

Pelo presente, após análise e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, e considerando que o mesmo consta os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às necessidades do Município de Pedreiras/MA, encaminho os autos do Processo Administrativo nº 0411002/2024, conforme itens em anexo, para que seja realizada pesquisa preliminar de preços, em conformidade com a IN nº 65/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 012/2023 com vistas à realização de procedimento licitatório objetivando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Encaminhem-se os autos ao departamento de compras, para providências necessárias, quanto as pesquisas preliminares de preços, devendo ser procedida conforme instrução do decreto Municipal nº 012/2023.

Pedreiras – MA, 22 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

ANEXO – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) – Sem Condutor	Mês	12
02	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor	Mês	12
03	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor	Mês	12
04	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor	Mês	12
05	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor_(I)	Mês	12
06	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor_(II)	Mês	12
07	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor	Mês	12

Pedreiras – MA, 22 de novembro de 2024.

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 22
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
CNPJ: 06.184.253/0001-49
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

Ao Senhor
Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Em resposta a Vossa solicitação, venho por meio deste informar que realizamos as devidas Pesquisas de Preços praticados no mercado, referente ao objeto constante no **Processo Administrativo nº 0411002/2024 de 04 de novembro de 2024.**

OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

O presente relatório é resultado das pesquisas, em cumprimento ao determinado na Lei n° 14.133/21 e demais dispositivos legais, em conformidade com a Instrução Normativa n° 65/2021 – SEGES/ME e DECRETO MUNICIPAL Nº 012, DE 01 DE MARÇO DE 2023.

Para tanto, encaminhamos os autos do processo à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, para que sejam adotadas as medidas necessárias para continuidade do procedimento em questão.

JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

Conforme dispõe o art 5° da Instrução Normativa n° 65/2021 da **SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**, informamos que foi realizado pesquisas de preço para contratação dos itens solicitados, onde o preço de referência foi formado baseado em preços praticados no mercado.

Os valores de referência adotados foi a **média dos preços** obtidos nas pesquisas de preços.

Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que seus valores não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa de preço de referência, representando de forma satisfatoria os preços praticados no mercado.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 23
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
CNPJ: 06.184.253/0001-49
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

FONTE DE PESQUISA

Em observância ao que estabelece a Instrução Normativa nº 65/2021 SEGES /ME de 07 de julho de 2021 e **Decreto Municipal 012/2023** que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informamos que prioziramos a ordem dos parâmetros para pesquisa de mercado, conforme legislação vigente.

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da IN 65/2021 ME e Decreto Municipal 012/2023:

- Pesquisa em bancos de preços privados devidamente estabelecidos e reconhecidos

A documentação comprobatória que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório com todos os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às necessidades do Município de Pedreiras/MA.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 22/11/2024.

Certo de que termos atendido sua solicitação, colocamo-nos a sua inteira disposição para posteriores e eventuais esclarecimentos.

Pedreiras/MA em 22 de novembro de 2024.

Aliciane Silva de Paula.
ALICIANE SILVA DE PAULA
Diretora do Departamento de Compras

PEDREIRAS/MA
Proc 091 1004 2024
FLS. 24
Rub.
CERTIFICADO
AUTENTICIDADE
AUTENTICIDADE
CERTIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS - MA
CNPJ: **06.184.253/0001-49**
Responsável: **Aliciane Silva de Paula**
Departamento: **Diretora do Departamento de Compras**

Relatório de Cotação: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonete

Pesquisa realizada entre 22/11/2024 10:06:08 e 22/11/2024 10:57:13

Relatório gerado no dia 22/11/2024 11:24:22 (IP: 200.14.59.70)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla **4x4** (carroceria de madeira) – Sem Condutor	3	12 Meses	R$ 6.233,33 (un)	-	R$ 6.233,33	R$ 74.799,96
2) Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor	3	12 Meses	R$ 6.019,36 (un)	-	R$ 6.019,36	R$ 72.232,32
3) Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor	4	12 Meses	R$ 6.128,77 (un)	-	R$ 6.128,77	R$ 73.545,24
4) Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor	3	12 Meses	R$ 6.296,33 (un)	-	R$ 6.296,33	R$ 75.555,96
5) Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor_(I)	3	12 Meses	R$ 5.099,80 (un)	-	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60
6) Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor_(II)	3	12 Meses	R$ 5.099,80 (un)	-	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60
7) Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor	4	12 Meses	R$ 5.841,58 (un)	-	R$ 5.841,58	R$ 70.098,96

Valor Global: **R$ 488.627,64**

Detalhamento dos Itens

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS 25

Item 1: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) – Sem Condutor

Preço Estimado: R$ 6.233,33 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 6.233,33 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 6.233,33

Quantidade	Descrição	Observação
12 Meses	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) – Sem Condutor	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 5.100,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL JAPORÃ

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DO TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, CARROCERIA ABERTA, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 02 TONELADAS, COM MOTOR MOVIDO À DIESEL, PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE JAPORÃ/MS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, COM CARROCERIA DE MADEIRA, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 130 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 2.000 KG, MOTOR TURBO MOVIDO A DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010 -** LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, COM CARROCERIA DE MADEIRA, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 130 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 2.000 KG, MOTOR TURBO MOVIDO A DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010

Data: 07/05/2024 00:00
Modalidade: DISPENSA
SRP: NÃO
Identificação: 00002824
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 07/05/2024 00:00
Fonte: 177.84.25.50:5656/transparencia/
Quantidade: 8
Unidade: M
UF: MS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
17.717.699/0001-08 *VENCEDOR*	NATALIA DE SANTA CLARA 61575585987	R$ 5.100,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das Propostas Finais **R$ 8.200,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
Fls. 26

Órgão: MUNICIPIO DE ACAILANDIA - SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO

Objeto: [LICITANET] - Registro de Preços pelo prazo de 12(doze) meses visando eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para locação de veículos automotores sem motoristas, para atender as necessidades do Município de Açailândia – SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Descrição: **VEÍCULO TIPO CAMINHONETE: em perfeito estado de conservação, sem motorista, versão cabine simples, 02 (duas) portas, carroceria de madeira, com direção hidráulica, capacidade de carga 1000 Kg, motor mínimo 2.3, movido a óleo diesel na cor branco, preto, a** - VEÍCULO TIPO CAMINHONETE: em perfeito estado de conservação, sem motorista, versão cabine simples, 02 (duas) portas, carroceria de madeira, com direção hidráulica, capacidade de carga 1000 Kg, motor mínimo 2.3, movido a óleo diesel na cor branco, preto, azul ou prata sem faixas decorativas, espelho retrovisor do lado direito, do lado esquerdo e interno, jogo de tapetes, pneus radiais e sobressalentes, sendo tipo 50% off Road e 50% on Road, kit de ferramentas (macaco, chave de roda e triângulo), equipado com todos os componentes de segurança como: break ligth, encosto de cabeça traseiro, alarme, documentação regular, transmissão manual, ar condicionado, trava elétrica central, vidros elétricos, farol de neblina, alarme. Dotado de todos os equipamentos obrigatórios por lei, inclusive cinto de segurança em todos os acentos, quilometragem livre. Modelos compatível com: F250, Hilux, S10, Ranger, Amarok etc. Período 12 meses.

Data: 10/04/2024 17:59
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 10790639000171-1-000001/2024
Lote/Item: 1/4090939
Ata: N/A
Homologação: 13/05/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 2
Unidade: Mês
UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
41.863.488/0001-68 *VENCEDOR*	M DA L S FRANCO LTDA	R$ 8.200,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das Propostas Finais **R$ 5.400,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de Espera Feliz

Objeto: LOCACAO DE CAMINHONETE 4X4 COM CARROCERIA DE MADEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO

Descrição: **Caminhonete 4/4 com carroceria de madeira - com combustivel e motorista por conta do municipio, as d** - Caminhonete 4/4 com carroceria de madeira - com combustivel e motorista por conta do municipio, as d

Data: 11/12/2023 09:30
Modalidade: Pregao Presencial
SRP: NÃO
Identificação: 00003839-0002672023-0000722023
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 20/12/2023 00:00
Fonte: https://esperafeliz-mg.portaltp.com.br/consultas/compras/licitacoes.aspx
Quantidade: 12
Unidade: Mes
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
35.160.758/0001-71 *VENCEDOR*	SAMUEL SANTANA DA SILVA	R$ 5.400,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/2024
FLS. 27
Rub.

Item 2: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor

Preço Estimado: R$ 6.019,36 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 6.019,36 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 6.019,36

Quantidade	Descrição	Observação
12 Meses	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 6.400,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE IPUEIRAS

Objeto: [LICITANET] - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEICULOS DIVERSOS PARA COMPLEMENTAR A FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IPUEIRAS CE

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE CAB SIMPLES - I Especificação : LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE - Especificação: veiculo tipo caminhonete, cabine simples, capacidade 03 (três) ocupantes, 02 (duas) portas, com no máximo 02 (dois) anos de uso, movid -** LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE CAB SIMPLES - I Especificação : LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE - Especificação: veiculo tipo caminhonete, cabine simples, capacidade 03 (três) ocupantes, 02 (duas) portas, com no máximo 02 (dois) anos de uso, movida a diesel, motorização 2.5 de 180 cv ou mais, tração 4 x 4, cambio automático, com ar condicionado e direção hidráulica, sistema de equipamento de telemetria gps/gsm/gprs/edge, em bom estado de conservação, livre de quilometragem, devera estar legalizado pelo DETRAN, com estepe em ótimo funcionamento, combustível e motorista por conta do contratante, manutenção e seguro total por conta da contratada.

Data: 12/08/2024 00:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: 07680846000169-1-000040/2024
Lote/Item: 1/4617855
Ata: N/A
Homologação: 01/10/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 12
Unidade: MÊS
UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
05.610.532/0001-64 *VENCEDOR*	RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI	R$ 6.400,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
CE	Fortaleza	R TOMAS ACIOLI, 705	(85) 9956-0379	rpc@rpcconstrucao.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das Propostas Finais **R$ 5.100,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL JAPORÃ

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DO TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, CARROCERIA ABERTA, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 02 TONELADAS, COM MOTOR MOVIDO À DIESEL, PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE JAPORÃ/MS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, COM CARROCERIA DE MADEIRA, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 130 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 2.000 KG, MOTOR TURBO MOVIDO A DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010 -** LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, COM CARROCERIA DE MADEIRA, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 130 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 2.000 KG, MOTOR TURBO MOVIDO A DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010

Data: 07/05/2024 00:00
Modalidade: DISPENSA
SRP: NÃO
Identificação: 00002824
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 07/05/2024 00:00
Fonte: 177.84.25.50:5656/transparencia/
Quantidade: 8
Unidade: M
UF: MS

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 28
Rub

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
17.717.699/0001-08 *VENCEDOR*	NATALIA DE SANTA CLARA 61575585987	R$ 5.100,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das Propostas Finais **R$ 6.558,07**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE MONCAO

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) na prestação de serviços para locação de veículos, visando atender as demandas das diversas Secretarias Municipais de Monção/MA

Descrição: **Veículo tipo caminhonete, cabine simples, diesel, traçada 4x2, capacidade de 2.000 kg. Especificação: locação veículos tipo caminhonete 4x2, cabine simples, 02 portas, com no máximo 05 anos de uso, a diesel com ar condicionado, direção hidráulica, sem mot** - Veículo tipo caminhonete, cabine simples, diesel, traçada 4x2, capacidade de 2.000 kg. Especificação: locação veículos tipo caminhonete 4x2, cabine simples, 02 portas, com no máximo 05 anos de uso, a diesel com ar condicionado, direção hidráulica, sem motorista, com manutenção a cargo da FORNECEDORA, sem limites de quilometragem.

Data: 15/04/2024 22:25
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 06190243000116-1-000015/2024
Lote/Item: 1/2
Ata: N/A
Homologação: 15/05/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 24
Unidade: Mensal
UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.636.546/0001-21 *VENCEDOR*	MASTERMASTER LIMPEZA URBANA E LOCACAO DE VEICULOS LTDA	R$ 6.558,07

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Item 3: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor

Preço Estimado: R$ 6.128,77 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 6.128,77 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 6.128,77

Quantidade	Descrição	Observação
12 Meses	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 6.457,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

PEDREIRAS/MA
PROC. 041/002/2024
FLS. 29
Rub.

Órgão: MUNICIPIO DE AUGUSTO CORREA

Objeto: [LICITANET] - Registro de preços para eventual contratação de serviços continuados de locação de veículos, leves e pesados, com e sem motorista e sem combustível, por quilometragem livre, para atender as demandas da Prefeitura, Secretarias agregadas e Fundos Municipais de Augusto Corrêa/PA.

Descrição: **CAMINHONETE/PICK-UP CABINE ESTENDIDA: Cabine Simples. 2 Portas. Carroceria aberta, com capacidade de carga acima de 1000 litros. Potência mínima de 85 CV. Direção Hidráulica. Ar Condicionado. Combustível: Flex (Álcool/Gasolina). Capacidade para 2 passagei** - CAMINHONETE/PICK-UP CABINE ESTENDIDA: Cabine Simples. 2 Portas. Carroceria aberta, com capacidade de carga acima de 1000 litros. Potência mínima de 85 CV. Direção Hidráulica. Ar Condicionado. Combustível: Flex (Álcool/Gasolina). Capacidade para 2 passageiros. Veículo equipado com todos os itens de segurança exigido pelo DENATRAN, juntamente com o CRV (Certificado de Registro de Veículos). Com todos os itens obrigatórios e em perfeito estado de funcionamento. Quilometragem livre. Documentação em dias. Fabricação máxima de até 10 anos. Sem motorista e sem combustível.

Data: 28/08/2024 00:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 04873600000115-1-000106/2024
Lote/Item: 1/4702240
Ata: N/A
Homologação: 25/09/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 48
Unidade: Mês
UF: PA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
28.880.148/0001-87 *VENCEDOR*	CASTRO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	R$ 6.457,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das Propostas Finais **R$ 6.400,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE IPUEIRAS

Objeto: [LICITANET] - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEICULOS DIVERSOS PARA COMPLEMENTAR A FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IPUEIRAS CE

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE CAB SIMPLES - I Especificação : LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE - Especificação: veiculo tipo caminhonete, cabine simples, capacidade 03 (três) ocupantes, 02 (duas) portas, com no máximo 02 (dois) anos de uso, movid** - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE CAB SIMPLES - I Especificação : LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE - Especificação: veiculo tipo caminhonete, cabine simples, capacidade 03 (três) ocupantes, 02 (duas) portas, com no máximo 02 (dois) anos de uso, movida a diesel, motorização 2.5 de 180 cv ou mais, tração 4 x 4, cambio automático, com ar condicionado e direção hidráulica, sistema de equipamento de telemetria gps/gsm/gprs/edge, em bom estado de conservação, livre de quilometragem, devera estar legalizado pelo DETRAN, com estepe em ótimo funcionamento, combustível e motorista por conta do contratante, manutenção e seguro total por conta da contratada.

Data: 12/08/2024 00:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: 07680846000169-1-000040/2024
Lote/Item: 1/4617855
Ata: N/A
Homologação: 01/10/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 12
Unidade: MÊS
UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
05.610.532/0001-64 *VENCEDOR*	RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI	R$ 6.400,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
CE	Fortaleza	R TOMAS ACIOLI, 705	(85) 9956-0379	rpc@rpcconstrucao.com.br

PEDREIRAS/MA
PROC. 041002/2024
FLS. 30
Rub.

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das Propostas Finais **R$ 5.100,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL JAPORÃ

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DO TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, CARROCERIA ABERTA, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 02 TONELADAS, COM MOTOR MOVIDO À DIESEL, PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE JAPORÃ/MS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, COM CARROCERIA DE MADEIRA, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 130 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 2.000 KG, MOTOR TURBO MOVIDO A DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010** - LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, COM CARROCERIA DE MADEIRA, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 130 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 2.000 KG, MOTOR TURBO MOVIDO A DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010

Data: 07/05/2024 00:00
Modalidade: DISPENSA
SRP: NÃO
Identificação: 00002824
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 07/05/2024 00:00
Fonte: 177.84.25.50:5656/transparencia/
Quantidade: 8
Unidade: M
UF: MS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
17.717.699/0001-08 *VENCEDOR*	NATALIA DE SANTA CLARA 61575585987	R$ 5.100,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Preço (Outros Entes Públicos) 4: Média das Propostas Finais **R$ 6.558,07**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE MONCAO

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) na prestação de serviços para locação de veículos, visando atender as demandas das diversas Secretarias Municipais de Monção/MA

Descrição: **Veículo tipo caminhonete, cabine simples, diesel, traçada 4x2, capacidade de 2.000 kg. Especificação: locação veículos tipo caminhonete 4x2, cabine simples, 02 portas, com no máximo 05 anos de uso, a diesel com ar condicionado, direção hidráulica, sem mot** - Veículo tipo caminhonete, cabine simples, diesel, traçada 4x2, capacidade de 2.000 kg. Especificação: locação veículos tipo caminhonete 4x2, cabine simples, 02 portas, com no máximo 05 anos de uso, a diesel com ar condicionado, direção hidráulica, sem motorista, com manutenção a cargo da FORNECEDORA, sem limites de quilometragem.

Data: 15/04/2024 22:25
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 06190243000116-1-000015/2024
Lote/Item: 1/2
Ata: N/A
Homologação: 15/05/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 24
Unidade: Mensal
UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.636.546/0001-21 *VENCEDOR*	MASTERMASTER LIMPEZA URBANA E LOCACAO DE VEICULOS LTDA	R$ 6.558,07

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 21
Rub.:

Item 4: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor

Preço Estimado: R$ 6.296,33 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 6.296,33 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 6.296,33

Quantidade	Descrição	Observação
12 Meses	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 5.949,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB ZONA DA MATA

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa de serviços de Locação de veículos, para atender as necessidades do CISAB ZM e municípios consorcados.

Descrição: **LOCAÇÃO MENSAL DE CAMINHONETE CABINE DUPLA 4X4** - LOCAÇÃO MENSAL DE CAMINHONETE CABINE DUPLA 4X4

Data: 30/04/2024 15:58
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: 10331797000163-1-000024/2024
Lote/Item: 1/6
Ata: N/A
Homologação: 10/04/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 24
Unidade: Serviço (UND)
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
32.439.205/0001-64 *VENCEDOR*	SMART RENTAL CAR LTDA	R$ 5.949,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MG	Belo Horizonte	AV NELIO CERQUEIRA, 826	(31) 3203-0344	inova@inovacontabilidadeltda.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das Propostas Finais **R$ 7.000,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE CAJARI - CAMARA MUNICIPAL

Objeto: [LICITANET] - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJARI - MA.

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIO MISTO CAMINHONETE PICKUP CABINE DUPLA, TRAÇAO 4X4, 2.2 OU SUPERIOR, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, PNEUS NOVOS TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, CINTOS SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADOR DE PARA-BRISA, MANUTENÇÃO PRE** - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIO MISTO CAMINHONETE PICKUP CABINE DUPLA, TRAÇAO 4X4, 2.2 OU SUPERIOR, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, PNEUS NOVOS TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, CINTOS SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADOR DE PARA-BRISA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E REBOQUE CONTA POR DA CONTRATADA.

Data: 23/04/2024 12:44
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 69378693000157-1-000006/2024
Lote/Item: 1/4133664
Ata: N/A
Homologação: 23/04/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 8
Unidade: MES
UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
34.252.865/0001-67 *VENCEDOR*	L & S EMPREENDIMENTOS LTDA	R$ 7.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 32
Rub.

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das Propostas Finais R$ 5.940,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE MINACU

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO(CAMIONETE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MINAÇU - GO.

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE AUTOMÁTICA CABINE DUPLA, COM BANCOS DE COURO, DIESEL, 4X4, MOTOR 2.8 DE NO MÍNIMO 170 CV, REDUZIDO, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2016, PREFERENCIALMENTE COR BRANCA, CONTENDO TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA GARAN** - LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE AUTOMÁTICA CABINE DUPLA, COM BANCOS DE COURO, DIESEL, 4X4, MOTOR 2.8 DE NO MÍNIMO 170 CV, REDUZIDO, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2016, PREFERENCIALMENTE COR BRANCA, CONTENDO TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA GARANTIR A TRAFEGABILIDADE.

Data: 27/03/2024 00:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: 02215275000178-1-000225/2024
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Homologação: 18/04/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 12
Unidade: MÊS
UF: GO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
19.468.678/0001-21 *VENCEDOR*	AC COSTA NETO - CONSTRUTORA E SERVICOS	R$ 5.940,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:	Telefone:	Email:
R 16, 549	(62) 9546-6374/ (62) 8462-8154	forradoracentral@hotmail.com

Item 5: Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor_(I)

Preço Estimado: R$ 5.099,80 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 5.099,80 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 5.099,80

Quantidade	Descrição	Observação
12 Meses	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor_(I)	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das Propostas Finais R$ 5.119,30

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

PEDREIRAS/MA
PROC. 041102/2024
FLS. 33
RUB.

Órgão: EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO DO ESTADO DO PIAUI S/A - ETIPI

Objeto: Registro de preço, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transportes, mediante locação de veículos automotores leves e pesados, sem motorista, com disponibilização de manutenção, seguro e quilometragem livre, para atendimento das atividades desenvolvidas pela Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ETIPI.

Descrição: **Locação de Veículos - Leves / Pesados** - VEÍCULO PICK-UP COMPACTA, TRAÇÃO 4X4 OU 4X2 COMO REFERÊNCIA: MARCA/MODELO CHEVROLET MONTANA, RENAULT OROCH, FIAT STRADA OU SIMILIAR, MOTOR NO MÍNIMO 1.2 TURBO, 4 (QUATRO) PORTAS, CABINE DUPLA, CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PESSOAS, COMB. GASOLINA OU FLEX, COM TRAVA E VIDRO ELÉTRICOS, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, PELÍCULA FUMÊ, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA: 650KG, SEGURO TOTAL, INCLUSIVE CONTRA TERCEIROS, EQUIPADO COM TODOS OS ITENS BÁSICO DE SÉRIE, APARELHO DE SOM COM CD/PLAYER/MP3/USB E ITENS REGULAMENTARES DE SEGURANÇA, FABRICAÇÃO COM NO MÁXIMO 02 (DOIS) ANOS DE USO CONTADOS DA DATA DA ENTREGA DO AUTOMOVEL. SEGURO TOTAL COM FRANQUIA INCLUSA NA COMPOSIÇÃO DO VALOR NA DIÁRIA (COBERTURA CONTRA INCÊNDIO E COLISÃO), BEM COMO CONTRA TERCEIROS (COBERTURA FÍSICA E MATERIAL), E OUTROS ENCARGOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 24HS, MANUTENÇÃO, LICENCIAMENTOS, REPAROS, SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO EM CASO DE QUALQUER OCORRÊNCIA, POR CONTA DA CONTRATADA.

CatSer: **4014** - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Data: 26/01/2024 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:900022024 / UASG:929895
Lote/Item: /3
Ata: N/A
Homologação: 21/02/2024 11:16
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 48
Unidade: UNIDADE
UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.116.541/0001-54	AUTO LESTE LTDA *VENCEDOR*	R$ 3.990,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
PI	Teresina	AV HOMERO CASTELO BRANCO, 2652	(86) 3232-6898/ (86) 3081-8697

13.912.374/0001-25	R F C CARVALHO EIRELI	R$ 4.010,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
PI	Teresina	AV JOAO XXIII, 4150	(86) 3237-0809

09.192.288/0001-18	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	R$ 4.014,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Teresina	AV BARAO DE GURGUEIA, 1315	(86) 3218-2546	mazuad_logistica@hotmail.com

03.105.598/0001-71	D.E REBOUCAS LTDA	R$ 4.790,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MA	São Luís	RUA CELSO MAGALHAES, 14	(26) 3214-8181	potyacar@bol.com.br

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS. 34
Rub.

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final

23.553.384/0001-75 LK ALUGUEL DE CARROS EIRELI — R$ 4.800,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Salvador	AVENIDA LUIS VIANA, 6462	GERALDO	(71) 3360-6343	licitacoes@lokarautorentacar.com.br

44.385.244/0001-05 PIAUI SERVICOS E LOCACAO LTDA — R$ 5.000,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

10.644.834/0001-93 SOUSA CAMPELO TRANSPORTES LTDA — R$ 5.600,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Teresina	R JOAQUIM BARROSO, 4350	(86) 8107-8955	brlocadora.gerencia@hotmail.com

18.317.476/0001-16 B R F CONSTRUCOES LTDA — R$ 5.990,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

03.515.317/0001-59 CECOL - CENTRO DE COMERCIO E LOCACAO LTDA — R$ 5.999,02

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:
PI	Teresina	AV NOSSA SENHORA DE FATIMA, 1685

02.491.558/0001-42 LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A. — R$ 7.000,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São Paulo	AVENIDA DEPUTADO RUBENS GRANJA, 121	Paulo Uzêda	(11) 3742-4050	campos @uzeda.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais — **R$ 4.413,43**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

PEDREIRAS/MA
PROC. 041002/2024
FLS. 35
RUB.

Órgão: MUNICIPIO DE VALENCA

Objeto: [LICITANET] - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem condutor, com seguro total, sem franquia e todas as despesas de manutenção (exceto combustível), quilometragem livre para transporte de servidores, móveis, equipamentos e documentos, para atender as Secretarias do Município de Valença – BA, conforme especificações constantes no Edital e Anexo I, através do Sistema de Registro de Preços.

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK UP LEVE, sem motorista. Descrição: Veículo com quatro portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 5 passageiros, potência mínima d -** LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK UP LEVE, sem motorista. Descrição: Veículo com quatro portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 5 passageiros, potência mínima do motor de 109 cv, consumo médio mínimo de combustível de 8,1 km/l na cidade e 9,4 km/l na estrada, capacidade mínima da caçamba de 844 litros, peso mínimo de 1.215 kg, dimensões mínimas de 4.480 mm de comprimento, 1.732 mm de largura e 1.608 mm de altura, combustível Flex (Gasolina/Etanol), no máximo com 4 (quatro) anos de modelo/fabricação (a partir de 2020), com quilometragem livre, manutenção corretiva e preventiva por conta da Contratada; emplacamento e licenciamento regulares, seguro compreensivo, inclusive para terceiros e demais equipamentos exigidos pelo Contran por conta da Contratada. OBS.: O veículo ficará à disposição do município na forma em que contratado, com combustível e motorista por conta da contratante. Veículo deverá ser fornecido com plotagem conforme arte fornecida pela contratante. Veículo de referência: Fiat Strada Cabine Dupla. O veículo deve ser na cor Branca.

Data: 06/08/2024 10:30
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 14235899000136-1-000138/2024
Lote/Item: 1/4534374
Ata: Link Ata
Homologação: 12/08/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 1
Unidade: Unidade
UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
12.184.807/0001-00 *VENCEDOR*	PREST SERVICE - REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	R$ 4.413,43

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SE	Lagarto	AV SANTO ANTONIO, 32-D	(79) 9944-0055	prestservice.licitacao@gmail.com

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das Propostas Finais **R$ 5.766,66**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

PEDREIRAS/MA
FLS. 36
PROC. 04/11/2024

Órgão: MUNICIPIO DE VALENCA

Objeto: [LICITANET] - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem condutor, com seguro total, sem franquia e todas as despesas de manutenção (exceto combustível), quilometragem livre para transporte de servidores, móveis, equipamentos e documentos, para atender as Secretarias do Município de Valença – BA, conforme especificações constantes no Edital e Anexo I, através do Sistema de Registro de Preços.

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICKUP, sem motorista. Descrição: Veículo com duas portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 2 passageiros, potência mínima do motor -** LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICKUP, sem motorista. Descrição: Veículo com duas portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 2 passageiros, potência mínima do motor de 139 cv, consumo médio mínimo de combustível de 7,7 km/l na cidade e 9,5 km/l na estrada, capacidade mínima do porta-malas de 820 litros, peso mínimo de 1.669 kg, dimensões mínimas de 4.915 mm de comprimento, 1.844 mm de largura e 1.683 mm de altura, combustível Flex (Gasolina/Etanol), no máximo com 4 (quatro) anos de modelo/fabricação (a partir de 2020), com quilometragem livre, manutenção corretiva e preventiva por conta da Contratada; emplacamento e licenciamento regulares, seguro compreensivo, inclusive para terceiros e demais equipamentos exigidos pelo Contran por conta da Contratada. OBS.: O veículo ficará à disposição do município na forma em que contratado, com combustível e motorista por conta da contratante. Veículo deverá ser fornecido com plotagem conforme arte fornecida pela contratante. Veículo de referência: Fiat Toro cabine simples. O veículo deve ser na cor Branca.

Data: 06/08/2024 10:30
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 14235899000136-1-000138/2024
Lote/Item: 1/4534381
Ata: Link Ata
Homologação: 12/08/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 3
Unidade: UNIDADE
UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
39.731.341/0001-72 *VENCEDOR*	IMCS SERVIÇOS LOGISTICOS E TRANSPORTES EIRELI	R$ 5.766,66

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Item 6: Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor_(II)

Preço Estimado: R$ 5.099,80 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 5.099,80 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 5.099,80

Quantidade	Descrição	Observação
12 Meses	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor_(II)	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das Propostas Finais **R$ 5.119,30**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

PEDREIRAS/MA
FLS. 37

Órgão: EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO DO ESTADO DO PIAUI S/A - ETIPI

Objeto: Registro de preço, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transportes, mediante locação de veículos automotores leves e pesados, sem motorista, com disponibilização de manutenção, seguro e quilometragem livre, para atendimento das atividades desenvolvidas pela Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ETIPI.

Descrição: **Locação de Veículos - Leves / Pesados** - VEÍCULO PICK-UP COMPACTA, TRAÇÃO 4X4 OU 4X2 COMO REFERÊNCIA: MARCA/MODELO CHEVROLET MONTANA, RENAULT OROCH, FIAT STRADA OU SIMILIAR, MOTOR NO MÍNIMO 1.2 TURBO, 4 (QUATRO) PORTAS, CABINE DUPLA, CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PESSOAS, COMB. GASOLINA OU FLEX, COM TRAVA E VIDRO ELÉTRICOS, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, PELÍCULA FUMÊ, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA: 650KG, SEGURO TOTAL, INCLUSIVE CONTRA TERCEIROS, EQUIPADO COM TODOS OS ITENS BÁSICO DE SÉRIE, APARELHO DE SOM COM CD/PLAYER/MP3/USB E ITENS REGULAMENTARES DE SEGURANÇA, FABRICAÇÃO COM NO MÁXIMO 02 (DOIS) ANOS DE USO CONTADOS DA DATA DA ENTREGA DO AUTOMOVEL. SEGURO TOTAL COM FRANQUIA INCLUSA NA COMPOSIÇÃO DO VALOR NA DIÁRIA (COBERTURA CONTRA INCÊNDIO E COLISÃO), BEM COMO CONTRA TERCEIROS (COBERTURA FÍSICA E MATERIAL), E OUTROS ENCARGOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 24HS, MANUTENÇÃO, LICENCIAMENTOS, REPAROS, SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO EM CASO DE QUALQUER OCORRÊNCIA, POR CONTA DA CONTRATADA.

CatSer: **4014 -** Locação de Veículos - Leves / Pesados

Data: 26/01/2024 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:900022024 / UASG:929895
Lote/Item: /3
Ata: N/A
Homologação: 21/02/2024 11:16
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 48
Unidade: UNIDADE
UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.116.541/0001-54	AUTO LESTE LTDA *VENCEDOR*	R$ 3.990,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
PI	Teresina	AV HOMERO CASTELO BRANCO, 2652	(86) 3232-6898/ (86) 3081-8697

13.912.374/0001-25	R F C CARVALHO EIRELI	R$ 4.010,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
PI	Teresina	AV JOAO XXIII, 4150	(86) 3237-0809

09.192.288/0001-18	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	R$ 4.014,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Teresina	AV BARAO DE GURGUEIA, 1315	(86) 3218-2546	mazuad_logistica@hotmail.com

03.105.598/0001-71	D.E REBOUCAS LTDA	R$ 4.790,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MA	São Luís	RUA CELSO MAGALHAES, 14	(26) 3214-8181	potyacar@bol.com.br

PEDREIRAS/MA
FLS. 38
Rub.

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final

23.553.384/0001-75 LK ALUGUEL DE CARROS EIRELI — R$ 4.800,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Salvador	AVENIDA LUIS VIANA, 6462	GERALDO	(71) 3360-6343	licitacoes@lokarautorentacar.com.br

44.385.244/0001-05 PIAUI SERVICOS E LOCACAO LTDA — R$ 5.000,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

10.644.834/0001-93 SOUSA CAMPELO TRANSPORTES LTDA — R$ 5.600,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Teresina	R JOAQUIM BARROSO, 4350	(86) 8107-8955	brlocadora.gerencia@hotmail.com

18.317.476/0001-16 B R F CONSTRUCOES LTDA — R$ 5.990,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

03.515.317/0001-59 CECOL - CENTRO DE COMERCIO E LOCACAO LTDA — R$ 5.999,02

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:
PI	Teresina	AV NOSSA SENHORA DE FATIMA, 1685

02.491.558/0001-42 LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A. — R$ 7.000,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São Paulo	AVENIDA DEPUTADO RUBENS GRANJA, 121	Paulo Uzêda	(11) 3742-4050	campos @uzeda.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais — **R$ 4.413,43**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS 39
Rub.

Órgão: MUNICIPIO DE VALENCA

Objeto: [LICITANET] - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem condutor, com seguro total, sem franquia e todas as despesas de manutenção (exceto combustível), quilometragem livre para transporte de servidores, móveis, equipamentos e documentos, para atender as Secretarias do Município de Valença – BA, conforme especificações constantes no Edital e Anexo I, através do Sistema de Registro de Preços.

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK UP LEVE, sem motorista. Descrição: Veículo com quatro portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 5 passageiros, potência mínima d** - LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK UP LEVE, sem motorista. Descrição: Veículo com quatro portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 5 passageiros, potência mínima do motor de 109 cv, consumo médio mínimo de combustível de 8,1 km/l na cidade e 9,4 km/l na estrada, capacidade mínima da caçamba de 844 litros, peso mínimo de 1.215 kg, dimensões mínimas de 4.480 mm de comprimento, 1.732 mm de largura e 1.608 mm de altura, combustível Flex (Gasolina/Etanol), no máximo com 4 (quatro) anos de modelo/fabricação (a partir de 2020), com quilometragem livre, manutenção corretiva e preventiva por conta da Contratada; emplacamento e licenciamento regulares, seguro compreensivo, inclusive para terceiros e demais equipamentos exigidos pelo Contran por conta da Contratada. OBS.: O veículo ficará à disposição do município na forma em que contratado, com combustível e motorista por conta da contratante. Veículo deverá ser fornecido com plotagem conforme arte fornecida pela contratante. Veículo de referência: Fiat Strada Cabine Dupla. O veículo deve ser na cor Branca.

Data: 06/08/2024 10:30
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 14235899000136-1-000138/2024
Lote/Item: 1/4534374
Ata: Link Ata
Homologação: 12/08/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 1
Unidade: Unidade
UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
12.184.807/0001-00 *VENCEDOR*	PREST SERVICE - REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	R$ 4.413,43

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SE	Lagarto	AV SANTO ANTONIO, 32-D	(79) 9944-0055	prestservice.licitacao@gmail.com

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das Propostas Finais **R$ 5.766,66**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 40
Rub.

Órgão: MUNICIPIO DE VALENCA

Objeto: [LICITANET] - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem condutor, com seguro total, sem franquia e todas as despesas de manutenção (exceto combustível), quilometragem livre para transporte de servidores, móveis, equipamentos e documentos, para atender as Secretarias do Município de Valença – BA, conforme especificações constantes no Edital e Anexo I, através do Sistema de Registro de Preços.

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICKUP, sem motorista. Descrição: Veículo com duas portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 2 passageiros, potência mínima do motor -** LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICKUP, sem motorista. Descrição: Veículo com duas portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 2 passageiros, potência mínima do motor de 139 cv, consumo médio mínimo de combustível de 7,7 km/l na cidade e 9,5 km/l na estrada, capacidade mínima do porta-malas de 820 litros, peso mínimo de 1.669 kg, dimensões mínimas de 4.915 mm de comprimento, 1.844 mm de largura e 1.683 mm de altura, combustível Flex (Gasolina/Etanol), no máximo com 4 (quatro) anos de modelo/fabricação (a partir de 2020), com quilometragem livre, manutenção corretiva e preventiva por conta da Contratada; emplacamento e licenciamento regulares, seguro compreensivo, inclusive para terceiros e demais equipamentos exigidos pelo Contran por conta da Contratada. OBS.: O veículo ficará à disposição do município na forma em que contratado, com combustível e motorista por conta da contratante. Veículo deverá ser fornecido com plotagem conforme arte fornecida pela contratante. Veículo de referência: Fiat Toro cabine simples. O veículo deve ser na cor Branca.

Data: 06/08/2024 10:30
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 14235899000136-1-000138/2024
Lote/Item: 1/4534381
Ata: Link Ata
Homologação: 12/08/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 3
Unidade: UNIDADE
UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
39.731.341/0001-72 *VENCEDOR*	IMCS SERVIÇOS LOGISTICOS E TRANSPORTES EIRELI	R$ 5.766,66

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

Item 7: Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor

Preço Estimado: R$ 5.841,58 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 5.841,58 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 5.841,58

Quantidade	Descrição	Observação
12 Meses	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das Propostas Finais **R$ 6.969,29**

Inc. I Art. 5° da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA

Objeto: Prestação de serviços de locação de veículos para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG.

Descrição: **Locação de Veículos - Leves / Pesados -** VEÍCULO SERVIÇO, PICKUP 4X4 1.000 Kg. Veículo tipo Pickup 4x4, Diesel, cambio manual de 05 marchas carroceria com capacidade para 1.000Kg, cabine dupla, capacidade transporte de 05 passageiros, tanque de combustível mínimo 90 litros, direção hidráulica, potência mínima 180 HP, informar ítens de fábrica, com airbag, faróis de neblina, viodors elétricos, protetor de caçamba, etc. Ano/modelo acima de 2022, cor preta, branca ou prata. Sem motorista, sem fornecimento de combustível, franquia km livre. Segurado.

CatSer: **4014 -** Locação de Veículos - Leves / Pesados

Data: 27/05/2024 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:900082024 / UASG:985023
Lote/Item: /4
Ata: N/A
Homologação: 10/07/2024 16:47
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 60
Unidade: UNIDADE
UF: MG

PEDREIRAS/MA
PROC 041100 2/2024
FLS. 41
Rub.

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
46.952.887/0001-19	CARVIP LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R$ 5.880,00

VENCEDOR

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.350.577/0001-11	LOC BH LOCADORA DE VEÍCULOS DE BELO HORIZONTE LTDA	R$ 5.900,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:
MG	Belo Horizonte	R OZANAN, 295

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
29.262.641/0001-04	LOCALIZAR SERVICOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO EIRELI	R$ 6.799,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MG	Belo Horizonte	R DOS CAETES 530, 530	(31) 3365-6781	stelmo@hotmail.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
42.969.138/0001-43	ALFA LOCACAO VEICULAR LTDA	R$ 6.947,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
15.772.746/0001-90	VERSA LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R$ 6.948,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
MG	Belo Horizonte	AVENIDA PORTUGAL, 4761	PLINIO	(31) 3274-7373	reservas@versarentacar.com.br

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
42.699.174/0001-34	MGM BRASIL SERVICOS LTDA	R$ 6.949,61

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MG	João Monlevade	AV CANDIDO DIAS, 65	(31) 9467-6424	constituicao@contabeisalfa.com.br

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
17.328.595/0001-01	M&E ALUGUEL DE CARROS LTDA	R$ 7.400,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
MG	Contagem	R CRISTIANO MACHADO, 51	CRISTIANE	(31) 3395-0483	licitacoes.bhzw01@europcar.com.br

PEDREIRAS/MA
PROC. 041002/2024
FLS. 42
Rub.

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
12.305.622/0001-07	PONTUAL LOC CAR LTDA	R$ 7.900,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
MG	Belo Horizonte	AV FRANCISCO SA, 580	LUIZ CLAUDIO	(31) 2514-0201	pontuallicitacoes@yahoo.com.br

70.998.562/0001-51	ATLANTA LOCACOES E SERVICOS LTDA	R$ 8.000,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
AV AMAZONAS, 135	RÉGIS	(31) 3274-8588	atlanta.locar@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Média das Propostas Finais **R$ 5.119,30**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO DO ESTADO DO PIAUI S/A - ETIPI

Objeto: Registro de preço, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transportes, mediante locação de veículos automotores leves e pesados, sem motorista, com disponibilização de manutenção, seguro e quilometragem livre, para atendimento das atividades desenvolvidas pela Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ETIPI.

Descrição: **Locação de Veículos - Leves / Pesados** - VEÍCULO PICK-UP COMPACTA, TRAÇÃO 4X4 OU 4X2 COMO REFERÊNCIA: MARCA/MODELO CHEVROLET MONTANA, RENAULT OROCH, FIAT STRADA OU SIMILIAR, MOTOR NO MÍNIMO 1.2 TURBO, 4 (QUATRO) PORTAS, CABINE DUPLA, CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PESSOAS, COMB. GASOLINA OU FLEX, COM TRAVA E VIDRO ELÉTRICOS, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, PELÍCULA FUMÊ, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA: 650KG, SEGURO TOTAL, INCLUSIVE CONTRA TERCEIROS, EQUIPADO COM TODOS OS ITENS BÁSICO DE SÉRIE, APARELHO DE SOM COM CD/PLAYER/MP3/USB E ITENS REGULAMENTARES DE SEGURANÇA, FABRICAÇÃO COM NO MÁXIMO 02 (DOIS) ANOS DE USO CONTADOS DA DATA DA ENTREGA DO AUTOMOVEL. SEGURO TOTAL COM FRANQUIA INCLUSA NA COMPOSIÇÃO DO VALOR NA DIÁRIA (COBERTURA CONTRA INCÊNDIO E COLISÃO), BEM COMO CONTRA TERCEIROS (COBERTURA FÍSICA E MATERIAL), E OUTROS ENCARGOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 24HS, MANUTENÇÃO, LICENCIAMENTOS, REPAROS, SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO EM CASO DE QUALQUER OCORRÊNCIA, POR CONTA DA CONTRATADA.

CatSer: **4014** - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Data: 26/01/2024 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:900022024 / UASG:929895
Lote/Item: /3
Ata: N/A
Homologação: 21/02/2024 11:16
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 48
Unidade: UNIDADE
UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.116.541/0001-54 *VENCEDOR*	AUTO LESTE LTDA	R$ 3.990,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
PI	Teresina	AV HOMERO CASTELO BRANCO, 2652	(86) 3232-6898/ (86) 3081-8697

13.912.374/0001-25	R F C CARVALHO EIRELI	R$ 4.010,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
PI	Teresina	AV JOAO XXIII, 4150	(86) 3237-0809

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110024/2024
FLS. 43
Rub.

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final

09.192.288/0001-18 MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA — R$ 4.014,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Teresina	AV BARAO DE GURGUEIA, 1315	(86) 3218-2546	mazuad_logistica@hotmail.com

03.105.598/0001-71 D.E REBOUCAS LTDA — R$ 4.790,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MA	São Luís	RUA CELSO MAGALHAES, 14	(26) 3214-8181	potyacar@bol.com.br

23.553.384/0001-75 LK ALUGUEL DE CARROS EIRELI — R$ 4.800,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Salvador	AVENIDA LUIS VIANA, 6462	GERALDO	(71) 3360-6343	licitacoes@lokarautorentacar.com.br

44.385.244/0001-05 PIAUI SERVICOS E LOCACAO LTDA — R$ 5.000,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

10.644.834/0001-93 SOUSA CAMPELO TRANSPORTES LTDA — R$ 5.600,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Teresina	R JOAQUIM BARROSO, 4350	(86) 8107-8955	brlocadora.gerencia@hotmail.com

18.317.476/0001-16 B R F CONSTRUCOES LTDA — R$ 5.990,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Endereço:
,

03.515.317/0001-59 CECOL - CENTRO DE COMERCIO E LOCACAO LTDA — R$ 5.999,02

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:
PI	Teresina	AV NOSSA SENHORA DE FATIMA, 1685

02.491.558/0001-42 LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A. — R$ 7.000,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São Paulo	AVENIDA DEPUTADO RUBENS GRANJA, 121	Paulo Uzêda	(11) 3742-4050	campos @uzeda.com.br

PEDREIRAS/MA
Proc. 041100/2024
FLS. 44
Rub.

Preço (Compras Governamentais) 3: Média das Propostas Finais R$ 6.864,29

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 10.575.398/0001-48

Órgão: AGENCIA DE SANEAMENTO DE PARAGOMINAS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA AGÊNCIA DE SANEAMENTO DE PARAGOMINAS/PA..

Descrição: **Locação de Veículos - Leves / Pesados -** LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UPEspecificação : ESPECIFICAÇÃO: LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR), CABINE DUPLA, AR CONDICIONADO, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 844 L, PELÍCULA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIROS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR FLEX. 1.4, INJEÇÃO ELETRÔNICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, ALÇA DE SEGURANÇA DO LADO PASSAGEIRO, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS COM 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS COM INTERMITÊNCIA, PNEU DE SOCORRO, CHAVE DE RODA, MACACO, TRIÂNGULO, ALARME E TRAVA ELÉTRICA E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE COMO A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA, ALÉM DO FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO, E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO . CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE APROXIMADAMENTE 844L, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 720 KG, COM IDADE NO MÁXIMO DE 02 (DOIS) ANO, A CONTAR DO ANO DE FABRICAÇÃO. QUILOMETRAGEM ESTIMADA: LIVRE.QUANTIDADE DE VEÍCULO: 02 VEÍCULO, CONFORME A SEGUIR:01 - VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR) – PERIODO DA LOCAÇÃO 12 MESES;02 - VEICULO TIP

CatSer: **4014** - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Data: 10/11/2023 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: N°Pregão:52023 / UASG:929760

Lote/Item: /1

Ata: Link Ata

Adjudicação: 24/11/2023 06:13

Homologação: 12/12/2023 14:47

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 24

Unidade: UNIDADE

UF: PA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
02.871.848/0001-11	CENVEL CENTRAL LOCADORA DE VEICULOS LTDA	R$ 5.800,00

VENCEDOR

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP Especificação : ESPECIFICAÇÃO: LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR), CABINE DUPLA, AR CONDICIONADO, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 844 L, PELÍCULA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIROS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR FLEX. 1.4, INJEÇÃO ELETRÔNICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, ALÇA DE SEGURANÇA DO LADO PASSAGEIRO, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS COM 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS COM INTERMITÊNCIA, PNEU DE SOCORRO, CHAVE DE RODA, MACACO, TRIÂNGULO, ALARME E TRAVA ELÉTRICA E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE COMO A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA, ALÉM DO FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO, E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO . CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE APROXIMADAMENTE 844L, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 720 KG, COM IDADE NO MÁXIMO DE 02 (DOIS) ANO, A CONTAR DO ANO DE FABRICAÇÃO. QUILOMETRAGEM ESTIMADA: LIVRE. QUANTIDADE DE VEÍCULO: 02 VEÍCULO, CONFORME A SEGUIR: 01 - VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR) – PERIODO DA LOCAÇÃO 12 MESES; 02 - VEICULO TIP

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PA	Paragominas	R RAIMUNDO NONATO SOBRINHO, 37	(91) 8197-4316	kairoscontabilidade_elizete@outlook.com

20.548.634/0001-90	BM LOCACOES EIRELI	R$ 6.700,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP Especificação : ESPECIFICAÇÃO: LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR), CABINE DUPLA, AR CONDICIONADO, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 844 L, PELÍCULA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIROS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR FLEX. 1.4, INJEÇÃO ELETRÔNICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, ALÇA DE SEGURANÇA DO LADO PASSAGEIRO, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS COM 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS COM INTERMITÊNCIA, PNEU DE SOCORRO, CHAVE DE RODA, MACACO, TRIÂNGULO, ALARME E TRAVA ELÉTRICA E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE COMO A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA, ALÉM DO FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO, E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO . CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE APROXIMADAMENTE 844L, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 720 KG, COM IDADE NO MÁXIMO DE 02 (DOIS) ANO, A CONTAR DO ANO DE FABRICAÇÃO. QUILOMETRAGEM ESTIMADA: LIVRE. QUANTIDADE DE VEÍCULO: 02 VEÍCULO, CONFORME A SEGUIR: 01 - VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR) – PERIODO DA LOCAÇÃO 12 MESES; 02 - VEICULO TIP

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PA	Novo Repartimento	RUA JOAO DE BARRO, 02	ELAN	(94) 9146-4890	bmlocacoes14@gmail.com

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 45

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final

41.463.540/0001-99 ANTONIO ROBSON ALVES MELO 81459980263 — R$ 7.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP Especificação : ESPECIFICAÇÃO: LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR), CABINE DUPLA, AR CONDICIONADO, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 844 L, PELÍCULA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIROS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR FLEX. 1.4, INJEÇÃO ELETRÔNICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, ALÇA DE SEGURANÇA DO LADO PASSAGEIRO, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS COM 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS COM INTERMITÊNCIA, PNEU DE SOCORRO, CHAVE DE RODA, MACACO, TRIÂNGULO, ALARME E TRAVA ELÉTRICA E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE COMO A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA, ALÉM DO FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO, E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO . CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE APROXIMADAMENTE 844L, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 720 KG, COM IDADE NO MÁXIMO DE 02 (DOIS) ANO, A CONTAR DO ANO DE FABRICAÇÃO. QUILOMETRAGEM ESTIMADA: LIVRE. QUANTIDADE DE VEÍCULO: 02 VEÍCULO, CONFORME A SEGUIR: 01 - VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR) – PERIODO DA LOCAÇÃO 12 MESES; 02 - VEICULO TIP

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PA	Parauapebas	R A19, S/N	(91) 9382-3291	robsoncvr@hotmail.com

26.116.633/0001-53 MALUDALLAS SERVICOS E LOCACOES LTDA — R$ 7.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP Especificação : ESPECIFICAÇÃO: LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR), CABINE DUPLA, AR CONDICIONADO, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 844 L, PELÍCULA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIROS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR FLEX. 1.4, INJEÇÃO ELETRÔNICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, ALÇA DE SEGURANÇA DO LADO PASSAGEIRO, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS COM 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS COM INTERMITÊNCIA, PNEU DE SOCORRO, CHAVE DE RODA, MACACO, TRIÂNGULO, ALARME E TRAVA ELÉTRICA E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE COMO A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA, ALÉM DO FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO, E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO . CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE APROXIMADAMENTE 844L, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 720 KG, COM IDADE NO MÁXIMO DE 02 (DOIS) ANO, A CONTAR DO ANO DE FABRICAÇÃO. QUILOMETRAGEM ESTIMADA: LIVRE. QUANTIDADE DE VEÍCULO: 02 VEÍCULO, CONFORME A SEGUIR: 01 - VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR) – PERIODO DA LOCAÇÃO 12 MESES; 02 - VEICULO TIP

Endereço:
.

04.890.271/0001-10 PREGESSO CONSTRUCOES LTDA — R$ 7.100,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: ESPECIFICAÇÃO: VEÍCULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR), CABINE DUPLA, AR CONDICIONADO, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 844 L, PELÍCULA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIROS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR FLEX. 1.4, INJEÇÃO ELETRÔNICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, ALÇA DE SEGURANÇA DO LADO PASSAGEIRO, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS COM 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS COM INTERMITÊNCIA, PNEU DE SOCORRO, CHAVE DE RODA, MACACO, TRIÂNGULO, ALARME E TRAVA ELÉTRICA E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE COMO A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA, ALÉM DO FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO, E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO . CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE APROXIMADAMENTE 844L, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 720 KG, COM IDADE NO MÁXIMO DE 02 (DOIS) ANO, A CONTAR DO ANO DE FABRICAÇÃO. QUILOMETRAGEM ESTIMADA: LIVRE.Especificação : ESPECIFICAÇÃO: LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR), CABINE DUPLA, AR CONDICIONADO, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 844 L, PELÍCULA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIROS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR FLEX. 1.4, INJEÇÃO ELETRÔNICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, ALÇA DE SEGURANÇA DO LADO PASSAGEIRO, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS COM 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS COM INTERMITÊNCIA, PNEU DE SOCORRO, CHAVE DE RODA, MACACO, TRIÂNGULO, ALARME E TRAVA ELÉTRICA E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE COMO A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA, ALÉM DO FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO, E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO . CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE APROXIMADAMENTE 844L, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 720 KG, COM IDADE NO MÁXIMO DE 02 (DOIS) ANO, A CONTAR DO ANO DE FABRICAÇÃO. QUILOMETRAGEM ESTIMADA: LIVRE. QUANTIDADE DE VEÍCULO: 02 VEÍCULO, CONFORME A SEGUIR: 01 - VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR) – PERIODO DA LOCAÇÃO 12 MESES; 02 - VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR) – PERIODO DA LOCAÇÃO 12 MESES;

Endereço:
.

09.664.240/0001-65 C DA S SOARES EIRELI — R$ 7.200,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados / Com Motorista

Endereço:
.

PEDREIRAS/MA
Proc 041 1002/2024
FLS. 46
Rub.

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
02.909.308/0001-80	SANTOS & FERNANDES LTDA	R$ 7.250,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP Especificação : ESPECIFICAÇÃO: LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR), CABINE DUPLA, AR CONDICIONADO, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 844 L, PELÍCULA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIROS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR FLEX. 1.4, INJEÇÃO ELETRÔNICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, ALÇA DE SEGURANÇA DO LADO PASSAGEIRO, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS COM 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS COM INTERMITÊNCIA, PNEU DE SOCORRO, CHAVE DE RODA, MACACO, TRIÂNGULO, ALARME E TRAVA ELÉTRICA E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE COMO A DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA, ALÉM DO FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO, E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO . CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE APROXIMADAMENTE 844L, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA DE ATÉ 720 KG, COM IDADE NO MÁXIMO DE 02 (DOIS) ANO, A CONTAR DO ANO DE FABRICAÇÃO. QUILOMETRAGEM ESTIMADA: LIVRE. QUANTIDADE DE VEÍCULO: 02 VEÍCULO, CONFORME A SEGUIR: 01 - VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR) – PERIODO DA LOCAÇÃO 12 MESES; 02 - VEICULO TIPO PICK UP (STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR) – PERIODO DA LOCAÇÃO 12 MESES; (Strada/Endurence 1.4 CD)

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RN	Natal	RUA CORONEL SILVINO BEZERRA, 1043	(84) 3232-8769	urbana@natal.rn.gov.br

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Finais **R$ 4.413,43**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE VALENCA

Objeto: [LICITANET] - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem condutor, com seguro total, sem franquia e todas as despesas de manutenção (exceto combustível), quilometragem livre para transporte de servidores, móveis, equipamentos e documentos, para atender as Secretarias do Município de Valença – BA, conforme especificações constantes no Edital e Anexo I, através do Sistema de Registro de Preços.

Descrição: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK UP LEVE, sem motorista. Descrição: Veículo com quatro portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 5 passageiros, potência mínima d** - LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK UP LEVE, sem motorista. Descrição: Veículo com quatro portas, tração dianteira, com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico, trava nas portas, alarme, câmbio manual, capacidade máxima de 5 passageiros, potência mínima do motor de 109 cv, consumo médio mínimo de combustível de 8,1 km/l na cidade e 9,4 km/l na estrada, capacidade mínima da caçamba de 844 litros, peso mínimo de 1.215 kg, dimensões mínimas de 4.480 mm de comprimento, 1.732 mm de largura e 1.608 mm de altura, combustível Flex (Gasolina/Etanol), no máximo com 4 (quatro) anos de modelo/fabricação (a partir de 2020), com quilometragem livre, manutenção corretiva e preventiva por conta da Contratada; emplacamento e licenciamento regulares, seguro compreensivo, inclusive para terceiros e demais equipamentos exigidos pelo Contran por conta da Contratada. OBS.: O veículo ficará à disposição do município na forma em que contratado, com combustível e motorista por conta da contratante. Veículo deverá ser fornecido com plotagem conforme arte fornecida pela contratante. Veículo de referência: Fiat Strada Cabine Dupla. O veículo deve ser na cor Branca.

Data: 06/08/2024 10:30
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 14235899000136-1-000138/2024
Lote/Item: 1/4534374
Ata: Link Ata
Homologação: 12/08/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 1
Unidade: Unidade
UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
12.184.807/0001-00 *VENCEDOR*	PREST SERVICE - REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	R$ 4.413,43

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:
Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SE	Lagarto	AV SANTO ANTONIO, 32-D	(79) 9944-0055	prestservice.licitacao@gmail.com

PEDREIRAS/MA
PROC. 041100 2 /2024
FLS. 47

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br
www.gov.br/compras/pt-br
Data: 22/11/2024 10:47:08
Acessar a fonte aqui

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas
https://www.gov.br/pncp/pt-br
Data: 22/11/2024 10:24:40
Acessar a fonte aqui

3 - Prefeitura Municipal de Espera Feliz/MG
https://esperafeliz-mg.portaltp.com.br/consultas/compras/licitacoes.aspx
Data: 22/11/2024 10:23:51
Acessar a fonte aqui

4 - Prefeitura Municipal de Japorã/MS
177.84.25.50:5656/transparencia/
Data: 22/11/2024 10:21:23
Acessar a fonte aqui

PEDREIRAS/MA
PROC 0411002/2024
FLS 48

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

DESPACHO

À Senhora
Marcia de Lima Silva Monte
Agente de Administrativo

Pelo presente, após análise do Estudo Técnico Preliminar, e considerando a importância da contratação, em face das justificativas técnicas apresentadas, encaminho os autos do processo administrativo nº 0411002/2024, Documento de Formalização de Demanda, Intenção de Registro de Preço, juntamente com Estudo Técnico Preliminar com a escolha da solução indicada pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), bem como as pesquisas preliminares de preços, para elaboração do Termo de Referência visando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA. O Termo de Referência deverá conter requisitos necessários com todos os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º e § 1º do art. 40. da Lei Federal 14.133/21, além das informações adicionais para melhor definição do objeto.

Encaminhem-se os autos ao órgão requisitante, para providências necessárias.

Pedreiras – MA, 25 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
Fls 49

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

DESPACHO

Ao Senhor
Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

Em resposta a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, encaminho em anexo, os autos do Processo Administrativo 0411002/2024, onde agora consta o Termo de Referência solicitado, tendo como objeto o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Encaminhem-se os autos ao órgão requisitante, para providências necessárias.

Pedreiras – MA, 28 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

MARCIA DE LIMA SILVA MONTE
Agente de Administrativo

PEDREIRAS/MA
PEDREIRAS/MA /202
/202
FLS: 50
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

1.2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. O presente processo de prestação de serviços de locação de veículos justifica-se pela necessidade das demandas existentes para atendimento as atividades diárias dos funcionários junto aos órgãos oficiais para tratar assuntos do Município de Pedreiras/MA, diante destes fatos elencados e para que não haja descontinuidade dos serviços essenciais prestados por este município, necessita-se a locação de veículos para a atendimento da referida demanda.

1.2.2. Justifica-se a presente prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, para assegurar bom funcionamento das ações administrativas desenvolvidas, por este poder executivo municipal, possibilitando os serviços essenciais de transporte de funcionários, em atendimento às demandas operacionais solicitadas.

2. VALOR ESTIMADO

2.1. O preço considerado como estimativa para o objeto do presente Termo de Referência foi determinado com base em pesquisas de preços realizadas através do Sistema Eletrônico Banco de Preços, com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **R$ 488.627,64 (Quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.233,33	R$ 74.799,96
02	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.019,36	R$ 72.232,32
03	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.128,77	R$ 73.545,24
04	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.296,33	R$ 75.555,96
05	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor (I)	Mês	12	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60
06	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor (II)	Mês	12	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60
07	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor	Mês	12	R$ 5.841,58	R$ 70.098,96
				TOTAL:	**R$ 488.627,64**

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 c/c 107 da Lei n° 14.133, de 2021, por ser economicamente mais vantajosa para o Município de Pedreiras/MA, tendo em vista que sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 51
Rub.

3.2. Os serviços são enquadrados como continuado tendo em vista que que sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. NATUREZA DO OBJETO

4.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 014/2021.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.
5.2. A contratação não foi prevista no plano anual de aquisições, uma vez que o referido PCA está sendo elaborado pelo órgão.
5.3. Ademais, destaca-se que a demanda foi apresentada através de Documento de Formalização de Demanda elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade

7.1.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, conforme consta nos autos do processo.

7.2. Exigência de carta de solidariedade

7.2.1. Não se aplica a este objeto.

7.3. Subcontratação

7.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de Execução

8.1.1. O prazo de início da execução dos serviços é de até 05 (cinco) dias, contados do(a) recebimento da ordem de serviço.
8.1.1.1. *Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

8.2. Local da prestação dos serviços

8.2.1. Os serviços deverão ser executados nos endereços indicados pela Secretaria Requisitante, no seu endereço ou em outro local previamente determinado pela mesma.

8.3. Procedimentos de transição e finalização do contrato

8.3.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. Preposto

9.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução do objeto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

9.7. Fiscalização

9.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA.

9.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.7.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.7.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

9.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.7.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.8. Gestor do Contrato

9.8.1. O Gestor de Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

9.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Recebimento

10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2. Liquidação

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
10.2.2.1. o prazo de validade;
10.2.2.2. a data da emissão;
10.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
10.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
10.2.2.5. o valor a pagar; e
10.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.5. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
10.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 55
Rub. 9

10.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.3. Prazo de pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

10.4. Forma de pagamento

10.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de serviço e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.
10.4.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.
10.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria Requisitante acompanhada das Certidões listadas no subitem 8.4.1 acima.
10.4.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar também juntamente com a documentação elencada no item 8.4.1, o Extrato do Simples referente a última competência.
10.4.5. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Optante pelo Simples estará sujeita a retenção do ISSQN na fonte incidente sobre os serviços prestados, em conformidade com o art. 8º do Decreto Municipal nº 116, de 13 de maio de 2014.
10.4.6. O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.
10.4.7. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.
10.4.8. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
10.4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela

CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,00016438
365 365
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Para comprovação de atendimento à Qualificação Técnica, o edital deverá exigir a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s):
11.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado a prestação satisfatória dos serviços/fornecimento da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

12. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1 - A adoção do sistema de registro de preços, justifica-se nos termos do art. 82 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.462, de 31 de Março de 2023, dispor sobre o sistema de registro de preços. Com a finalidade de garantir a eficiência e a celeridade nos serviços, sendo que o sistema de registro de preços mostra-se como a estratégia mais adequada pelas seguintes razões:

* Economia de Tempo e Recursos: O registro de preços permite que os órgãos públicos realizem uma única licitação para diversos itens ou serviços, estabelecendo preços máximos que podem ser utilizados ao longo de um período determinado. Isso reduz a necessidade de repetir procedimentos licitatórios para cada compra, economizando tempo e recursos administrativos.

* Agilidade nas aquisições/serviços: Com os preços pré-negociados e registrados, as compras/serviços podem ser realizadas de forma mais rápida, especialmente em situações de urgência ou emergência. Isso garante que os órgãos públicos possam adquirir os bens ou serviços necessários de maneira ágil e eficiente, sem atrasos desnecessários.

* Redução de Custos: O registro de preços promove a competição entre os fornecedores, incentivando a oferta de melhores condições comerciais e preços mais competitivos. Além disso, ao comprar em maior volume e consolidar demandas, é possível obter descontos e condições mais favoráveis, contribuindo para a redução de custos para o poder público.

* Transparência e Controle: O processo de registro de preços é transparente e permite o controle rigoroso dos gastos públicos. Os preços registrados ficam disponíveis para consulta pública, facilitando a fiscalização por parte dos órgãos de controle e da sociedade em geral. Isso ajuda a garantir

que as compras sejam realizadas de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

* Flexibilidade e Planejamento: O registro de preços oferece maior flexibilidade aos gestores públicos, permitindo que eles planejem suas compras com antecedência e façam ajustes de acordo com as necessidades e disponibilidade de recursos.

12.1.1 - Em razão do exposto e alinhado à necessidade das Secretarias Municipais, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como o mais apropriado para a presente contratação, alinhando-se aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade, além de estar em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Das condições e do prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços

12.2.1 Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedor(es) a ser(em) registrado(s), convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverá(ão) firmar a contratação no prazo instituído no subitem 12.2.1.1, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

12.2.1.1 A(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos para assinatura da Ata, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Órgão Gerenciador.

12.2.2 O prazo para assinatura da Ata do Sistema de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada, apresentada pela licitante vencedora dentro do prazo e aceite do Município.

12.3. Da vigência da Ata de Registro de Preço

12.3.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por igual período.

12.3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

12.3.2.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

12.3.2.2. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

12.3.2.3. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação e homologação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".
13.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

14. FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Por se tratar de um processo por sistema de registro de preços as despesas ocorrerão por conta das dotações orçamentárias solicitadas a tempo da formalização dos contratos administrativos.

15. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

15.1. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

15.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
15.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;
15.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
15.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto;
15.1.5. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes aos serviços prestados;
15.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Contrato;
15.1.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;

15.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

15.2.1. Executar o contrato conforme especificações definidas no presente Termo de Referência;
15.2.2. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;
15.2.3. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
15.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;
15.2.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE;
a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.
15.2.6. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
15.2.7. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;
15.2.8. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA;

PEDREIRAS/MA
PROC 041102/2024
FLS 59
RUB.

15.2.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA;
15.2.10. A CONTRATADA será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

16. CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.
16.2. A administração convocará a empresa vencedora, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico, preferencialmente a forma que dispõe o Decreto Municipal nº 012/2023.
16.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
16.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no aviso de contratação, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
16.5. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
16.6. Os contratos decorrentes deste instrumento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.
16.7. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n°. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
17.1.5. fraudar a licitação
17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
17.2.1. advertência;
17.2.2. multa;
17.2.3. impedimento de licitar e contratar e
17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
17.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
17.4.1. Para as infrações previstas na legislação, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.
17.4.2. Para as infrações previstas na legislação, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PEDREIRAS/MA
PROC 041102/2024
FLS. 62

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas na legislação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas na legislação, bem como pelas infrações administrativas previstas em legislação que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

18.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.
18.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
18.2. Forma de Execução.
18.2.1. A execução do objeto será empreitada por preço unitário "execução parcelada".
18.3. Exigências de habilitação.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/2024
FLS. 62

18.3.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial à luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:
18.3.1.1. Habilitação jurídica;
18.1.1.2. Habilitação Técnica;
18.1.1.3. Fiscal, Social e Trabalhista;
18.1.1.4. Qualificação econômico-financeira;
18.1.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

19. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

19.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 012/2023, Decreto Municipal 013/2023, Decreto Municipal nº 016/2023, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016, e suas alterações e demais normas pertinentes.
19.2. Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá decidir motivadamente sobre a autorização e prosseguimento dos demais atos inerente a contratação.

Membros integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC):

Pedreiras/MA, 28 de novembro de 2024.

MARCIA DE LIMA SILVA MONTE
Agente de Administrativo
Integrante Requisitante

GECELIO FERREIRA DA SILVA
Agente de Administrativo
Integrante Técnico

PEDREIRAS/MA
PROC. 04/11/2024
FLS. 63

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

TEMO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Pelo presente na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, após análise do Termo de Referência, e considerando os elementos neles contidos, capazes de propiciar as diretrizes da contratação, para atender às necessidades do Município de Pedreiras/MA, APROVO o presente TR com vistas à realização de procedimento licitatório, visando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Encaminhem-se os autos ao órgão requisitante, para providências necessárias.

Pedreiras – MA, 29 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
FLS: 64
Rub:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 53.621.994/0001-20
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

TERMO DE ANUÊNCIA AO TERMO DE REFERÊNCIA

Na qualidade de ÓRGÃO DEMANDANTE referente ao Processo Administrativo nº 0411002/2024, visando o Registro de Preço, manifestado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, para atender as necessidades do Município de Pedreiras/MA, DECLARO para os devidos fins que estamos de acordo com o objeto, especificações e demais condições constante no Termo de Referência, elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) e APROVADO pelo Sr. Marcos Brunieri De Freitas, Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, o qual terá o apoio desta Secretaria Municipal de Administração.

Pedreiras – MA, 29 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

DAMIÃO FELIPE BARBOSA
Secretário Municipal de Administração

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO

Trata-se de Processo Administrativo instaurado em 04 de novembro de 2024, com vistas à realização de procedimento licitatório, visando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Considerando a manifestação pela legalidade constante nos autos do processo, no uso das atribuições que me foram delegadas, **APROVO** o Termo de Referência e **AUTORIZO** a realização do procedimento de contratação por Pregão, na forma eletrônica, nos termos solicitados.

Pedreiras – MA, 29 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

TERMO DE AUTUAÇÃO

Hoje, nesta cidade, AUTUO o Processo Administrativo nº 0411002/2024, com Documento de Formalização da Demanda datado de 04/11/2024, que deu origem ao processo de licitação que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, Marcos Brunieri de Freitas, Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, o subscrevo.

1. DOS AUTOS

Faz parte dos autos a documentação inerente à instauração de procedimento de licitação para execução do objeto abaixo indicado, composto pelos seguintes elementos principais:

a) Documento de formalização da demanda;
b) Intenção de Registro de Preços;
c) Publicação do Aviso de Intenção de Registro de Preços;
d) Manifestação de Órgão Participante
e) Estudo Técnico Preliminar;
f) Termo de Aprovação de ETP;
g) Pesquisa Preliminar de Preço;
h) Termo de Referência;
i) Termo de Aprovação de TR;
j) Autorização da autoridade competente;
k) Autuação;

2. DA ORIGEM DA LICITAÇÃO

- PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0411002/2024.
- SECRETARIAS REQUISITANTES: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo e Secretaria Municipal de Administração.

3. DO OBJETO

- DESCRIÇÃO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

4. DO PROCEDIMENTO ADOTADO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

- PROCEDIMENTO ADOTADO: Pregão Eletrônico, nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei Federal n°. 14133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/2023.

5. ESTIMATIVA DO VALOR

- O valor global estimado da licitação é de R$ 488.627,64 (Quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos).

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas decorrentes da execução dos fornecimentos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA a época da formalização dos contratos administrativos.

7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- O procedimento de licitação em epígrafe está fundamentado na Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 012/2023 e demais legislações pertinentes.

Pedreiras – MA, 29 de novembro de 2024.

Atenciosamente,

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002 /2024
Fls. 68

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

DESPACHO

À
Procuradoria Geral do Município
Prefeitura de Pedreiras/MA

Prezados,

Pelo presente, encaminho os autos do Processo Administrativo nº 0411002/2024, cujo objeto é o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA, contendo todos os artefatos necessários da fase preparatória, para que seja procedida com a análise jurídica da contratação, para fins do controle prévio de legalidade em cumprimento ao disposto no art. 53, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Encaminhem-se os autos a Procuradoria Geral do Município, para providências necessárias, quanto a manifestação jurídica que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

Certo de sua atenção, agradeço antecipadamente.

Pedreiras – MA, 29 de novembro de 2024.

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 004/2021-GP

Recebido em: 29 / 11 /2024

FABRICIO COSTA SAMPAIO
Assessor Jurídico

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/202
FLS. 69
Rub.

EDITAL E ANEXOS **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX** **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** **MODO DE DISPUTA ABERTO**
REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, LEI FEDERAL Nº 14.770/2023, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017, DECRETO FEDERAL Nº11.462/2023 (SRP).

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0411002/2024	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/XXXX**
ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo **ÓGÃOS PARTICIPANTES**: Secretaria Municipal de Administração	
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO "POR ITEM"	**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO "EXECUÇÃO PARCELADA"
OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.	
O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL LICITANET, site: http://www.licitanet.com.br **SESSÃO PÚBLICA: __/__/2024, às __:__h (Horário de Brasília)** Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".	
DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL **DIA:** Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira **HORÁRIO:** das 08:00hs às 14:00hs (horário local). **LOCAL:** Sala do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedreiras, localizada na Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65,725-000, Centro – Pedreiras/MA. E-mail para contato com a CPL: cpl@pedreiras.ma.gov.br **O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico:** www.pedreiras.gov.br	
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: **FRANCISCO FLORENCIO DE SOUSA** Pregoeiro Municipal *Port. nº004/2024* *E-mail: cpl@pedreiras.ma.gov.br*	Este instrumento contém: Edital e seus anexos com **48 (quarenta e oito)** páginas, incluindo esta, numericamente ordenadas.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/XXXX - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0411002/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODO DE DISPUTA ABERTO

O MUNICÍPIO DE PEDREIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.184.253/0001-49, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por meio do seu AGENTE DE CONTRATAÇÃO, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **XX:XX hrs, do dia XX/XX/XXXX**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento, "MENOR PREÇO POR ITEM" que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 012/2023, Lei Federal nº 14.770/2023, Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.licitanet.com.br. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema portal LICITANET, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

1. OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.
1.2. O critério de julgamento adotado será o **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.
1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
1.4. O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 65/2021 da SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **488.627,64 (Quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentário, conforme dispõe o art. 17. do Decreto Federal n°. 11.462/2023, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes, que poderão advir do presente procedimento licitatório.

PEDREIRAS/MA
Proc 045/002/202
FLS. 71
Rub.

3.2. Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL LICITANET.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04111002/2024
FLS. 73
Rub.

4.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2. e 4.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
4.11. O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
4.14. Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.
4.14.1. A validação da assinatura eletrônica será realizada através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio https://verificador.iti.gov.br, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.
4.14.2. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;
5.1.2. Marca (se houver);
5.1.3. Fabricante (se houver);

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *O licitante não poderá* oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de executar os serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

PEDREIRAS/MA
Proc 041102/2024
FLS. 78
Rub.

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2. ou 6.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

PEDREIRAS/MA
FLS. 36
Rub.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual *de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R$1,00 (um) real.*
7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 97
Rub.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no edital, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. FASE DE JULGAMENTO

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/002/2024
FLS. 99
Rub.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF, quando for o caso;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "8.1.1.", "8.1.2." e "8.1.3." acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 80
Rub.

8.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, constam nos itens 9.23. 9.24, 9.25 e 9.26 e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.5.2. Nos termos do item acima, o agente deverá proporcionar conforme o caso, meios alternativos e prazos razoáveis, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para envio de documentos diligenciado.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL LICITANET, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.11.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL LICITANET**;

9.11.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada, após solicitação do pregoeiro.

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

9.15. A solicitação dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no edital.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9.22. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

9.22.1. REQUISITO DE PRÉ HABILITAÇÃO - GARANTIA DE PROPOSTA:

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110021/2024
FLS. 82
Rub.

9.22.1.1. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação;
9.22.1.2. A garantia de proposta poderá ser prestada através das modalidades:

a) - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) - seguro-garantia;

c) - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.22.1.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
9.22.1.4. A data da garantia será considerada a data para abertura da sessão.

9.23. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.23.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
9.23.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.23.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
9.23.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9.23.5. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
9.23.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9.23.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
9.23.8. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
9.23.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.24. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.24.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
9.24.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

PEDREIRAS/MA
Fls. 04/10/2024
FLS. 83
Rub.

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.24.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.24.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.24.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.24.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.24.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.24.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.25. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.25.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.25.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.25.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

9.25.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contáveis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/2021
FLS. 84
Rub.

9.25.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\textbf{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.25.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez porcento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.
9.25.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.25.5.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.25.5.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.25.5.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.5.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.6. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
9.25.7. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).
9.25.8. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.
9.25.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.25.9.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.25.10. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da IN Seges/ME nº 116/2021) ou de sociedade simples;

9.26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

PEDREIRAS/MA
PEDREIRAS/MA
Proc. 041100 2/2024
FLS. 85
Rub.

9.26.1. Entre as obrigações técnicas, e, objetivando garantir que os proponentes interessados em fornecer seus serviços/produtos aos entes públicos, sejam empresas idôneas devidamente inspecionadas, bem como assegurar que a qualidade esteja de acordo com as normas técnicas necessárias, deverá ser apresentada a seguinte documentação:
9.26.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado a prestação satisfatória dos serviços/fornecimento da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.
9.26.1.2. Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de execução de complexidade tecnológica e operacional similar, equivalente ou superior. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
9.26.1.3. A licitante de forma facultativa poderá apresentar juntamente com o(s) atestado(s) de capacidade técnica, cópias dos contratos com suas planilhas e respectivas notas ficais evitando a possível abertura de diligências.
9.26.1.4. A Prefeitura Municipal de PEDREIRAS (MA) se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.27. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:
9.27.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
9.27.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.
9.27.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
9.27.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
9.27.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05. (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão, assim como no PNCP para que surja seus efeitos legais.
10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

PEDREIRAS/MA
PROC. /202
FLS. 04/4/2006 /202
RUB. FLS. 86
RUB.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DA ASSINATURA DOS CONTRATOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05. (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar os Contratos, cujo prazo de validade encontrarão neles fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
12.3. O Contrato será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão, assim como no PNCP para que surja seus efeitos legais.

13. RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 87
Rub.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
13.11. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

14. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Licitanet no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.
14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

PEDREIRAS/MA
PROC. 041002/202 4
FLS. 88
Rub.

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5. fraudar a licitação

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas no edital, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas no edital, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas previstas em lei

e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na legislação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

16.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

16.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

16.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 20
Rub.

16.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
16.11. Fica eleito o foro da Comarca de Pedreiras/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.
16.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônico www.pedreiras.ma.gov.br e-mail: cpl@pedreiras.ma.gov.br e Sistema do TCE no endereço eletrônico https://apps.tce.ma.gov.br/sinc-site/contrata, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA, sito à Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000 – Centro – Pedreiras/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
16.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 16 deste instrumento.

17. ANEXOS
17.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:
17.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta.
17.1.2. Anexo II - Termo de Referência.
17.1.3. Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços.
17.1.3. Anexo IV – Minuta do Contrato.

Pedreiras/MA, em XX de XXXXXXXXX de XXXX.

Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 005/2025-GP

MINUTA

PEDREIRAS/MA
PROC. 04110092024
FLS. 91
Rub.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

AO
PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS/MA
PREFEITURA MUNICIPAL PEDREIRAS/MA
Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro.

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/XXXX

Objeto: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Senhor Pregoeiro,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a contratação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
Razão Social
CNPJ:
Endereço:
E-mail Oficial de comunicação: | Tel:
Valor Total da Proposta: R$.....(.....)

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	MARCA (se houver)	PREÇOS R$	
					UNTÁRIO	TOTAL

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
3. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:
4. VALIDADE DO OBJETO:
5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:
6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço).

_____
(local e data)

_____
(Nome e assinatura do responsável da empresa)

PEDREIRAS/MA
PROC. 04/10/2024
FLS. 92
Rub.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

1.2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. O presente processo de prestação de serviços de locação de veículos justifica-se pela necessidade das demandas existentes para atendimento as atividades diárias dos funcionários junto aos órgãos oficiais para tratar assuntos do Município de Pedreiras/MA, diante destes fatos elencados e para que não haja descontinuidade dos serviços essenciais prestados por este município, necessita-se a locação de veículos para a atendimento da referida demanda.

1.2.2. Justifica-se a presente prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, para assegurar bom funcionamento das ações administrativas desenvolvidas, por este poder executivo municipal, possibilitando os serviços essenciais de transporte de funcionários, em atendimento às demandas operacionais solicitadas.

2. VALOR ESTIMADO

2.1. O preço considerado como estimativa para o objeto do presente Termo de Referência foi determinado com base em pesquisas de preços realizadas através do Sistema Eletrônico Banco de Preços, com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **R$ 488.627,64 (Quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.233,33	R$ 74.799,96
02	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.019,36	R$ 72.232,32
03	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.128,77	R$ 73.545,24
04	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.296,33	R$ 75.555,96
05	Locação de 01 (um) veículo tipo strada cabine simples - sem condutor (I)	Mês	12	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60
06	Locação de 01 (um) veículo tipo strada cabine simples - sem condutor (II)	Mês	12	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60
07	Locação de 01 (um) veículo tipo strada cabine dupla - sem condutor	Mês	12	R$ 5.841,58	R$ 70.098,96
				TOTAL:	**R$ 488.627,64**

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 c/c 107 da Lei n° 14.133, de 2021, por ser economicamente mais vantajosa para o Município de Pedreiras/MA, tendo em vista que sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/10/2024
FLS. 93
Rub.

3.2. Os serviços são enquadrados como continuado tendo em vista que que sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. NATUREZA DO OBJETO

4.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 014/2021.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.
5.2. A contratação não foi prevista no plano anual de aquisições, uma vez que o referido PCA está sendo elaborado pelo órgão.
5.3. Ademais, destaca-se que a demanda foi apresentada através de Documento de Formalização de Demanda elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade

7.1.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, conforme consta nos autos do processo.

7.2. Exigência de carta de solidariedade

7.2.1. Não se aplica a este objeto.

7.3. Subcontratação

7.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de Execução

8.1.1. O prazo de início da execução dos serviços é de até 05 (cinco) dias, contados do(a) recebimento da ordem de serviço.
8.1.1.1. *Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

8.2. Local da prestação dos serviços

8.2.1. Os serviços deverão ser executados nos endereços indicados pela Secretaria Requisitante, no seu endereço ou em outro local previamente determinado pela mesma.

8.3. Procedimentos de transição e finalização do contrato

8.3.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

PEDREIRAS/MA
PROC. 041002/2024
FLS. 94
Rub.

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.
9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. Preposto

9.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução do objeto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
9.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

9.7. Fiscalização

9.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA.
9.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
9.7.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
9.7.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
9.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
9.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
9.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
9.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
9.7.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.8. Gestor do Contrato

9.8.1. O Gestor de Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110082/2024
FLS. 98
Rub.

9.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
9.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
9.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
9.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
9.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
9.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Recebimento

10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.
10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2. Liquidação

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
10.2.2.1. o prazo de validade;
10.2.2.2. a data da emissão;
10.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
10.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
10.2.2.5. o valor a pagar; e
10.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.5. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
10.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.3. Prazo de pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

10.4. Forma de pagamento

10.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de serviço e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

PEDREIRAS/MA
Proc. 0241002/2024
Fls. 97
Rub.

10.4.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.
10.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria Requisitante acompanhada das Certidões listadas no subitem 8.4.1 acima.
10.4.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar também juntamente com a documentação elencada no item 8.4.1, o Extrato do Simples referente a última competência.
10.4.5. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Optante pelo Simples estará sujeita a retenção do ISSQN na fonte incidente sobre os serviços prestados, em conformidade com o art. 8º do Decreto Municipal nº 116, de 13 de maio de 2014.
10.4.6. O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.
10.4.7. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.
10.4.8. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
10.4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,00016438
365 365
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Para comprovação de atendimento à Qualificação Técnica, o edital deverá exigir a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s):
11.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado a prestação satisfatória dos serviços/fornecimento da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

12. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1 - A adoção do sistema de registro de preços, justifica-se nos termos do art. 82 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.462, de 31 de Março de 2023, dispor sobre o sistema de registro de preços. Com a finalidade de garantir a eficiência e a celeridade nos serviços, sendo que o sistema de registro de preços mostra-se como a estratégia mais adequada pelas seguintes razões:

* Economia de Tempo e Recursos: O registro de preços permite que os órgãos públicos realizem uma única licitação para diversos itens ou serviços, estabelecendo preços máximos que podem ser utilizados ao longo de um período determinado. Isso reduz a necessidade de repetir procedimentos licitatórios para cada compra, economizando tempo e recursos administrativos.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110022024
Fls. 98
Rub.

* Agilidade nas aquisições/serviços: Com os preços pré-negociados e registrados, as compras/serviços podem ser realizadas de forma mais rápida, especialmente em situações de urgência ou emergência. Isso garante que os órgãos públicos possam adquirir os bens ou serviços necessários de maneira ágil e eficiente, sem atrasos desnecessários.

* Redução de Custos: O registro de preços promove a competição entre os fornecedores, incentivando a oferta de melhores condições comerciais e preços mais competitivos. Além disso, ao comprar em maior volume e consolidar demandas, é possível obter descontos e condições mais favoráveis, contribuindo para a redução de custos para o poder público.

* Transparência e Controle: O processo de registro de preços é transparente e permite o controle rigoroso dos gastos públicos. Os preços registrados ficam disponíveis para consulta pública, facilitando a fiscalização por parte dos órgãos de controle e da sociedade em geral. Isso ajuda a garantir que as compras sejam realizadas de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

* Flexibilidade e Planejamento: O registro de preços oferece maior flexibilidade aos gestores públicos, permitindo que eles planejem suas compras com antecedência e façam ajustes de acordo com as necessidades e disponibilidade de recursos.

12.1.1 - Em razão do exposto e alinhado à necessidade das Secretarias Municipais, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como o mais apropriado para a presente contratação, alinhando-se aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade, além de estar em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Das condições e do prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços

12.2.1 Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedor(es) a ser(em) registrado(s), convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverá(ão) firmar a contratação no prazo instituído no subitem 12.2.1.1, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

12.2.1.1 A(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos para assinatura da Ata, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Órgão Gerenciador.

12.2.2 O prazo para assinatura da Ata do Sistema de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada, apresentada pela licitante vencedora dentro do prazo e aceite do Município.

12.3. Da vigência da Ata de Registro de Preço

12.3.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por igual período.

12.3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

12.3.2.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

PEDREIRAS/MA
FLS. 04/10/2024
FLS. 99
Rub.

12.3.2.2. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei n° 14.133/21.
12.3.2.3. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação e homologação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".
13.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

14. FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Por se tratar de um processo por sistema de registro de preços as despesas ocorrerão por conta das dotações orçamentárias solicitadas a tempo da formalização dos contratos administrativos.

15. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

15.1. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:
15.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
15.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;
15.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
15.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto;
15.1.5. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes aos serviços prestados;
15.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Contrato;
15.1.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;
15.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:
15.2.1. Executar o contrato conforme especificações definidas no presente Termo de Referência;
15.2.2. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;
15.2.3. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
15.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;
15.2.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE;
a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.
15.2.6. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.2.7. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;
15.2.8. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA;
15.2.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA;
15.2.10. A CONTRATADA será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

16. CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.
16.2. A administração convocará a empresa vencedora, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico, preferencialmente a forma que dispõe o Decreto Municipal nº 012/2023.
16.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
16.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no aviso de contratação, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
16.5. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
16.6. Os contratos decorrentes deste instrumento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.
16.7. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n°. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

PEDREIRAS/MA
PROC. 04110022024
FLS 101
RUB.

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
17.1.5. fraudar a licitação
17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
17.2.1. advertência;
17.2.2. multa;
17.2.3. impedimento de licitar e contratar e
17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
17.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
17.4.1. Para as infrações previstas na legislação, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.
17.4.2. Para as infrações previstas na legislação, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas na legislação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS 102
Rub.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas na legislação, bem como pelas infrações administrativas previstas em legislação que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

18.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

18.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

18.2. Forma de Execução.

18.2.1. A execução do objeto será empreitada por preço unitário "execução parcelada".

18.3. Exigências de habilitação.

18.3.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial à luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:
18.3.1.1. Habilitação jurídica;
18.1.1.2. Habilitação Técnica;
18.1.1.3. Fiscal, Social e Trabalhista;
18.1.1.4. Qualificação econômico-financeira;
18.1.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

19. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

19.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 012/2023, Decreto Municipal 013/2023, Decreto Municipal nº 016/2023, Lei Complementar nº 123/2006, altera-

PEDREIRAS/MA
Proc. 041008/2024
FLS. 103
Rub.

da pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016, e suas alterações e demais normas pertinentes.

19.2. Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá decidir motivadamente sobre a autorização e prosseguimento dos demais atos inerente a contratação.

MINUTA

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
FLS 104
Rub

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADM. Nº 0411002/2024

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO:
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de Licitação nº___/____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nome empresarial:						
CNPJ nº:						
Endereço:						
(DDD) Telefone: (DDD) Fax:						
E-mail:						
Representante legal:						
CPF nº:						
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca/ Modelo	P. Unitário Registrado (R$)	P. Total Registrado (R$)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de _____.
3.2. Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: _____.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 905
Rub.

participantes, conforme alterações proferidas pela Lei Federal nº14.770/23, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 106
Rub.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere a exigência do edital somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços poderá será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no ambiente de acesso público.
5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/2024
FLS. 107
Rub.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do edital, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 108
Rubr.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no edital, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

PEDREIRAS/MA
Proc 04116022024
Fls: 109
Rub.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

12. DO FORO
12.1 Fica eleito o Foro do Município de Pedreiras, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

PEDREIRAS/MA, ___de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
XXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXX
PORT.: XXXXX

DETENTORA DO REGISTRO:
.....
CNPJ nº:
Nome Cargo : R.G. :

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
Fls. 110
Rub.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº_____/_____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0411002/2024

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE PEDREIRAS, por meio do _____ *[órgão da Administração Direta]*, ou a (o) _____ *[entidade da Administração Indireta]*, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para fornecimento contínuo na forma abaixo.

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE PEDREIRAS, ESTADO DO MARANHÃO,** por meio do _____ [*órgão da Administração Direta*], ou _____ a(o) [*entidade da Administração Indireta*] com sede na _____, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [*autoridade administrativa competente para firmar o contrato*], inscrito no CPF nº _____, e a sociedade _____ , estabelecida na _____ [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [*representante da sociedade CONTRATADA*], inscrito no CPF nº _____, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/XXXX, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 0411002/2024, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

PARAGRAFO UNICO: Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX;
b) Termo de Referência;
c) Proposta e documentos anexos, firmados pela CONTRATADA;
d) Ata de Registro de Preços;
e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Parágrafo Único – Os **fornecimentos contínuos** serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do **Termo de Referência**, bem como nas normas técnicas para a execução dos fornecimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de R$ _____ (por extenso), conforme planilha discriminativa abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.						
VALOR TOTAL:						

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *[setor competente do órgão ou entidade licitante]*.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do **fornecimento** será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04146021/2021
FLS. 112
Rub.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.
Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:
R = Po [(I-Io)/Io]
Onde:
R = valor do reajuste;
I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.
Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.
Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos fornecimentos caberá à comissão designada por ato da autoridade competente. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/2021 4
FLS. 113
Rub.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.
Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.
Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos fornecimentos contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.
Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados desta, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
Parágrafo Segundo – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela autoridade competente que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, reexecutar os fornecimentos, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado.

PEDREIRAS/MA
PROC. 041.002/2024
FLS. 114
Rub.

Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv. **Multa:**
    1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    2. *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
        i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 115
Rub.

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60 (sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/202
FLS. 116
Rub.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Pedreiras, classificada conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO:
UNIDADE ORÇAMENTARIA:
PROJETO/ATIVIDADE:
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 118
Rub.

Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreiras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

a. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Pedreiras/MA, em _____ de _____ de _____.

_____
Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)
CONTRATANTE

_____
Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)
CONTRATADO

MINUTA

PEDREIRAS/MA
PROC 0411002/2024
FLS. 119
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 06.184.253/0001-49
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

PARECER JURÍDICO

AO SENHOR
SR.º MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

MODALIDADE: Pregão Eletrônico
PROCESSO nº 0411002/2024
ORIGEM: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
ASSUNTO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Senhor Secretário,

Cuida-se de análise jurídica para fins de contratação de empresa para prestação de serviços contínuos com fornecimentos de materiais e equipamentos por meio de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, com fulcro na Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021, assim, vieram os autos contendo: a requisição do objeto e apresentação das justificativas das necessidades de contratação, a autorização para instauração do procedimento, o estudo técnico preliminar, a pesquisa de mercado, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência e minutas do edital, contrato e ata de registro de preços.

1. Da Aplicabilidade Normativa.

O artigo 194 da Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC estabelece a vigência da norma a partir de sua publicação em 1º de abril de 2021, portanto, estando em pleno vigor desde esta data.

Assim, ante a identificação constante no preâmbulo do Edital, os itens presentes em suas cláusulas e a instrução dos autos do processo para a fase preparatória, contendo todos os elementos exigidos, resta evidente que o Edital do Pregão Eletrônico atende as determinações expressas na NLLC.

Deste modo, o sistema de contratação adotado para o certame, desde a sua origem é aquele previsto na NLLC, assim, sob esta perspectiva, o Edital encontra-se em perfeita consonância com a Lei nº 14.133/2021.

2. Da Fase Preparatória.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

PEDREIRAS/MA
PROC 041002/2021
FLS. 120
RUB.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
V - a elaboração do edital de licitação;
VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência e as minutas do edital, ata de registro de preços e contrato.

PEDREIRAS/MA
PROC 04111002/202 9
FLS. 121
RUB. 9

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, tendo em vista a contratação de interesse público realizado pela Prefeitura Municipal de Pedreiras, onde os objetos da contratação atenderão a demanda dos órgãos requisitantes.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa e objetivo da licitação, classificação dos objetos comuns, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, deveres da Contratante e da Contratada, fiscalização do contrato, revisão de preços, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> d) requisitos da contratação;
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
> g) critérios de medição e de pagamento;
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
> i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

PEDREIRAS/MA
FLS 04/11/2021
FLS 122

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, justificativa para a formação do lote único, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1° e incisos do artigo 18 da NLLC, senão vejamos:

> Art. 18. [...]
> § 1° O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
> III - requisitos da contratação;
> IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
> VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
> VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
> VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
> IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
> X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
> XI - contratações correlatas e/ou interdependentes; XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos,

> bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame se encontra em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

3. Da Minuta do Edital

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo dois anexos, quais sejam: o termo de referência e a minuta do contrato. Ademais, a minuta do Edital, a minuta da ata de registro de preços veio com os seguintes itens descriminados: sessão pública, definição do objeto, recursos orçamentários, condições de participação, encaminhamento e elementos da proposta, formulação dos lances, aceitabilidade e classificação da proposta, habilitação, recurso, adjudicação e homologação do certame, pedido de esclarecimentos e impugnação ao edital, disposições finais e foro de julgamento.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

De largada, por se tratar de fornecimento de objeto de forma contínua, a ser entregue parceladamente, de acordo com a necessidade da Contratante, se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, fiscalização do contrato, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/202
FLS. 124
Rub.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
I - o objeto e seus elementos característicos;
II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
IX - a matriz de risco, quando for o caso;
X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ: 06.184.253/0001-49
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

Portanto, a minuta do contrato e encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública e não se enquadrando como contratação de alto valor.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021. Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o "menor preço" e o modo de disputa "aberto", do mesmo modo, mostram-se adequados para a modalidade determinada pelo legislador.

E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento.

Assim, conditio sine qua non que sejam preservadas e devidamente observadas as publicações do Edital e Contrato (quando devidamente assinado), nos demais veículos e meios exigidos em lei, dispensando-se a publicação em jornal de circulação local, com fulcro no §2º do artigo 175 da Lei nº 14.133/2021.

4. Da Conclusão

Ante a todo o exposto, e com fundamento no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às minutas apresentadas, verifica-se a devida obediência aos ditames da NLLC, razão pela qual conclui-se pela devida aprovação e opina-se pelo prosseguimento do processo, recomendando-se a observância das publicações e do prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para a abertura da sessão pública, conforme determinado pelo artigo 55, inciso II, alínea "a" da Lei nº14.133/2021, s.m.j..

Pedreiras/MA, 02 de dezembro de 2024.

FABRICIO COSTA SAMPAIO
Assessor Jurídico
OAB/PI Nº 9845

PEDREIRAS/MA
PROC 0411002/2024
FLS 126

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

EDITAL E ANEXOS **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025** **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** **MODO DE DISPUTA ABERTO**	
REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, LEI FEDERAL Nº 14.770/2023, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017, DECRETO FEDERAL Nº11.462/2023 (SRP).	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0411002/2024	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025**
ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo **ÓGÃOS PARTICIPANTES**: Secretaria Municipal de Administração	
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO "POR ITEM"	**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO "EXECUÇÃO PARCELADA"
OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.	
O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL LICITANET, site: http://www.licitanet.com.br **SESSÃO PÚBLICA: 31/01/2025, às 09:00h (Horário de Brasília)** Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".	
DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL **DIA:** Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira **HORÁRIO:** das 08:00hs às 14:00hs (horário local). **LOCAL:** Sala do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedreiras, localizada na Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65,725-000, Centro – Pedreiras/MA. E-mail para contato com a CPL: cpl@pedreiras.ma.gov.br **O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico:** www.pedreiras.gov.br	
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: **FRANCISCO FLORENCIO DE SOUSA** Pregoeiro Municipal *Port. nº 111/2025-GP* *E-mail: cpl@pedreiras.ma.gov.br*	Este instrumento contém: Edital e seus anexos com **48 (quarenta e oito)** páginas, incluindo esta, numericamente ordenadas.

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
FLS 127

PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0411002/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODO DE DISPUTA ABERTO

O MUNICÍPIO DE PEDREIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.184.253/0001-49, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por meio do seu AGENTE DE CONTRATAÇÃO, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **09:00 hrs, do dia 31/01/2025**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento, "MENOR PREÇO POR ITEM" que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 012/2023, Lei Federal nº 14.770/2023, Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.licitanet.com.br. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema portal LICITANET, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

1. OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.
1.2. O critério de julgamento adotado será o **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.
1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
1.4. O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 65/2021 da SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **488.627,64 (Quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentário, conforme dispõe o art. 17. do Decreto Federal n°. 11.462/2023, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes, que poderão advir do presente procedimento licitatório.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/10/202 4
FLS. PEDREIRAS/MA 128
Rub. /202
FLS:
Rub.

3.2. Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL LICITANET.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110022024
FLS. 129
Rub.

4.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2. e 4.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
4.11. O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
4.14. Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.
4.14.1. A validação da assinatura eletrônica será realizada através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio https://verificador.iti.gov.br, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.
4.14.2. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
5.1.1. valor unitário ou desconto (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;
5.1.2. Marca (se houver);
5.1.3. Fabricante (se houver);
5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
5.2.1. *O licitante não poderá* oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*
5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110042024
FLS. 130
Rub.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de executar os serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110022024
FLS. 131
Rub.

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2. ou 6.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual *de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R$1,00 (um) real.*
7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

PREFEITURA MA
Proc. 02111002/2024
Fls. 133
Rub.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no edital, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

PEDREIRAS/MA
FLS. 134
Rub.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. FASE DE JULGAMENTO

PEDREIRAS/MA
Proc 041102/2024
FLS. 135
Rub.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF, quando for o caso;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "8.1.1.", "8.1.2." e "8.1.3." acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

PEDREIRAS/MA
PROC. 02111002 /2024
FLS. 136
Rub.

8.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, constam nos itens 9.23. 9.24, 9.25 e 9.26 e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.5.2. Nos termos do item acima, o agente deverá proporcionar conforme o caso, meios alternativos e prazos razoáveis, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para envio de documentos diligenciado.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

PEDREIRAS/MA
PROC. 04110024/2024
FLS 137
RUB

9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL LICITANET, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.11.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL LICITANET**;

9.11.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada, após solicitação do pregoeiro.

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

9.15. A solicitação dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no edital.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9.22. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

9.22.1. REQUISITO DE PRÉ HABILITAÇÃO - GARANTIA DE PROPOSTA:

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/2024
FLS. 138
Rub.

9.22.1.1. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação;
9.22.1.2. A garantia de proposta poderá ser prestada através das modalidades:

a) - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) - seguro-garantia;

c) - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.22.1.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
9.22.1.4. A data da garantia será considerada a data para abertura da sessão.

9.23. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.23.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
9.23.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.23.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
9.23.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9.23.5. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
9.23.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9.23.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
9.23.8. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
9.23.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.24. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.24.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
9.24.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 139
Rub.

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.24.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.24.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.24.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.24.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.24.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.24.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.25. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.25.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.25.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.25.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

9.25.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contáveis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/2024
FLS. 140
Rub.

9.25.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\textbf{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.25.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez porcento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.
9.25.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.25.5.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.25.5.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.25.5.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.5.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.6. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
9.25.7. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).
9.25.8. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.
9.25.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.25.9.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.25.10. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da IN Seges/ME nº 116/2021) ou de sociedade simples;

9.26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2021
FLS. 141
Rub.

9.26.1. Entre as obrigações técnicas, e, objetivando garantir que os proponentes interessados em fornecer seus serviços/produtos aos entes públicos, sejam empresas idôneas devidamente inspecionadas, bem como assegurar que a qualidade esteja de acordo com as normas técnicas necessárias, deverá ser apresentada a seguinte documentação:
9.26.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado a prestação satisfatória dos serviços/fornecimento da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.
9.26.1.2. Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de execução de complexidade tecnológica e operacional similar, equivalente ou superior. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
9.26.1.3. A licitante de forma facultativa poderá apresentar juntamente com o(s) atestado(s) de capacidade técnica, cópias dos contratos com suas planilhas e respectivas notas ficais evitando a possível abertura de diligências.
9.26.1.4. A Prefeitura Municipal de PEDREIRAS (MA) se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.27. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:
9.27.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
9.27.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.
9.27.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
9.27.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
9.27.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05. (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão, assim como no PNCP para que surja seus efeitos legais.
10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

PEDREIRAS/MA
Fls. 04/10/2024
FLS. 142
Rub.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DA ASSINATURA DOS CONTRATOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05. (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar os Contratos, cujo prazo de validade encontrarão neles fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
12.3. O Contrato será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão, assim como no PNCP para que surja seus efeitos legais.

13. RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

PEDREIRAS/MA
FLS 04/10/2024
FLS 143
Rub

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
13.11. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

14. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Licitanet no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.
14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

PEDREIRAS/MA
PEDREIRAS/MA 202
Proc. 04/10/2024
FLS. 144
Rub.

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
15.1.5. fraudar a licitação
15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
15.2.1. advertência;
15.2.2. multa;
15.2.3. impedimento de licitar e contratar e
15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
15.3.2. as peculiaridades do caso concreto
15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
15.4.1. Para as infrações previstas no edital, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.
15.4.2. Para as infrações previstas no edital, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas previstas em lei

PEDREIRAS/MA
PROC. 041002/2024
FLS. 145
Rub.

e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na legislação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

16.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

16.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

16.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 146
Rub.

16.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
16.11. Fica eleito o foro da Comarca de Pedreiras/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.
16.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônico www.pedreiras.ma.gov.br e-mail: cpl@pedreiras.ma.gov.br e Sistema do TCE no endereço eletrônico https://apps.tce.ma.gov.br/sinc-site/contrata, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA, sito à Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000 – Centro – Pedreiras/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
16.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 16 deste instrumento.

17. ANEXOS
17.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:
17.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta.
17.1.2. Anexo II - Termo de Referência.
17.1.3. Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços.
17.1.3. Anexo IV – Minuta do Contrato.

Pedreiras/MA, em 15 de janeiro de 2025.

Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 005/2025-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-mail: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

AO
PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS/MA
PREFEITURA MUNICIPAL PEDREIRAS/MA
Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro.

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025

Objeto: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Senhor Pregoeiro,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a contratação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
Razão Social
CNPJ:
Endereço:
E-mail Oficial de comunicação: | Tel:
Valor Total da Proposta: R$.....(.....)

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	MARCA (se houver)	PREÇOS R$	
					UNTÁRIO	TOTAL

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
3. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:
4. VALIDADE DO OBJETO:
5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:
6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço).

_____
(local e data)

_____
(Nome e assinatura do responsável da empresa)

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
CNPJ: 53.602.917/0001-22
E-maii: infraestrutura@pedreiras.ma.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

1.2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. O presente processo de prestação de serviços de locação de veículos justifica-se pela necessidade das demandas existentes para atendimento as atividades diárias dos funcionários junto aos órgãos oficiais para tratar assuntos do Município de Pedreiras/MA, diante destes fatos elencados e para que não haja descontinuidade dos serviços essenciais prestados por este município, necessita-se a locação de veículos para a atendimento da referida demanda.

1.2.2. Justifica-se a presente prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, para assegurar bom funcionamento das ações administrativas desenvolvidas, por este poder executivo municipal, possibilitando os serviços essenciais de transporte de funcionários, em atendimento às demandas operacionais solicitadas.

2. VALOR ESTIMADO

2.1. O preço considerado como estimativa para o objeto do presente Termo de Referência foi determinado com base em pesquisas de preços realizadas através do Sistema Eletrônico Banco de Preços, com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **R$ 488.627,64 (Quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.233,33	R$ 74.799,96
02	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.019,36	R$ 72.232,32
03	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.128,77	R$ 73.545,24
04	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor	Mês	12	R$ 6.296,33	R$ 75.555,96
05	Locação de 01 (um) veículo tipo strada cabine simples - sem condutor_(I)	Mês	12	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60
06	Locação de 01 (um) veículo tipo strada cabine simples - sem condutor_(II)	Mês	12	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60
07	Locação de 01 (um) veículo tipo strada cabine dupla - sem condutor	Mês	12	R$ 5.841,58	R$ 70.098,96
				TOTAL:	**R$ 488.627,64**

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 c/c 107 da Lei n° 14.133, de 2021, por ser economicamente mais vantajosa para o Município de Pedreiras/MA, tendo em vista que sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração.

PEDREIRAS/MA
PROC 041002/2021
FLS 149
Rub.

3.2. Os serviços são enquadrados como continuado tendo em vista que que sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. NATUREZA DO OBJETO

4.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 014/2021.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.
5.2. A contratação não foi prevista no plano anual de aquisições, uma vez que o referido PCA está sendo elaborado pelo órgão.
5.3. Ademais, destaca-se que a demanda foi apresentada através de Documento de Formalização de Demanda elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade

7.1.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, conforme consta nos autos do processo.

7.2. Exigência de carta de solidariedade

7.2.1. Não se aplica a este objeto.

7.3. Subcontratação

7.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de Execução

8.1.1. O prazo de início da execução dos serviços é de até 05 (cinco) dias, contados do(a) recebimento da ordem de serviço.
8.1.1.1. *Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

8.2. Local da prestação dos serviços

8.2.1. Os serviços deverão ser executados nos endereços indicados pela Secretaria Requisitante, no seu endereço ou em outro local previamente determinado pela mesma.

8.3. Procedimentos de transição e finalização do contrato

8.3.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/10/2024
FLS. 150
Rub.

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.
9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. Preposto

9.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução do objeto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
9.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

9.7. Fiscalização

9.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA.
9.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
9.7.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
9.7.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
9.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
9.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
9.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
9.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
9.7.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.8. Gestor do Contrato

9.8.1. O Gestor de Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

PEDREIRAS/MA
PROC 041000 2/202 4
FLS. 151
RUB.

9.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
9.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
9.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
9.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
9.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
9.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Recebimento

10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.
10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2. Liquidação

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
10.2.2.1. o prazo de validade;
10.2.2.2. a data da emissão;
10.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
10.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
10.2.2.5. o valor a pagar; e
10.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.5. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
10.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.3. Prazo de pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

10.4. Forma de pagamento

10.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de serviço e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

10.4.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.
10.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria Requisitante acompanhada das Certidões listadas no subitem 8.4.1 acima.
10.4.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar também juntamente com a documentação elencada no item 8.4.1, o Extrato do Simples referente a última competência.
10.4.5. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Optante pelo Simples estará sujeita a retenção do ISSQN na fonte incidente sobre os serviços prestados, em conformidade com o art. 8º do Decreto Municipal nº 116, de 13 de maio de 2014.
10.4.6. O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.
10.4.7. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.
10.4.8. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
10.4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,00016438
365 365
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Para comprovação de atendimento à Qualificação Técnica, o edital deverá exigir a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s):
11.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado a prestação satisfatória dos serviços/fornecimento da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

12. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1 - A adoção do sistema de registro de preços, justifica-se nos termos do art. 82 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.462, de 31 de Março de 2023, dispor sobre o sistema de registro de preços. Com a finalidade de garantir a eficiência e a celeridade nos serviços, sendo que o sistema de registro de preços mostra-se como a estratégia mais adequada pelas seguintes razões:

* Economia de Tempo e Recursos: O registro de preços permite que os órgãos públicos realizem uma única licitação para diversos itens ou serviços, estabelecendo preços máximos que podem ser utilizados ao longo de um período determinado. Isso reduz a necessidade de repetir procedimentos licitatórios para cada compra, economizando tempo e recursos administrativos.

* Agilidade nas aquisições/serviços: Com os preços pré-negociados e registrados, as compras/serviços podem ser realizadas de forma mais rápida, especialmente em situações de urgência ou emergência. Isso garante que os órgãos públicos possam adquirir os bens ou serviços necessários de maneira ágil e eficiente, sem atrasos desnecessários.

* Redução de Custos: O registro de preços promove a competição entre os fornecedores, incentivando a oferta de melhores condições comerciais e preços mais competitivos. Além disso, ao comprar em maior volume e consolidar demandas, é possível obter descontos e condições mais favoráveis, contribuindo para a redução de custos para o poder público.

* Transparência e Controle: O processo de registro de preços é transparente e permite o controle rigoroso dos gastos públicos. Os preços registrados ficam disponíveis para consulta pública, facilitando a fiscalização por parte dos órgãos de controle e da sociedade em geral. Isso ajuda a garantir que as compras sejam realizadas de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

* Flexibilidade e Planejamento: O registro de preços oferece maior flexibilidade aos gestores públicos, permitindo que eles planejem suas compras com antecedência e façam ajustes de acordo com as necessidades e disponibilidade de recursos.

12.1.1 - Em razão do exposto e alinhado à necessidade das Secretarias Municipais, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como o mais apropriado para a presente contratação, alinhando-se aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade, além de estar em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Das condições e do prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços

12.2.1 Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedor(es) a ser(em) registrado(s), convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverá(ão) firmar a contratação no prazo instituído no subitem 12.2.1.1, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

12.2.1.1 A(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos para assinatura da Ata, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Órgão Gerenciador.

12.2.2 O prazo para assinatura da Ata do Sistema de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada, apresentada pela licitante vencedora dentro do prazo e aceite do Município.

12.3. Da vigência da Ata de Registro de Preço

12.3.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por igual período.

12.3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

12.3.2.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

PEDREIRAS/MA
Proc 041100 2/202 4
FLS. 155
Rub.

12.3.2.2. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei n° 14.133/21.
12.3.2.3. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação e homologação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".
13.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

14. FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Por se tratar de um processo por sistema de registro de preços as despesas ocorrerão por conta das dotações orçamentárias solicitadas a tempo da formalização dos contratos administrativos.

15. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

15.1. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:
15.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
15.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;
15.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
15.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto;
15.1.5. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes aos serviços prestados;
15.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Contrato;
15.1.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;

15.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:
15.2.1. Executar o contrato conforme especificações definidas no presente Termo de Referência;
15.2.2. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;
15.2.3. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
15.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;
15.2.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE;
a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.
15.2.6. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS. 156
Rub.

15.2.7. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;
15.2.8. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA;
15.2.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA;
15.2.10. A CONTRATADA será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

16. CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.
16.2. A administração convocará a empresa vencedora, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico, preferencialmente a forma que dispõe o Decreto Municipal nº 012/2023.
16.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
16.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no aviso de contratação, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
16.5. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
16.6. Os contratos decorrentes deste instrumento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.
16.7. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n°. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
17.1.5. fraudar a licitação
17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
17.2.1. advertência;
17.2.2. multa;
17.2.3. impedimento de licitar e contratar e
17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
17.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
17.4.1. Para as infrações previstas na legislação, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.
17.4.2. Para as infrações previstas na legislação, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas na legislação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas na legislação, bem como pelas infrações administrativas previstas em legislação que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

18.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

18.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

18.2. Forma de Execução.

18.2.1. A execução do objeto será empreitada por preço unitário "execução parcelada".

18.3. Exigências de habilitação.

18.3.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial à luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:
18.3.1.1. Habilitação jurídica;
18.1.1.2. Habilitação Técnica;
18.1.1.3. Fiscal, Social e Trabalhista;
18.1.1.4. Qualificação econômico-financeira;
18.1.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

19. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

19.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 012/2023, Decreto Municipal 013/2023, Decreto Municipal nº 016/2023, Lei Complementar nº 123/2006, altera-

da pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016, e suas alterações e demais normas pertinentes.

19.2. Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá decidir motivadamente sobre a autorização e prosseguimento dos demais atos inerente a contratação.

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
FLS 160
Rub.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADM. Nº 0411002/2024

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO:
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de Licitação nº___/____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nome empresarial:						
CNPJ nº:						
Endereço:						
(DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____						
E-mail:						
Representante legal:						
CPF nº:						
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca/ Modelo	P. Unitário Registrado (R$)	P. Total Registrado (R$)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de _____.
3.2. Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: _____.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
Fls. 161
Rub.

participantes, conforme alterações proferidas pela Lei Federal nº14.770/23, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

PEDREIRAS/MA
PROC. 041/002/2024
FLS. 162
Rub.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere a exigência do edital somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços poderá será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no ambiente de acesso público.
5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/10/2023
FLS. 163
Rub.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do edital, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041.002/2024
FLS. 164

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no edital, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 165
Rub.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

12. DO FORO
12.1 Fica eleito o Foro do Município de Pedreiras, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

PEDREIRAS/MA, ___de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
XXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXX
PORT.: XXXXX

DETENTORA DO REGISTRO:
.....
CNPJ nº:
Nome Cargo : R.G. :

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 166
Rub.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº_____/_____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0411002/2024

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE PEDREIRAS, por meio do _____ *[órgão da Administração Direta]*, ou a (o) _____ *[entidade da Administração Indireta]*, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para fornecimento contínuo na forma abaixo.

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE PEDREIRAS, ESTADO DO MARANHÃO,** por meio do _____ [*órgão da Administração Direta*], ou _____ a(o) [*entidade da Administração Indireta*] com sede na _____, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [*autoridade administrativa competente para firmar o contrato*], inscrito no CPF nº _____, e a sociedade _____ , estabelecida na _____ [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [*representante da sociedade CONTRATADA*], inscrito no CPF nº _____, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 0411002/2024, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

PARAGRAFO UNICO: Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2025;
b) Termo de Referência;
c) Proposta e documentos anexos, firmados pela CONTRATADA;
d) Ata de Registro de Preços;
e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

PEDRE... PROC. 04111002... FLS. 167

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Parágrafo Único – Os **fornecimentos contínuos** serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do **Termo de Referência**, bem como nas normas técnicas para a execução dos fornecimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de R$ _____ (por extenso), conforme planilha discriminativa abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.						
VALOR TOTAL:						

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *[setor competente do órgão ou entidade licitante]*.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do **fornecimento** será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.
Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Finanças.
Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

PEDREIRAS/MA
FLS. 168

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.
Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:
R = Po [(I-Io)/Io]
Onde:
R = valor do reajuste;
I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.
Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.
Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos fornecimentos caberá à comissão designada por ato da autoridade competente. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2021
FLS. 169
Rub.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.
Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.
Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos fornecimentos contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.
Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados desta, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
Parágrafo Segundo – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela autoridade competente que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, reexecutar os fornecimentos, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 170
Rub.

Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv. **Multa:**
    1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    2. *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
        i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PEDREIRAS/MA
Proc. 04151009/2024
FLS. 171
Rub.

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60 (sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 172
Rub.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Pedreiras, classificada conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO:
UNIDADE ORÇAMENTARIA:
PROJETO/ATIVIDADE:
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

PEDREIRAS/MA
Proc 041100/2024
FLS. 173
Rub.

Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreiras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

a. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Pedreiras/MA, em _____ de _____ de _____.

_____
Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)
CONTRATANTE

_____
Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)
CONTRATADO

PEDREIRAS/MA
PEDREIRAS/MA
Proc. 002/2024
FLS. 174
Rub.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

A Prefeitura Municipal de Pedreiras – MA, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia **31 de janeiro de 2025, as 09h00min (nove horas),** licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, sob a égide da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores, tendo por objeto o **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA,** no site: https://licitanet.com.br/. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal da transparência https://www.pedreiras.ma.gov.br/, https://licitanet.com.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Esclarecimentos adicionais na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro – Pedreiras/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 14h00min ou pelo e-mail cpl@pedreiras.ma.gov.br.

Pedreiras/MA, 15 de janeiro de 2025.

Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 005/2025-GP

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E ARQUIVE-SE.

PEDREIRAS – MA, 16 DE JANEIRO DE 2025

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
FLS. 175
Rub.

Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria Nº005/2025 - GP

- PORTARIAS - CONCEDER: 013/2025

PORTARIA R.H. nº. 013/2025

A SENHORA MARCIA FABIANE MOTA DE MORAIS, DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES A SI CONFERIDAS.

R E S O L V E:

Art. 1° - CONCEDER, ao (a) Sr. (a) DEUSIMAR DE JESUS SANTOS, 180 (CENTO E OITENTA) dias de licença saúde, referentes aos períodos aquisitivos, a serem gozadas de 14/01/2025 a 13/07/2025, do cargo de AOSD, junto a Secretaria Municipal de Saúde/ Regime Estatutário.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se

Departamento de Recursos Humanos de Pedreiras – MA, em 15 de janeiro de 2025.

MARCIA FABIANE MOTA DE MORAIS
=Diretora do Departamento de Recursos Humanos de Pedreiras=

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS - LICITAÇÕES - TERMO DE RATIFICAÇÃO: 001/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO - O Secretário Municipal de Finanças de Pedreiras - MA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades da Lei nº 14.133/2021, para a Inexigibilidade de Licitação nº 001/2025, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica administrativa em procedimentos licitatórios e contratos administrativos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA, com fulcro no art. inciso III, alínea "c", do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com base no Parecer Jurídico e na documentação constante do Processo em epígrafe, RATIFICA, face ao disposto no art. 72, Parágrafo único da Lei 14.133/2021, o processo acima identificado em favor da empresa **LICITAR - Consultoria e Assessoria em Licitações e Serviços Ltda,** uma empresa com sede na Travessa Oscar Jansen, nº 58, Centro, Coroatá/MA, CEP 65.415-000, inscrita no CNPJ nº 24.373.871/0001-19, pelo valor de R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais).Sendo assim, autorizo a realização da DESPESA e determinando o respectivo EMPENHO, consequentemente o TERMO DE CONTRATO. - Jânio Luiz Marques Fernandes - Jânio Luiz Marques Fernandes - Secretário Municipal de Finanças - Pedreiras - MA, 10 de janeiro de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - LICITAÇÕES - AVISO DE LICITAÇÃO: 008/2025

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. A Prefeitura Municipal de Pedreiras – MA, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia **31 de janeiro de 2025, as 09h00min (nove horas),** licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, sob a égide da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores, tendo por objeto o **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA,** no site: https://licitanet.com.br/. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal da transparência https://www.pedreiras.ma.gov.br/, https://licitanet.com.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Esclarecimentos adicionais na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro – Pedreiras/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 14h00min ou pelo e-mail cpl@pedreiras.ma.gov.br. Pedreiras/MA, 15 de janeiro de 2025. Marcos Brunieri de Freitas - Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - Portaria nº 005/2025-GP.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - LICITAÇÕES - AVISO DE LICITAÇÃO: 009/2025

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025. A Prefeitura Municipal de Pedreiras – MA, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia **31 de janeiro de 2025, as 14h00min (catorze horas),** licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, sob a égide da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores, tendo por objeto o **Registro de Preços, para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhão tipo munck, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pedreiras – MA,** no site: https://licitanet.com.br/. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal da transparência https://www.pedreiras.ma.gov.br/, https://licitanet.com.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Esclarecimentos adicionais na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro – Pedreiras/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 14h00min ou pelo e-mail cpl@pedreiras.ma.gov.br. Pedreiras/MA, 15 de janeiro de 2025. Marcos Brunieri de Freitas - Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - Portaria nº 005/2025-GP.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS - LICITAÇÕES - EXTRATOS DE CONTRATOS: 20250015/2025

CPF: ***.389.343-** - Data: 16/01/2025 - IP com nº: 192.168.100.101
Autenticação em: www.pedreiras.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2300

COPA DO NORDESTE

Moto e Sampaio têm adversários fortes

Clubes maranhenses foram sorteados em grupos que vão disputar a Série A do Brasileiro e Libertadores. A fase de Grupos tem início marcado para o dia 22 de janeiro

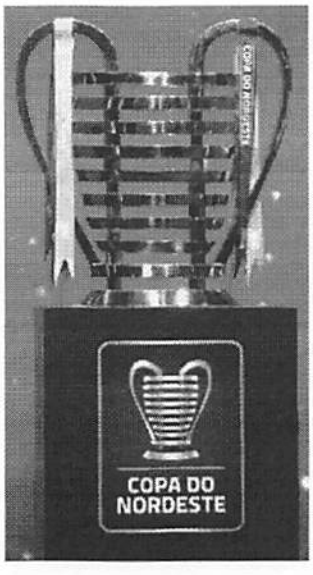
NERES PINTO

Sampaio Corrêa e Moto Club não vão ter vida fácil na primeira fase de Grupos da Copa do Nordeste. É o que mostra o sorteio realizado na noite da última terça-feira (14) no Rio de Janeiro. O time Rubro-Negro ficou no Grupo A, com Vitória-BA, Sport-PE, Fortaleza, CRB-AL, Ferroviário-CE, Altos-PI e Sousa-PB. Já o Sampaio Corrêa está no Grupo B,com Ceará, Bahia, CSA-AL, Náutico, Confiança-SE, América-RN e Juazeirense-BA.

Desta vez, os clubes se enfrentam dentro do mesmo grupo e em turno único, brigando para avançar às quartas de final. Classificam-se quatro equipes para a próxima fase. O Papão vai encarar três clubes da Série A (Sport, Fortaleza e Vitória), considerados favoritos para seguir em frente. O Fortaleza também vai disputar a Libertadores. A briga pela quarta vaga, presume-se que será entre os demais concorrentes, entre os quais Ferroviário, Altos, Sousa, Juazeirense e Moto.

O grupo do Sampaio também tem dois clubes da divisão de elite do Brasileirão: Ceará e Bahia. Este último, inclusive, disputará a Libertadores. Desta forma, se for mantido o favoritismo de cearenses e baianos, restará ao Sampaio brigar por uma das duas vagas restantes, com Náutico, Confiança, América de Natal e Juazeirense. A data-base do início da competição é o dia 22 de janeiro. As datas-base dos jogos de ida e volta da final são 3 e 7 de setembro, respectivamente.

As quartas de final terão a seguinte configuração: 1º do Grupo A x 4º do Grupo B; 2º Grupo A x 3º do Grupo B; 1º Grupo B x 4º do Grupo A; e 2º Grupo B x 3º Grupo A. Nas quartas e na semifinal, os confrontos serão em partida única. Em caso de empate no tempo normal, o classificado será decidido nos pênaltis, assim como na fase final (decisão), caso haja igualdade na soma do placar das duas partidas da decisão.



NOVO CONTRATO

CR7 vai ganhar o maior salário do mundo

Tudo pronto para Cristiano Ronaldo assinar um novo contrato com o Al-Nassr e se tornar o jogador com maior salário no mundo. Segundo o Marca, da Espanha, o camisa 7 recebeu uma oferta milionária para renovar com a equipe saudita, e ganharia até mesmo 5% da propriedade do clube para poder continuar a vestir a camisa do Al-Nassr.

CR7 pode assinar um pré-contrato com qualquer clube do mundo a qualquer momento. O destino do jogador, porém, não deve ser longe de onde já está. O Al-Nassr prepara uma oferta com o chamado "contrato do século" para manter o português.

A oferta inclui 5% da propriedade do Al-Nassr e transformaria Cristiano Ronaldo no jogador de futebol com maior salário do mundo. Os valores chegam a 183 milhões de euros anuais (R$ 1,1 bilhões). Por mês, o salário de Cristiano seria de 15,2 milhões de euros (R$ 95 milhões). Por semana, ele receberia 3,8 milhões de euros (R$ 23,7 milhões) e, por dia, 550 mil euros (R$ 3,4 milhões). Nenhum outro jogador recebe um valor maior.

De acordo com o Marca, uma das condições de Cristiano Ronaldo seria reforçar o time. Um dos jogadores que ele teria pedido a contratação é Casemiro, volante do Manchester United.

O brasileiro chegou no Manchester United em 2022 por 60 milhões de euros (R$ 312 milhões na cotação da época). Após um início que rendeu elogios, Casemiro passou a ser criticado no início da temporada 2023/24, e a imprensa inglesa chegou a pedir a saída do volante.

Aos 32 anos, Casemiro tem contrato com o United até o final da temporada 2025/26. Ele e Cristiano Ronaldo chegaram a jogar juntos no clube inglês, mas o encontro não rendeu títulos. Juntos, os jogadores marcaram época no Real Madrid com a conquista de quatro edições da Champions League.

PEDREIRAS/MA
FLS
Rub

PREFEITURA DE SÃO LUIS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 90.047/2024/CPL/PMSLZ

A Central Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luís, localizada na Rua dos Ouriços, Lote 11, Quadra 09, Bairro Calhau, São Luís – MA, CEP: 65071-820, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. 90.047 -2024/CPL/PMSL, no dia 30/01/2025, às 09h30min, horário de Brasília, através do Processo Administrativo SEI nº 15901.001336/2024, objetivando o Registro de Preço a serem consignados em ata para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Dedetização, Desratização e Descupinização, para atender as necessidades da SEMUS. O Edital e seus anexos poderão ser obtido gratuitamente por meio digital nesta Central, bem como pela Internet, através do nosso endereço eletrônico www.saoluis.ma.gov.br ou no site de Compras.net: www.gov.br/compras/pt-br.

São Luís - MA, 15 de janeiro de 2025.

JOÃO BATISTA MORAES CARVALHO
Pregoeiro - CPL/PMSL/MA
Portaria nº 5183/2021 – GAB/CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA/MA.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025. A Prefeitura Municipal de Formosa da Serra Negra - MA, comunica aos interessados que realizará a seguinte licitação: Pregão Eletrônico Nº 02/2025, regido pelas Leis 14.133 de 1º de abril de 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 29, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023, DECRETO MUNICIPAL 01/2024 DE 08 DE JANEIRO 2024 OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresas para fornecimento de Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da prefeitura de Formosa da Serra Negra – MA e suas unidades administrativas. A data da abertura da sessão pública será no dia 28/01/2025, às 14:30 horas, no endereço eletrônico, www.licitaformosadaserranegra.com.br. O Edital estará disponível nos endereços eletrônicos: www.licitaformosadaserranegra.com.br ou no https://www.transparencia.formosadaserranegra.ma.gov.br outras informações poderão ser obtidas através do E-mail: cpl@formosadaserranegra.ma.gov.br e no endereço Av João da Mata e Silva S/N Vila Viana, Formosa da Serra Negra - MA, das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta feira. Formosa da Serra Negra/MA, em 15 de janeiro de 2024. **DOMINGAS SOUZA SILVA** - Secretário Municipal de Administração

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 003/2025. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços da construção da sede da secretaria municipal de educação do município de Pedreiras/MA, por meio de licitação na modalidade concorrência, na forma eletrônica, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Abertura: 05/02/2025, às 09h (nove horas) - horário de Brasília-DF. Local: Site do Portal Licitanet: https://licitanet.com.br/. Informações: Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro – Pedreiras/MA ou pelo e-mail cpl@pedreiras.ma.gov.br. Pedreiras/MA, 10 de janeiro de 2025. **David Winston Lira Ximenes - Secretário Municipal de Educação - Portaria nº 004/2025-GP**

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

A Prefeitura Municipal de Turiaçu – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto desta certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza e higienização em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Turiaçu/MA. A sessão será realizada através do Portal de Compras de Turiaçu pelo endereço eletrônico www.licitaturiacu.com.br, com data de abertura agendada para 30 de janeiro de 2025 às 14:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.turiacu.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal de Compras de Turiaçu, www.licitaturiacu.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Turiaçu – MA, 16 de janeiro de 2025
Abel Cândido Cavalcanti Neto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TJMA
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90.002/2025
Processo nº 56.332/2024

Objeto: Aquisição e montagem de módulo fabricado (sob medida) para Gabinete de Desembargador. Abertura: 29/01/2025 às 14:00h. Órgão: de Brasília. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190, E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fone: (98) 2055-2419.

São Luís/MA, 15 de janeiro de 2025.
Sonia Sueth Varnelli - Pregoeira TJMA (Portaria 9321/25)

Sambaíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 - SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS, em conformidade com o Termo de Referência descrito no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital a realizar-se às 09h, do dia 30 de janeiro de 2025. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, podendo ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: http://www.sambaiba.ma.gov.br. Esclarecimento editorial no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), 15 de janeiro de 2025. **Edson da Silva Santos** – Pregoeiro

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 002/2025. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de construção de unidade básica em tempo integral de 5 salas na sede do município de Pedreiras/MA, conforme Termo de Compromisso nº 958390/2024/FNDE/CAIXA, por meio de licitação na modalidade concorrência, na forma eletrônica, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Abertura: 04/02/2025, às 09h (nove horas) - horário de Brasília-DF. Local: Site do Portal Licitanet: https://licitanet.com.br/. Informações: Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro – Pedreiras/MA ou pelo e-mail cpl@pedreiras.ma.gov.br. Pedreiras/MA, 10 de janeiro de 2025. **David Winston Lira Ximenes - Secretário Municipal de Educação - Portaria nº 004/2025-GP**

TJMA
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico (SRP) nº 90005/2025
Processo nº 61591/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para levantamento técnico e elaboração de projetos de acessibilidade em Building Information Modeling (em conjunto do Tribunal de Justiça do Maranhão e com providências privadas (alienadas) indicadas para os mesmos fins. Abertura: 30/01/2025, às 10:00 horas (horário de Brasília). Local: www.gov.br/compras/pt-br/. Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190, E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fone: 98 2055 2419 / 2420, São Luís, 14 de janeiro de 2025. André do Senso Marcon – Pregoeiro TJMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA/MA.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025. A Prefeitura Municipal de Formosa da Serra Negra - MA, comunica aos interessados que realizará a seguinte licitação: Pregão Eletrônico Nº 03/2025, reg do pelas Leis 14.133 de 1º de abril de 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 29, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023, DECRETO MUNICIPAL 01/2024 DE 08 DE JANEIRO 2024 OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresas para fornecimento de materiais de higiene e limpeza em geral, para atender as necessidades da prefeitura de Formosa da Serra Negra – MA e suas unidades administrativas. A data de abertura da sessão pública será no dia 29/01/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.licitaformosadaserranegra.com.br. O Edital estará disponível nos endereços eletrônicos: www.licitaformosadaserranegra.com.br ou no https://www.transparencia.formosadaserranegra.ma.gov.br outras informações poderão ser obtidas através do E-mail: cpl@formosadaserranegra.ma.gov.br e no endereço Av João da Mata e Silva S/N Vila Viana, Formosa da Serra Negra - MA, das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta feira. Formosa da Serra Negra/MA, em 15 de janeiro de 2024. **DOMINGAS SOUZA SILVA** - Secretário Municipal de Administração

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. A Prefeitura Municipal de Pedreiras – MA, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 31 de janeiro de 2025 às 09h00min (nove horas), licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, sob a égide da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores, tendo por objeto o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA, no site: https://licitanet.com.br/. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal da transparência https://www.pedreiras.ma.gov.br/, https://licitanet.com.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Esclarecimentos adicionais na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro – Pedreiras/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 14h00min ou pelo e-mail cpl@pedreiras.ma.gov.br. Pedreiras/MA, 15 de janeiro de 2025. **Marcos Brunieri de Freitas** - Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - Portaria nº 005/2025-GP

TJMA
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90.003/2025
Processo nº 79.234/2024

Objeto: Aquisição de medicamentos, insumos, materiais e equipamentos para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Abertura: 30/01/2025 às 10:00h (horário de Brasília). Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190, E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fone: (98) 2055-2419.

São Luís/MA, 14 de janeiro de 2025. Sonia Sueth Varnelli - Pregoeira TJMA (Portaria 9321/25)

Prefeitura Municipal de Pedreiras
Avenida Rio Branco, 111 - Centro - CEP: 65725-000 - Pedreiras\MA
CNPJ: 06.184.253/0001-49 - Tel: (99) 9 8125-4474 - Site: www.pedreiras.ma.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO: 08/2025-PE/2025 - TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHONETES, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA - DATA DA ABERTURA: 31 DE JANEIRO DE 2025 - HORÁRIO DA ABERTURA: 09:00 - LOCAL: LICITANET

Data da publicação do(a) aviso de licitação: 16/01/2025

ATESTADO DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO

Certifico para devidos fins e direitos de prova que o(a) aviso de licitação do(a) **PREGÃO - 08/2025-PE/2025** está publicado(a) no seguinte endereço eletrônico abaixo:

https://pedreiras.ma.gov.br/licitacaolista.php?id=854.

Pedreiras/Ma, 16 de Janeiro de 2025.

Marcos Brunieri de Freitas
Secretário(a)

MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA

EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

PROCESSO LICITATÓRIO
0411002/2024

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 128
Rub.

Informações do Processo

Descrição: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Modo de Disputa: Aberto

Aquisição: Serviços Comuns

Quantidade Itens: 7

Critério de julgamento: Menor preço por Item

Lei: 14.133/21

Inicio da Sessão: 31/01/2025 09:00:00

Gestão do Processo

Homologador(a): MARCOS BRUNIERI DE FREITAS

Autoridade Competente: DAMIÃO FELIPE BARBOSA

Comissão de contratação : ANA KAROLINE BEZERRA MATOS PACHECO

Comissão de contratação : HELLEN VALESKA FIGUEREDO LIMA

Pregoeiro(a) : FRANCISCO FLORÊNCIO DE SOUSA

Histórico de ações no processo

Ação: CADASTRO	**Registro:** 16/01/2025 15:57:47 *	**Executante:** FRANCISCO FLORÊNCIO DE SOUSA
Ação: PUBLICADO	**Registro:** 16/01/2025 16:00:38 *	**Executante:** FRANCISCO FLORÊNCIO DE SOUSA

* Data em que a ação foi realizada.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2025
FLS. 009
Rub.

Edital nº 008/2025

Acessar Contratação

Última atualização 16/01/2025

Local: Pedreiras/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE PEDREIRAS **Unidade compradora:** 702 - MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim

Data de divulgação no PNCP: 16/01/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 16/01/2025 16:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 31/01/2025 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06184253000149-1-000008/2025 **Fonte:** Licitanet Licitações Eletrônicas LTDA

Objeto:

[LICITANET] - Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 488.627,64

Itens | Arquivos | Histórico

Nome	Data	Tipo
119478_editais_1737054360.zip	16/01/2025	Edital

Exibir 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

‹ Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 180
Rub.

JUNTADA DE PORTARIA

Junto aos autos do Processo Administrativo nº **0411002/2024,** o Ato de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, PORTARIA Nº. 111 de 10 de janeiro de 2025.

Pedreiras/MA, em 31 de janeiro de 2025.

Francisco Florêncio de Sousa
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 111/2025-GP

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/02/2024
FLS. 181
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
CNPJ: 06.184.253/0001-49
SITE: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

PORTARIA N.º 111/2025 – GP

DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS DERIVADAS DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021 E LEI MUNICIPAL N.º 1.560/23.

A Prefeita Municipal de Pedreiras, Estado do Maranhão, **VANESSA DOS PRAZERES SANTOS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Pedreiras e tendo em vista o art. 8º, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor efetivo, Sr. **FRANCISCO FLORÊNCIO DE SOUSA**, inscrito no CPF sob o n.º 529.833.663-91, para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO do Município de Pedreiras, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro.

Art. 2º - Designar as servidoras abaixo para, exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) **ANA KAROLINE BEZERRA MATOS PACHECO**, servidora efetiva deste Município, inscrita no CPF sob o n.º 017.240.443-62; e
b) **HELLEN VALESKA FIGUEREDO LIMA**, servidora efetiva deste Município, inscrita no CPF sob o n.º 004.234.133-76.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/1002/2024
FLS. 182
Rub.

Art. 3º - Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro, o disposto no Decreto Municipal n.º 012/2023, para a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a adjudicação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnico e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§1º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quanto necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§2º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro poderá convocar servidores, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias n.º 024/2025-GP e n.º 025/2025-GP.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E ARQUIVE-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDREIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, 10 DE JANEIRO DE 2025.

VANESSA DOS PRAZERES SANTOS:01892971313

Assinado de forma digital por VANESSA DOS PRAZERES SANTOS:01892971313
Dados: 2025.01.10 09:26:01 -03'00'

VANESSA DOS PRAZERES SANTOS
Prefeita Municipal

CERTIFICADO

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), por meio da Escola Superior de Controle Externo (ESCEX), em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proexae) e do Núcleo de Tecnologias para Educação (Uemanet), certificam que FRANCISCO FLORENCIO DE SOUSA concluiu o curso em "Licitações Públicas e Contratos Administrativos", no período de 5 de maio de 2023 a 15 de abril de 2024, com carga horária de 150 horas.

São Luís - MA, 22 de abril de 2024.

Profa. Dra. Ligia Tchaicka
Coordenadora Geral
do UEMAnet

Dr. Antônio Blecaute Costa Barbosa
Conselheiro-Substituto do TCE-MA
Diretor Geral da ESCEX

Profa. Dra. Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos
Estudantis - PROEXAE/UEMA

PREFEITURA DE PEDREIRAS/MA
FLS. 158
Rub.

Matriz Curricular

MÓDULO	TEMÁTICA	CH
I	Legislação Básica: Disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	10h
II	As licitações públicas	30h
III	Os contratos administrativos	30h
IV	As irregularidades e as punições	15h
V	Aspectos complementares da Lei de Licitações e Contratos	20h
VI	Legislação específica sobre licitações e contratações públicas	25h
VII	O controle externo das licitações e contratos	20h
CARGA HORÁRIA TOTAL		**150h**

PEDREIRAS/MA
Proc. 011002/2021
FLS. 184
Rub

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2025
FLS. 185
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 06.184.253/0001-49
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

JUNTADA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Junto aos autos do processo licitatório nº 008/2025, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** apresentados para o presente certame.

Pedreiras/MA, em 31 de janeiro de 2025.

Francisco Florêncio de Sousa
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 111/2025-GP

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 186
Rub.

Processo Administrativo nº 0411002/2024
Modalidade: Pregão Eletrônico N° 008/2025
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA:

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA
CNPJ: 18.940.621/0001-10

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/2024
FLS. 82
Rub.

APÓLICE DIGITAL

Junto Seguros

A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, **a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (https://www.gov.br/susep/pt-br)** ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - CEP 80410-201 - Curitiba - PR

Data de Emissão: **29/01/2025 10:23:03**
N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0216959**
Proposta: **5042195**
Controle Interno (Código Controle): **608105778**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021695 9**

DADOS DO SEGURADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO

CPF/CNPJ: 53.602.917/0001-22 AVENIDA RIO BRANCO, 111, CENTRO - CEP: 65.725-000 - PEDREIRAS - MA

DADOS DO TOMADOR: C ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA ME

CPF/CNPJ: 18.940.621/0001-10 R ABILIO MONTEIRO 1548 LETRA B, ENGENHO - CEP: 65.725-000 - PEDREIRAS - MA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.203293-3 **AIRAM CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Roque Jr. de H. Melo

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 47312402203ECBD2 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 009F1E58A664DE5F543AD0

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep, poderão ser consultadas no site https://www.gov.br/susep/pt-br de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site https://www.gov.br/susep/pt-br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.636371/2022-53 e nº 15414.636374/2022-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.8484. Central de Atendimento: 0800.704. 0301, deficiente auditivo 0800.742.6060, Ouvidoria: 0800.643.0301, http://www.consumidor.gov.br.

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0216959**
Proposta: **5042195**
Controle Interno (Código Controle): **608105778**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021695 9**

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 188
Rub.

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Ramo
Licitante	R$ 4.886,28	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Limite Máximo de Indenização (LMI)	Vigência	
		Início	Término
Licitante	R$ 4.886,28	31/01/2025	01/05/2025
Multas e Penalidades	R$ 4.886,28	31/01/2025	01/05/2025

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$ 160,00
Adicional de Fracionamento	R$ 0,00
I.O.F	R$ 0,00
Prêmio Total	**R$ 160,00**

Condições de Pagamento:

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
1	05/02/2025	23939798	R$ 160,00

Em atendimento à Lei 12.741/12informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s).Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição

APÓLICE DIGITAL

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0216959**
Proposta: **5042195**
Controle Interno (Código Controle): **608105778**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021695 9**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 189
Rub.

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025 - PARA TODOS OS ITENS**

.

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

PEDREIRAS/MA
Proc 041/002/2024
FLS: 190
Rub.

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

LICITANTE

PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia de oferta.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:

a) obrigações trabalhistas e previdenciárias;

b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;

c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;

d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;

e) inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;

f) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;

g) atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;

h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;

i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;

j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;

k) quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes;

l) quaisquer prejuízos decorrentes da alteração da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de Endosso;

m) quaisquer das hipóteses previstas no art. 99 e/ou art. 102 da Lei 14.133/2021.

3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS: 191
Rub:

3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.
3.3. A presente modalidade de Seguro garantia não contempla a hipótese de devolução de Prêmio em caso de cancelamento.

4. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES

4.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.
4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato, de alterações ocorridas ao Edital ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.
4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importam em Perda de Direitos, conforme item 7, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o Sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que o Segurado silenciou de má-fé.

5. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO

5.1. **Reclamação de Sinistro: não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.**
5.2. **Caracterização do Sinistro**: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador, desde que acompanhado dos documentos listados abaixo.
5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia do Edital de licitação e seus anexos;
b) cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;
c) cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;
d) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;
e) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
f) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
g) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;
h) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.
5.4. **Regulação do Sinistro**: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS 192
Rub.

5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.
5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. interrompido, reiniciando a partir do primeiro dia útil subsequente à revogação dos efeitos da decisão, mesmo que tenham sido interpostos recursos, se estes não possuírem efeito suspensivo.

6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.
6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.
6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.
6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.
6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.
6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.
6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.
6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7. PERDA DE DIREITOS

7.1. O Segurado perderá o direito à Indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;
II. Se o Segurado agravar intencionalmente o risco coberto pela Apólice;
III. Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;
IV. Se o Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais desta Apólice;
V. Se o Segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;
VI. Se for realizada alteração no Contrato Principal sem anuência prévia da Seguradora, desde que: (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) tal situação tenha relação com o Sinistro ou reste comprovado que o Segurado silenciou de má-fé;

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/2024
LS 193
Rub.

VII. Ausência ou intempestividade da comunicação da Expectativa de Sinistro na forma do item 5.1 destas Condições Contratuais, caso configure agravamento do risco e impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação de risco;
VIII. Se o Segurado deixar de tomar as providências para evitar ou minorar as consequências do Sinistro.
7.2 O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto a descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade, assumidos e acordados no âmbito do Contrato Principal e/ou desta Apólice.
7.3. Ao aceitar a presente Apólice / Endosso o Segurado declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice / Endossos não há nenhuma circunstância, evento ou inadimplemento do Tomador referente a(s) obrigação(ões) constante do Objeto da Garantia, que tenha gerado ou venha a gerar uma Expectativa de Sinistro, um aviso de Sinistro ou que caracterize a ocorrência de um Sinistro.

8. EXTINÇÃO DA COBERTURA

8.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:
a) o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;
b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;
c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;
d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou
e) término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.
8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.
9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10. CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

11. ACEITAÇÃO

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado, por todos os meios remotos legais admitidos. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.
11.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.
11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 11.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

PEDREIRAS/MA
PROC 04112002/2021
FLS. 194

11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.
11.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 11.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.
11.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.
11.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.
12.2. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.
12.2.1. Para ausência de dúvidas, a presente Apólice não contém cláusula de retomada e não oferece cobertura para as hipóteses previstas no art. 102 da Lei 14.133/2021.
12.3. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.
12.4. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.
12.5. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.
12.6. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.
12.7. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.
12.8. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.
12.9. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico https://www.gov.br/susep.

13. DEFINIÇÕES

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:
I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia.
II. Beneficiário: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.
III. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.
IV. Edital: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041100/2024
FLS. 195
Rub.

V. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.
VI. Indenização: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.
VII. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.
VIII. Prejuízos: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.
IX. Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.
X. Prêmio Mínimo: a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.
XI. Relatório Final de Regulação de Sinistro: documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.
XII. Segurado: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.
XIII. Seguradora: é a Junto Seguros S/A.
XIV. Seguro garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.
XV. Tomador: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.
XVI. Vigência: as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/2024
FLS. 196
Rub.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que JUNTO SEGUROS S.A., CNPJ 84948157000133, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 1139, publicado(a) no D.O.U. de 03/12/1991, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05436_29012025_102309_544**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 2025.

PEDREIRAS/MA
Proc 04/11/2024
FLS. 197
Rub.

Informações do documento 12-0775-0216959

Consultar detalhes

Baixar apólice em pdf

Baixar apólice assinada digitalmente

Verificar autenticidade

Para saber como validar sua apólice digitalmente clique aqui

Voltar

PEDREIRAS/MA
PROC. 04/1002/2024
FLS. 198
RUB.

Documento: **12-0775-0216959**

Texto Frente

A **Junto Seguros S.A.**, CNPJ 84.948.157/0001-33, Código de Registro na SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 - Centro - Curitiba - PR, por meio desta APÓLICE de Seguro Garantia, garante ao SEGURADO, **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO**, CNPJ 53.602.917/0001-22, AVENIDA RIO BRANCO, 111 PEDREIRAS MA, as obrigações do TOMADOR **C ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA ME**, CNPJ 18.940.621/0001-10, R ABILIO MONTEIRO 1548 LETRA B ENGENHO PEDREIRAS MA, até o valor de R$ 4.886,28 (quatro mil e oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e oito centavos), na modalidade abaixo descrita.

Consulta de Documento

Tomador	C ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA ME				
Segurado	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				
Nº documento	12-0775-0216959	Nº documento referência			
Nº documento consulta SUSEP	05436202500120775021695 9				
Modalidade	Licitante				
Data Emissão	29/01/2025	Inicio Vigência	31/01/2025	Final Vigência	01/05/2025

OBJETO

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025 - PARA TODOS OS ITENS**

.

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

TEXTOS

CONDIÇÕES GERAIS
CONDIÇÕES ESPECIAIS

LICITANTE

PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia de oferta.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:

a) obrigações trabalhistas e previdenciárias;

b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 199

c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;

d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;

e) inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;

f) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;

g) atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;

h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;

i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;

j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;

k) quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes;

l) quaisquer prejuízos decorrentes da alteração da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de Endosso;

m) quaisquer das hipóteses previstas no art. 99 e/ou art. 102 da Lei 14.133/2021.

3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.

3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.

3.3. A presente modalidade de Seguro garantia não contempla a hipótese de devolução de Prêmio em caso de cancelamento.

4. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES

4.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.

4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.

4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.

4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato, de alterações ocorridas ao Edital ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.

4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importam em Perda de Direitos, conforme item 7, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o Sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que o Segurado silenciou de má-fé.

5. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO

5.1. Reclamação de Sinistro: não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.

5.2. Caracterização do Sinistro: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador, desde que acompanhado dos documentos listados abaixo.

5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

a) cópia do Edital de licitação e seus anexos;

b) cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/2024
Fls. 200
Rub.

c) cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;

d) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;

e) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;

f) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

g) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;

h) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.

5.4. Regulação do Sinistro: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.

5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. interrompido, reiniciando a partir do primeiro dia útil subsequente à revogação dos efeitos da decisão, mesmo que tenham sido interpostos recursos, se estes não possuírem efeito suspensivo.

6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.

6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.

6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.

6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.

6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.

6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.

6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.

6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7. PERDA DE DIREITOS

7.1. O Segurado perderá o direito à Indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;

II. Se o Segurado agravar intencionalmente o risco coberto pela Apólice;

III. Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;

IV. Se o Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais desta Apólice;

V. Se o Segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VI. Se for realizada alteração no Contrato Principal sem anuência prévia da Seguradora, desde que: (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) tal situação tenha relação com o Sinistro ou reste comprovado que o Segurado silenciou de má-fé;

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/2021
FLS. 201
Rub.

VII. Ausência ou intempestividade da comunicação da Expectativa de Sinistro na forma do item 5.1 destas Condições Contratuais, caso configure agravamento do risco e impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação de risco;

VIII. Se o Segurado deixar de tomar as providências para evitar ou minorar as consequências do Sinistro.

7.2 O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto a descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade, assumidos e acordados no âmbito do Contrato Principal e/ou desta Apólice.

7.3. Ao aceitar a presente Apólice / Endosso o Segurado declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice / Endossos não há nenhuma circunstância, evento ou inadimplemento do Tomador referente a(s) obrigação(ões) constante do Objeto da Garantia, que tenha gerado ou venha a gerar uma Expectativa de Sinistro, um aviso de Sinistro ou que caracterize a ocorrência de um Sinistro.

8. EXTINÇÃO DA COBERTURA

8.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:

a) o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;

b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;

c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;

d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou

e) término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.

8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.

9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10. CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

11. ACEITAÇÃO

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado, por todos os meios remotos legais admitidos. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

11.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.

11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 11.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.

11.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 11.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

11.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

11.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
Rubr.

12.1. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.

12.2. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.

12.2.1. Para ausência de dúvidas, a presente Apólice não contém cláusula de retomada e não oferece cobertura para as hipóteses previstas no art. 102 da Lei 14.133/2021.

12.3. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.

12.4. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.

12.5. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.

12.6. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.

12.7. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

12.8. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

12.9. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico **https://www.gov.br/susep**.

13. DEFINIÇÕES

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:

I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia.

II. Beneficiário: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.

III. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.

IV. Edital: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.

V. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.

VI. Indenização: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.

VII. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.

VIII. Prejuízos: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.

IX. Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.

X. Prêmio Mínimo: a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.

XI. Relatório Final de Regulação de Sinistro: documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.

XII. Segurado: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.

XIII. Seguradora: é a Junto Seguros S/A.

XIV. Seguro garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.

XV. Tomador: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.

XVI. Vigência: as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 203
Rub.

7. Ratificação:
Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.
CONDIÇÕES PARTICULARES

Financeiro

Importância Segurada	4.886,28	Prêmio Líquido	160,00
Adicional Frac.	0,00	Custo Apólice	0,00
IOF	0,00	Prêmio Total	160,00

Parcelas

Numero	Vencimento	Carnê	Valor
1	05/02/2025	23939798	160,00

Corretores

Código SUSEP	Nome
000002.0.203293-3	AIRAM CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Signatários

Nome	Número de Série
Eduardo de Oliveira Nobrega	62FF6E26A0F8B264
Roque de Holanda Melo	52AE2099725C9CD2

Para voltar ao **home**, clique **Aqui**
Para consultar **outra apólice**, clique **Aqui**

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS: 204
Rub.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2450629208

2 e 1 NOME E SOBRENOME: CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 1733705994 SSP MA

6d CPF: 001.518.603-27

5 Nº REGISTRO: 02418636505

9 CAT HAB: AE

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: RAIMUNDO TAVARES LEITE NETO

MARIA DO CARMO MENDES LEITE

7 ASSINATURA DO PORTADOR

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 13/02/1984, PEDREIRAS, MA

4a DATA EMISSÃO: 17/11/2022

4b VALIDADE: 16/11/2032

ACC: D

1ª HABILITAÇÃO: 28/05/2002

9	10	11	12
ACC			
A		16/11/2032	
A1			
B		16/11/2032	
B1			
C		16/11/2032	
C1			

9	10	11	12
D		16/11/2032	
D1			
BE		16/11/2032	
CE		16/11/2032	
C1E			
DE		16/11/2032	
D1E			

13 OBSERVAÇÕES: EAR

LOCAL: SÃO LUÍS, MA

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
SB0040094462
MA048176302

MARANHÃO

2450629208

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primera Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valida Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA024188565<052<<<<<<<<<<<
8402138M3211164BRA<<<<<<<<<<<4
CHARLES<<ALEXANDR<MENDES<LEITE

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

CamScanner

SETIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁI
"C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA."

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 205
RUB

Pelo presente instrumento particular **CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Empresário, natural da Cidade de Pedreiras – Maranhão, nascida em 13 de Fevereiro de 1984, portador da Carteira de Identidade RG nº 1233705994 SSPE/MA e do CPF nº 001.518.603-27, residente e domiciliada a residente e domiciliado na Travessa Jose de Freitas, 29 Engenho, Pedreiras – MA CEP: 65725-000, único sócio componente da sociedade limitada sob a denominação **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA**, registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão, sob o nº 21200838561, por despacho de 19/09/2013, e no CNPJ nº 18.940.621/0001-10, Rua Abilio Monteiro, 1548 Letra B Engenho Pedreiras – MA CEP: 65725-000, resolvem de comum acordo promover a Setima alteração, como de fato o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA 1ª Á partir desta data o objeto da sociedade será:
7711-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7719-5/99 - LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR (CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS PARA CONSTRUÇÕES, MOTOCICLETAS, ONIBUS, TRAILERS, REBOQUE, SEME-REBOQUE E ETC.)
4211-1/01-CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
4929-9/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL
7731-4/00 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR
7732-2/01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES
8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (RUAS, PRAÇAS, CALCADAS, DUTOS DE VENTILAÇÃO E DE REFRIGERAÇÃO DE AR E ETC E ETC)
4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;
3701-1/00 - GESTÃO DE REDES DE ESGOTO
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
4299-5/01 - CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
7732-2/02 - ALUGUEL DE ANDAIMES
3812-2/00 - COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR (GERADOR DE ERNENGIA E ETC)
4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO
8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
4311-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS
4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 206

4391-6/00 - OBRAS DE FUNDAÇÕES
4923-0/02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
4399-1/04 - SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS

A VISTA DAS MODIFICAÇÕES ORA AJUSTADAS CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA 1° A sociedade unipessoal gira sob nome empresarial **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA,** a sociedade que tem sua sede na Rua Abilio Monteiro, 1548 Letra B Engenho Pedreiras – MA CEP: 65725-000.

CLÁUSULA 2° A sociedade unipessoal tem as seguintes atividades:
7711-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7719-5/99 - LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR (CAMINHÕES, MAQUINAS PESADAS PARA CONSTRUÇÕES, MOTOCICLETAS, ONIBUS, TRAILERS, REBOQUE, SEME-REBOQUE E ETC.)
4211-1/01-CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
4929-9/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL
7731-4/00 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR
7732-2/01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES
8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (RUAS, PRAÇAS, CALCADAS, DUTOS DE VENTILAÇÃO E DE REFRIGERAÇÃO DE AR E ETC E ETC)
4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;
3701-1/00 - GESTÃO DE REDES DE ESGOTO
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
4299-5/01 - CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
7732-2/02 - ALUGUEL DE ANDAIMES
3812-2/00 - COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR (GERADOR DE ERNENGIA E ETC)
4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO
8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
4311-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
Fls. 207

4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO
4391-6/00 - OBRAS DE FUNDAÇÕES
4923-0/02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
4399-1/04 - SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS

CLÁUSULA 3° O capital Social é no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais), divido em 400.000 (Quatrocentos Mil) quotas de 1,00 (um real) cada uma, integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuído entre o sócio.

QUOTISTAS	Quotas	Valor R$
CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE	400.000	400.000,00
TOTALIZANDO	400.000	400.000,00

CLÁUSULA 4° A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas de capital social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 5° As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiro sem o consentimento do outro sócio, a que assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA 6° A sociedade iniciou suas atividades em 19/09/2013, com registro na Junta Comercial do Estado do Maranhão e seu prazo de duração é indeterminado. (Art. 997, II CC/2002).

CLÁUSULA 7° Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas da sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou prejuízos apurados;

CLÁUSULA 8° A Administração da sociedade unipessoal cabe ao sócio **CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE**, com poderes e atribuições de administrar irrestritamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros.

CLÁUSULA 9° O Administrador declara sob as penas da lei, que não estar impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
Fls. 208

prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 10° Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA 11° A sociedade unipessoal poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA 12° O sócio pode de comum acordo fixar retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA 13° Falecendo ou interditada qualquer sócio, a sociedade continuará com os seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data de resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio.

CLÁUSULA 14° Fica eleito o foro de Pedreiras – Maranhão, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultante deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração.

Pedreiras (Ma), 12 de Janeiro de 2024.

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110021/2024
FLS. 209

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00151860327	CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/01/2024 15:13 SOB Nº 20240040040.
PROTOCOLO: 240040040 DE 12/01/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12400458279. CNPJ DA SEDE: 18940621000110.
NIRE: 21200838561. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 11/01/2024.
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PEDREIRAS/MA
FLS. 210

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
18.940.621/0001-10
NOME EMPRESARIAL:
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$400.000,00 (Quatrocentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **20/12/2024** às **07:48** (data e hora de Brasília).

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411/002/2024
FLS. 011
Rub.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.940.621/0001-10 **MATRIZ**		**19/09/2013**

NOME EMPRESARIAL
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
A L LOCADORA DE VEICULO	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ABILIO MONTEIRO	**1548**	**LETRA B**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.725-000	**ENGENHO**	**PEDREIRAS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ALLOCADORADEVEICULO@GMAIL.COM	**(99) 9999-9999/ (99) 0000-0003**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**19/09/2013**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/12/2024** às **07:47:50** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 212
RUB.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.940.621/0001-10 **MATRIZ**		**19/09/2013**

NOME EMPRESARIAL
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ABILIO MONTEIRO	**1548**	**LETRA B**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.725-000	**ENGENHO**	**PEDREIRAS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ALLOCADORADEVEICULO@GMAIL.COM	**(99) 9999-9999/ (99) 0000-0003**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**19/09/2013**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/12/2024** às **07:47:50** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 213
Rub.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA
CNPJ: 18.940.621/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:39:20 do dia 26/11/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/05/2025.
Código de controle da certidão: **6F0F.2C2F.F84A.8141**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PEDREIRAS/MA
Proc 041100/2024
FLS. 214
Rub.

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.940.621/0001-10

Razão Social: C ALEXANDRRE MENDES LEITE LTDA

Endereço: RUA ABILIO MONTEIRO 1548 LETRA B / ENGENHO / PEDREIRAS / MA / 65725-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:19/12/2024 a 17/01/2025

Certificação Número: 2024121904322126245916

Informação obtida em 20/12/2024 07:50:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PEDREIRAS/MA
Proc. 0211002/2024
FLS. 215
Rub.

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.940.621/0001-10

Razão Social: C ALEXANDRRE MENDES LEITE LTDA

Endereço: RUA ABILIO MONTEIRO 1548 LETRA B / ENGENHO / PEDREIRAS / MA / 65725-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:26/01/2025 a 24/02/2025

Certificação Número: 2025012603382126245980

Informação obtida em 31/01/2025 11:26:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411402/2024
FLS. 216
Rub.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.940.621/0001-10
Certidão nº: 81737638/2024
Expedição: 26/11/2024, às 15:44:30
Validade: 25/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.940.621/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04111002/2024
FLS. 217
Rub.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 521686/24 **Data da Certidão:** 20/12/2024 07:51:58

CPF/CNPJ 18940621000110 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 20/03/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 20/12/2024 07:51:58

PEDREIRAS/MA
Proc. 041100/2024
FLS. 218
Rub.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 092020/24 **Data da Certidão:** 06/11/2024 12:46:25

CPF/CNPJ CONSULTADO: **18940621000110**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 04/02/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 11/11/2024 09:26:15

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
AV RIO BRANCO, Nº 111 - CENTRO
CNPJ: 06184253000149

PEDREIRAS/MA
Proc. 04111002/2024
FLS. 219
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS E DÍVIDA ATIVA

O DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA da prefeitura Municipal de PEDREIRAS, a requerimento da pessoa interessada C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários com os cofres públicos municípais até a presente data, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituidos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro:	**000012572**	Inscrição Municipal:	**000012572**
Contribuinte:	**C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA**	CPF/CNPJ:	**18940621000110**
Nome Fantasia:	**A L LOCADORA DE VEICULO**		
Endereço:	**RUA ABILIO MONTEIRO, 1548**	Complem:	**LETRA B**
Bairro:	**ENGENHO**	CEP:	**65725000**
Cidade:	**PEDREIRAS - MA**		
Inscrição Est.:		Data de Abertura:	**19/09/2013**
Atividade:	**Locação de automóveis sem condutor, Gestão de redes de esgoto, Coleta de resíduos não-perigosos, Coleta de resíduos perigosos, Construção de edifícios, Construção de rodovias e ferrovias, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Construção de redes**		

Atividade Principal

Locação de automóveis sem condutor, Gestão de redes de esgoto, Coleta de resíduos não-perigosos,

Emissão: **01/11/2024 10:17:09** Validade: **30/01/2025** Usuário: **ANTONIO**

Número/Controle da Certidão: **8841086A9AE50921**

Atividade(s) Seuncaria(s)

3701100 - Gestão de redes de esgoto	3811400 - Coleta de resíduos não-perigosos
3812200 - Coleta de resíduos perigosos	4120400 - Construção de edifícios
4211101 - Construção de rodovias e ferrovias	4213800 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4222701 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	4299501 - Construção de instalações esportivas e recreativas
4311801 - Demolição de edifícios e outras estruturas	4311802 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
4313400 - Obras de terraplenagem	4321500 - Instalação e manutenção elétrica
4391600 - Obras de fundações	4399104 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
4399105 - Perfuração e construção de poços de água	4923002 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
4929901 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	-
7719599 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	7731400 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
7732201 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	7732202 - Aluguel de andaimes
7739099 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	8121400 - Limpeza em prédios e em domicílios
8129000 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	

PEDREIRAS/MA
Proc. PEDREIRAS/MA
FLS. 220

Emissão: **01/11/2024 10:17:09** Validade: **30/01/2025** Usuário:

Número/Controle da Certidão: **8841086A9AE50921**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
AV RIO BRANCO, Nº 111 - CENTRO
CNPJ: 06184253000149

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS 221
Rub

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIO

O DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA da prefeitura Municipal de PEDREIRAS, a requerimento da pessoa interessada C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários com os cofres públicos municípais até a presente data, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituidos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro:	**000012572**	Inscrição Municipal:	**000012572**
Contribuinte:	**C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA**	CPF/CNPJ:	**18940621000110**
Nome Fantasia:	**A L LOCADORA DE VEICULO**		
Endereço:	**RUA ABILIO MONTEIRO, 1548**	Complem:	**LETRA B**
Bairro:	**ENGENHO**	CEP:	**65725000**
Cidade:	**PEDREIRAS - MA**		
Inscrição Est.:		Data de Abertura:	**19/09/2013**
Atividade:	**Locação de automóveis sem condutor, Gestão de redes de esgoto, Coleta de resíduos não-perigosos, Coleta de resíduos perigosos, Construção de edifícios, Construção de rodovias e ferrovias, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Construção de redes**		

Atividade Principal

Locação de automóveis sem condutor, Gestão de redes de esgoto, Coleta de resíduos não-perigosos,

Emissão: **31/01/2025 09:19:49** Validade: **01/05/2025** Usuário: **LUIS**

Número/Controle da Certidão: **77B56F2E5D286D9B**

Atividade(s) Seuncaria(s)

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 222

3701100 - Gestão de redes de esgoto

3811400 - Coleta de resíduos não-perigosos

3812200 - Coleta de resíduos perigosos

4120400 - Construção de edifícios

4211101 - Construção de rodovias e ferrovias

4213800 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

4222701 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4299501 - Construção de instalações esportivas e recreativas

4311801 - Demolição de edifícios e outras estruturas

4311802 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno

4313400 - Obras de terraplenagem

4321500 - Instalação e manutenção elétrica

4391600 - Obras de fundações

4399104 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras

4399105 - Perfuração e construção de poços de água

4923002 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

4929901 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal -

7719599 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

7731400 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador

7732201 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

7732202 - Aluguel de andaimes

7739099 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

8121400 - Limpeza em prédios e em domicílios

8129000 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

Emissão: **31/01/2025 09:19:49** Validade: **01/05/2025** Usuário:

Número/Controle da Certidão: **77B56F2E5D286D9B**

PEDREIRAS/MA
Fls: 04/02/2025
Fls: 223
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
AV RIO BRANCO, Nº 111 - CENTRO
CNPJ: 06184253000149

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS E DÍVIDA ATIVA

O DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA da prefeitura Municipal de PEDREIRAS, a requerimento da pessoa interessada C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários com os cofres públicos municípais até a presente data, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituidos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro:	**000012572**	Inscrição Municipal:	**000012572**
Contribuinte:	**C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA**	CPF/CNPJ:	**18940621000110**
Nome Fantasia:	**A L LOCADORA DE VEICULO**		
Endereço:	**RUA ABILIO MONTEIRO, 1548**	Complem:	**LETRA B**
Bairro:	**ENGENHO**	CEP:	**65725000**
Cidade:	**PEDREIRAS - MA**		
Inscrição Est.:		Data de Abertura:	**19/09/2013**
Atividade:	**Locação de automóveis sem condutor, Gestão de redes de esgoto, Coleta de resíduos não-perigosos, Coleta de resíduos perigosos, Construção de edifícios, Construção de rodovias e ferrovias, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Construção de redes**		

Atividade Principal

Locação de automóveis sem condutor, Gestão de redes de esgoto, Coleta de resíduos não-perigosos,

Emissão: **31/01/2025 09:21:06** Validade: **01/05/2025** Usuário: **LUIS**

Número/Controle da Certidão: **9D18CAD74D453C5F**

Atividade(s) Seuncaria(s)

3701100 - Gestão de redes de esgoto

3811400 - Coleta de resíduos não-perigosos

3812200 - Coleta de resíduos perigosos

4120400 - Construção de edifícios

4211101 - Construção de rodovias e ferrovias

4213800 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

4222701 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4299501 - Construção de instalações esportivas e recreativas

4311801 - Demolição de edifícios e outras estruturas

4311802 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno

4313400 - Obras de terraplenagem

4321500 - Instalação e manutenção elétrica

4391600 - Obras de fundações

4399104 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras

4399105 - Perfuração e construção de poços de água

4923002 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

4929901 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal

7719599 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

7731400 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador

7732201 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

7732202 - Aluguel de andaimes

7739099 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

8121400 - Limpeza em prédios e em domicílios

8129000 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

PEDREIRAS/MA
Proc 04/11/2024
FLS 224
Rub

Emissão: **31/01/2025 09:21:06** Validade: **01/05/2025** Usuário:

Número/Controle da Certidão: **9D18CAD74D453C5F**

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 225
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

AV RIO BRANCO, 111 - CENTRO - PEDREIRAS

CNPJ: 06.184.253/0001-49

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DE DÍVIDA ATIVA

Código de Cadastro
000012572

Contribuinte
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

CPF/CNPJ
18.940.621/0001-10

Logradouro
RUA ABILIO MONTEIRO

Número
1548

Complemento
LETRA B

Bairro
ENGENHO

CEP
6572500

Cidade
PEDREIRAS

UF
MA

O Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal de PEDREIRAS-MA, a requerimento da pessoa interessada, CERTIFICA para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos para com os cofres públicos municípais até a presente data, ressalvando o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituido anteriormente a esta data durante a vigência desse prazo.

Emitida às 15:52:13 do dia 18/12/2024

Válida até 18/03/2025

Código de Controle da Certidão/Número 1A932B4BBBCC6A3C

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PEDREIRAS/MA
Proc. 0911002/2024
FLS. 26
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CNPJ: 06184253000149

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Nº do Alvará: 28/2025 **Exercício:** 2025

Inscrição Municipal: 000012572 **Validade:** 31/12/2025

Contribuinte: C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

Nome Fantasia: A L LOCADORA DE VEICULO **Data de Abertura:** 19/09/2013

CPF/CNPJ: 18940621000110 **RG/Inscrição Estadual:**

Endereço: RUA ABILIO MONTEIRO, 1548 - ENGENHO

CEP: 65725000 **Complemento:** LETRA B

Atividades

3701100 Gestão de redes de esgoto	3811400 Coleta de resíduos não perigosos
3812200 Coleta de resíduos perigosos	4120400 Construção de edifícios
4211101 Construção de rodovias e ferrovias	4213800 Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4222701 Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e	4299501 Construção de instalações esportivas e recreativas
4311801 Demolição de edifícios e outras estruturas	4311802 Preparação de canteiro e limpeza de terreno
4313400 Obras de terraplenagem	4321500 Instalação e manutenção elétrica
4391600 Obras de fundações	4399104 Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e
4399105 Perfuração e construção de poços de água	4923002 Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
4929901 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento,	7711000 Locação de automóveis sem condutor
7719599 Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente,	7731400 Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
7732201 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto	7732202 Aluguel de andaimes
7739099 Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não	8121400 Limpeza em prédios e em domicílios
8129000 Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	

Observações

PEDREIRAS - MA, 08/01/2025

CÓD. AUTENTICAÇÃO: DD6EA3C6BA3CD8A0

ESTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISIVEL À FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL E RENOVADO ANUALMENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA CNPJ: 06184253000149

AV RIO BRANCO, Nº 111 - CENTRO

Rol Cadastral do Mobiliário - Completo: (Cadastro: '000012572','000012572')

Data Emissão:	19/12/2024
Hora:	08:22:40
Exercício:	2024
Usuário:	ANTONIO
Página(s):	**1 de 2**

FICHA CADASTRAL DO MOBILIÁRIO

CONTRIBUINTE

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
Fls 227
Rub.

Código:: **000012572**

Nome: **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** CNPJ: **18940621000110**

Nome Fant.: **A L LOCADORA DE VEICULO** PIS/NIT:

Endereço: **RUA ABILIO MONTEIRO** Nº: **1548** CEP: **65725000**

Bairro: **ENGENHO** Complemento: **LETRA B**

Cidade: **PEDREIRAS** Estado: **MA**

ESTABELECIMENTO

Cadastro: **000012572**

Endereço: **RUA ABILIO MONTEIRO** Nº: **1548** CEP: **65725000**

Bairro: **ENGENHO** Complemento: LETRA B

Cidade: **PEDREIRAS** Estado: MA

Area: **0,00** Nº Empregados: **0** Região: **1**

Insc Estadual: Insc Municipal: **000012572** Horário de Funcionamento: **Das: Até**

DADOS GERAIS

Abertura: **19/09/2013** Processo: Dt. Processo:

Junta Comercial: Data: **19/09/2013** Nº Reg Pessoal Juridica:

Escritório: Email Esc:

Fone Esc:

Situação: **01 - Ativo** Tipo da Empresa: **ENTIDADES EMPRESARIAIS**

Tipo ISS: **03 - Sobre Faturamento** Capital: **0** Tipo de Cadastro: **206-2**

Optante SN: **S** Regime Especial: **Microempresário (ME)** Exigiblidade ISS: **Exigível**

Atividade: **Locação de automóveis sem condutor, Gestão de redes de esgoto, Coleta de resíduos não-perigosos, Coleta de**

Código	Tributo	Desdo	Descrição da Receita
1	ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO	013037	EMPREITEIRAS, IMOBILIÁRIAS E INCORPORADAS

Código	Identificador	Tipo	Atividade	Qtde.	Inicio	Fim
000007	07.00	01 - Prestação de	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo,	0		
			Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes,			
000007	07.00	01 - Prestação de	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo,	0		
			Demolição			
000007	07.00	01 - Prestação de	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo,	0		
			Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo			
000007	07.00	01 - Prestação de	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo,	0		
			Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer			
000007	07.00	01 - Prestação de	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo,	0		
			Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres			
000003	03.00	01 - Prestação de	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e	0		
			Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e			
000016	16.00	01 - Prestação de	Serviços de transporte de natureza municipal	0		
			Serviços de transporte de natureza municipal			

Código	Principal	Atividade cnae
3701100	N	Gestão de redes de esgoto
3811400	N	Coleta de resíduos não-perigosos
3812200	N	Coleta de resíduos perigosos
4120400	N	Construção de edifícios

PEDREIRAS/MA
Proc 041100 2/202 4
FLS. 238
Rub.

FICHA CADASTRAL DO MOBILIÁRIO

4211101	N	Construção de rodovias e ferrovias
4213800	N	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4222701	N	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
4299501	N	Construção de instalações esportivas e recreativas
4311801	N	Demolição de edifícios e outras estruturas
4311802	N	Preparação de canteiro e limpeza de terreno
4313400	N	Obras de terraplenagem
4321500	N	Instalação e manutenção elétrica
4391600	N	Obras de fundações
4399104	N	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
4399105	N	Perfuração e construção de poços de água
4923002	N	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
4929901	N	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
7711000	S	Locação de automóveis sem condutor
7719599	N	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
7731400	N	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
7732201	N	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
7732202	N	Aluguel de andaimes
7739099	N	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
8121400	N	Limpeza em prédios e em domicílios
8129000	N	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 209
Rub.

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVO		
CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES		
CAIXA		321.037,79
BANCOS		
BANCO C/MOVIMENTO		71.128,73
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
EMPRESTIMOS A DIRIGENTES		80.750,00
NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
IMOVEIS	214.000,00	
VEICULOS	265.223,00	
INSTALAÇÕES	120.525,58	599.748,58
TOTAL DO ATIVO		1.072.665,10
PASSIVO		
CIRCULANTE		
FORNECEDORES		32.311,40
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		
IMP. FEDERAIS A REC.		4.068,80
CONTAS A PAGAR		
CEMAR A PAGAR	371,40	
TELEFONE A PAGAR	89,42	460,82
PATRIMONIO LIQUIDO		
CAPITAL	400.000,00	
RESERVA P/ AUMENT. CAPITAL	-	
LUCROS ACUMULADOS	635.824,08	1.035.824,08
TOTAL DO PASSIVO		1.072.665,10

Pedreiras (Ma), 31 de dezembro de 2022.

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
CPF 001.518.603-27
TITULAR

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
TEC. CONTABILIDADE CRC 7069/MA
CPF 404.596.323-53

PEDREIRAS/MA
Proc 041/002/2024
FLS 230
Nº

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

DEMONSTRAÇAO DO RESULTADO DO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2022

RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**272.168,00**
(-) SIMPLES NACIONAL.....	9.253,71
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**262.914,29**
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS.....	106.321,27
RESULTADO BRUTO.....	**156.593,02**
DESPESAS OPERACIONAIS	
(-) PRO LABORE	36.000,00
(-) SERVIÇOS PRESTADOS PJ	14.723,80
(-) SERVIÇOS PRESTADOS PF	12.000,00
(-) PUBLICIDADES	2.047,20
(-) ENERGIA/TELEFONE	4.612,00
(-) MULTAS E JUROS	877,47
(-) MATERIAL DE SEGURANÇA.....	4.673,36
(-) COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	16.871,32
(-) MATERIAL DE CONSUMO.....	4.446,00
(-) MANUTENÇÃO E CONSEVAÇÃO DE VEICULOS..	18.862,05
(-) CONSERTOS E REPAROS...	3.225,76
(=) LUCRO LIQUIDO N/ EXERCICIO	**38.254,06**

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

SALDO INICIO DO PERIODO.....	**363.873,64**
LUCRO LIQUIDO NO EXERCICIO.....	**38.254,06**
(=)SALDO FINAL DO EXERCICIO.....	**402.127,70**

Pedreiras (Ma), 31 de dezembro de 2022

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
CPF 001.518.603-27
TITULAR

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
TEC. CONTABILIDADE CRC 7069/MA
CPF 404.596.323-53

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS 231
Rub.

INDICE DE LIQUIDEZ EXERCICIO 2022

ILG	ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO	472.916,52 / 36.841,02	12,84%
ILC =	ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE	392.166,52 / 36.841,02	10,64%
ISG =	ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO	1.072.665,10 / 36.841,02	29,12%
ILS =	ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUE / PASSIVO CIRCULANTE	392.166,52 / 36.841,02	10,64%
ILI =	DISPONIVEL / PASSIVO CIRCULANTE	392.166,52 / 36.841,02	10,64%
IEG =	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO / ATIVO TOTAL	36.841,02 / 1.072.665,10	0,03%

Pedreiras (Ma), 31 de dezembro de 2022.

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
CPF 001.518.603-27
TITULAR

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
TEC. CONTABILIDADE CRC 7069/MA
CPF 404.596.323-53

CNPJ 18.940.621/0001-10, Nire 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B, - Engenho
Pedreiras - Maranhão

PEDREIRAS/MA
Proc 041/002 /202 4
FLS. 232
Rub.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A C. ALEXADRE MENDES LEITE LTDA é uma empresa individual, com sede e foro na cidade de Pedreiras/MA, tendo como objeto social de Serviços a Construção de edificios, com início de atividades em 19/09/2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras
Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;
3.2) Direitos e obrigações
Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;
3.3) Imobilizado
Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.
3.4) Ajuste de avaliação patrimonial
A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas
A empresa não participa do capital social de outras sociedades.
3.6) Impostos Federais
A empresa está no regime do Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/2022 9
FLS. 23
Rub.

5) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 400.000,00, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA – 100%

6) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Pedreiras (Ma), 31 de dezembro de 2022.

ASSINATURAS

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
CPF: 001.518.603-27
Socio Administrador

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
Tec. Contabil CRC: 7069/MA
CPF:404.596.323-53

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/1002/202
FLS. 234
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00151860327	CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
40459632353	JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/07/2023 11:45 SOB Nº 20230985971.
PROTOCOLO: 230985971 DE 31/07/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12311304995. CNPJ DA SEDE: 18940621000110.
NIRE: 21200838561. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 31/07/2023.
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
FLS. 235
Rub.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade n° 12311258179 em 31/07/2023, protocolo 230986005. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA
Número de Registro:	21200838561
CNPJ:	18940621000110
Munícipio:	Pedreiras

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	5
Período de Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
00151860327	CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE	
40459632353	JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA	MA7069

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 31/07/2023 10:05 SOB N° 20230986005.
PROTOCOLO: 230986005 DE 28/07/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12311258179. NIRE: 21200838561.
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 31/07/2023
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PEDREIRAS/MA
Proc 04/2002/2024
FLS. 236
Rub.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 5

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 14, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, município Pedreiras, CNPJ nº 18.940.621/0001-10, Número de Registro (NIRE) 21200838561. Data do arquivamento dos atos constitutivos: 19/09/2013 Ato constitutivo: 21200838561

Pedreiras, 01/01/2022

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
Administrador, Sócio
CPF 001.518.603-27

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
TEC. CONTABILIDADE
CRC/MA 7069

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc 041102/2024
FLS. 232
RUB

LANÇAMENTOS DE JANEIRO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	41.770,86		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	14.800,00	16.357,14	40.213,72
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
02/01/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 12/2021		R$ 1.000,00	R$ 102.128,00
03/01/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 12/2021		R$ 301,00	R$ 101.842,35
04/01/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 12/2021		R$ 1.371,52	R$ 100.816,37
05/01/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 12/2021		R$ 296,50	R$ 100.449,82
06/01/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 12/2020		R$ 964,32	R$ 99.286,91
07/01/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 12/2020		R$ 201,00	R$ 99.088,37
08/01/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 12/2020		R$ 1.000,00	R$ 97.132,63
09/01/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 12/2020		R$ 3.000,00	R$ 97.035,91
10/01/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 12/2020		R$ 301,20	R$ 96.747,88
11/01/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 12/2020		R$ 91,20	R$ 96.659,82
12/01/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 12/2020		R$ 35,40	R$ 96.635,94
13/01/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 01/2022	14.800,00		R$ 109.001,48
14/01/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 01/2022		R$ 6.807,00	R$ 103.230,37
15/01/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 01/2022		R$ 988,00	R$ 102.947,41

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 238
Rub.

LANÇAMENTOS DE FEVEREIRO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	40.213,72		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas / Saidas)	18.850,00	R$ 15.968,39	43.095,33
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saida	Saldo
01/02/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 01/2022		R$ 1.000,00	58.063,72
02/02/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 01/2022		R$ 390,60	57.673,12
05/02/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 01/2022		R$ 1.340,89	56.332,23
08/02/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 01/2022		R$ 360,20	55.972,03
09/02/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 01/2022		R$ 1.441,20	54.530,83
10/02/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 01/2022		R$ 110,00	54.420,83
10/02/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 01/2022		R$ 962,40	53.458,43
16/02/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 01/2022		R$ 3.000,00	50.458,43
19/02/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 01/2022		R$ 300,20	50.158,23
23/02/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 01/2022		R$ 55,00	50.103,23
23/02/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 01/2022		R$ 102,30	50.000,93
26/02/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 02/2022	18.850,00		50.000,93
26/02/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 02/2022		R$ 6.605,40	43.395,53
26/02/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 02/2022		R$ 300,20	43.095,33

PEDREIRAS/MA
Fls. 04/11/2024
FLS. 239
Rub.

LANÇAMENTOS DE MARÇO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	43.095,33		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	17.800,00	R$ 18.370,20	42.525,13
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
04/03/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 02/2022		R$ 1.000,00	59.895,33
04/03/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 02/2022		R$ 400,00	59.495,33
09/03/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 02/2022		R$ 1.500,00	57.995,33
12/03/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 02/2022		R$ 240,90	57.754,43
12/03/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 02/2022		R$ 715,60	57.038,83
12/03/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 02/2022		R$ 300,50	56.738,33
15/03/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 02/2022		R$ 1.900,00	54.838,33
15/03/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 02/2022		R$ 3.000,00	51.838,33
22/03/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 02/2022		R$ 320,00	51.518,33
31/03/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 02/2022		R$ 78,50	51.439,83
31/03/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 02/2022		R$ 43,20	51.396,63
31/03/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 03/2022	17.800,00		51.396,63
31/03/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 03/2022		R$ 8.560,00	42.836,63
31/03/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 03/2022		R$ 311,50	42.525,13

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 240
Rub

LANÇAMENTOS DE ABRIL							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	42.525,13		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	19.600,00	18.517,38	43.607,75
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
02/04/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 03/2022		R$ 1.000,00	61.125,13
05/04/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 03/2022		R$ 290,60	60.834,53
05/04/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 03/2022		R$ 1.456,80	59.377,73
12/04/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 03/2022		R$ 367,80	59.009,93
12/04/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 03/2022		R$ 1.320,40	57.689,53
12/04/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 03/2022		R$ 308,50	57.381,03
12/04/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 03/2022		R$ 1.101,20	56.279,83
12/04/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 03/2022		R$ 3.000,00	53.279,83
15/04/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 03/2022		R$ 431,20	52.848,63
30/04/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 03/2022		R$ 78,98	52.769,65
30/04/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 03/2022		R$ 50,90	52.718,75
30/04/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 04/2022	19.600,00		52.718,75
30/04/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 04/2022		R$ 8.709,80	44.008,95
30/04/2022	2.1.1.009	C	Material de consumo	Ref. 04/2022		R$ 401,20	43.607,75

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 241
Rub.

LANÇAMENTOS DE MAIO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	43.607,75		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saidas)	20350	R$ 17.661,30	46.296,45
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
03/05/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 04/2022		R$ 1.000,00	62.957,75
03/05/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 04/2022		R$ 344,00	62.613,75
06/05/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 04/2022		R$ 1.200,50	61.413,25
10/05/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 04/2022		R$ 300,80	61.112,45
10/05/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 04/2022		R$ 1.560,00	59.552,45
10/05/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 04/2022		R$ 208,70	59.343,75
10/05/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 04/2022		R$ 1.200,70	58.143,05
21/05/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 04/2022		R$ 3.000,00	55.143,05
21/05/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 04/2022		R$ 309,70	54.833,35
31/05/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 04/2022		R$ 45,60	54.787,75
31/05/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 04/2022		R$ 81,20	54.706,55
31/05/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 05/2022	20.350,00		54.706,55
31/05/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 05/2022		R$ 7.800,90	46.905,65
31/05/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 05/2022		R$ 609,20	46.296,45

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 242
Rub.

LANÇAMENTOS DE JUNHO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	R$ 102.722,24		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	22.400,00	20.673,94	104.448,30
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
01/06/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 05/2022		R$ 1.000,00	124.122,24
01/06/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 05/2022		R$ 170,65	123.951,59
04/06/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 05/2022		R$ 1.708,65	122.242,94
08/06/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 05/2022		R$ 354,09	121.888,85
08/06/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 05/2022		R$ 1.809,65	120.079,20
11/06/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 05/2022		R$ 50,00	120.029,20
11/06/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 05/2022		R$ 908,60	119.120,60
14/06/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 05/2022		R$ 3.000,00	116.120,60
21/06/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 05/2022		R$ 301,40	115.819,20
30/06/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 05/2022		R$ 50,60	115.768,60
30/06/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 05/2022		R$ 99,70	115.668,90
30/06/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 06/2022	22.400,00		115.668,90
30/06/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 06/2022		R$ 10.900,00	104.768,90
30/06/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 06/2022		R$ 320,60	104.448,30

PEDREIRAS/MA
Proc. 041.1002/2023 4
FLS. 243
Rub.

LANÇAMENTOS DE JULHO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	R$ 100.166,14		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	R$ 20.312,66	20.315,90	100.162,90
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
01/07/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 06/2022		1.000,00	119.478,80
02/07/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 06/2022		300,90	119.177,90
05/07/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 06/2022		1.409,50	117.768,40
09/07/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 06/2022		300,60	117.467,80
09/07/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 06/2022		1.605,70	115.862,10
12/07/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 06/2022		302,50	115.559,60
12/07/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 06/2022		1.200,90	114.358,70
16/07/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 06/2022		3.000,00	111.358,70
20/07/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 06/2022		311,80	111.046,90
30/07/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 06/2022		61,30	110.985,60
30/07/2020	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 06/2022		71,20	110.914,40
30/07/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 07/2022	25.120,00		110.914,40
30/07/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 07/2022		10.540,00	100.374,40
30/07/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 07/2022		211,50	100.162,90

PEDREIRAS/MA
Proc 041102-/2024
FLS. 249

LANÇAMENTOS DE AGOSTO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	100.162,90		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	R$ 21.637,18	19.361,60	102.438,48
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
02/08/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 07/2022		R$ 1.000,00	124.912,90
02/08/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 07/2022		R$ 210,00	124.702,90
06/08/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 07/2022		R$ 2.340,60	122.362,30
10/08/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 07/2022		R$ 334,50	122.027,80
10/08/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 07/2022		R$ 1.540,50	120.487,30
10/08/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 07/2022		R$ 45,00	120.442,30
16/08/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 07/2022		R$ 1.100,00	119.342,30
19/08/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 07/2022		R$ 3.000,00	116.342,30
20/08/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 07/2022		R$ 412,30	115.930,00
31/08/2022	2.3.2.004	D	Pagamento Telefone	Ref. 07/2022		R$ 51,30	115.878,70
31/08/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 07/2022		R$ 115,00	115.763,70
31/08/2022	1.1.1.001	C	Receita Bruta	Ref. 08/2022	25.750,00		115.763,70
31/08/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 08/2022		R$ 9.001,40	106.762,30
31/08/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 08/2022		R$ 211,00	106.551,30

PEDREIRAS/MA
Proc 041 /002 /2024
FLS. 245

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

LANÇAMENTOS DE SETEMBRO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	R$ 101.741,22		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	R$ 21.967,81	R$ 20.718,04	102.990,99
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
03/09/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 08/2022		R$ 1.000,00	R$ 128.541,22
03/09/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 08/2022		R$ 133,61	R$ 128.407,61
06/09/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 08/2022		R$ 1.964,12	R$ 126.443,49
10/09/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 08/2022		R$ 291,33	R$ 126.152,16
10/09/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 08/2022		R$ 1.719,28	R$ 124.432,88
10/09/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 08/2022		R$ 381,00	R$ 124.051,88
17/09/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 08/2022		R$ 1.450,00	R$ 122.601,88
20/09/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 08/2022		R$ 3.000,00	R$ 119.601,88
20/09/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 08/2022		R$ 371,82	R$ 119.230,06
30/09/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 08/2022		R$ 55,14	R$ 119.174,92
30/09/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 08/2022		R$ 106,06	R$ 119.068,86
30/09/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 09/2022	27.800,00		R$ 119.068,86
30/09/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 09/2022		R$ 9.915,77	R$ 109.153,09
30/09/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 09/2022		R$ 329,91	R$ 108.823,18

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/02/2023
FLS. 246

LANÇAMENTOS DE OUTUBRO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	R$ 103.804,99		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	R$ 24.286,44	R$ 18.547,25	R$ 109.544,18
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
03/10/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 09/2022		R$ 1.000,00	128104,99
03/10/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 09/2022		R$ 230,00	127.874,99
05/10/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 09/2022		R$ 1.540,00	126.334,99
07/10/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 09/2022		R$ 296,80	126.038,19
07/10/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 09/2022		R$ 1.670,00	124.368,19
10/10/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 09/2022		R$ 40,00	124.328,19
10/10/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 09/2022		R$ 1.300,00	123.028,19
10/10/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 09/2022		R$ 3.000,00	120.028,19
17/10/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 09/2022		R$ 409,60	119.618,59
31/10/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 09/2022		R$ 61,65	119.556,94
31/10/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 09/2022		R$ 87,60	119.469,34
31/10/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 10/2022	25.300,00		119.469,34
31/10/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 10/2022		R$ 8.700,60	110.768,74
31/10/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 10/2022		R$ 211,00	110.557,74

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2024
FLS. 247
Rub.

LANÇAMENTOS DE NOVEMBRO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	R$ 107.469,58		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saidas)	R$ 25.610,74	R$ 19.665,58	R$ 113.414,74
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
01/11/2020	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 10/2022		R$ 1.000,00	R$ 106.679,58
02/11/2020	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 10/2022		R$ 164,00	R$ 106.515,58
04/11/2020	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 10/2022		R$ 1.258,74	R$ 105.256,84
07/11/2020	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 10/2022		R$ 354,88	R$ 104.501,96
08/11/2020	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 10/2022		R$ 2.109,80	R$ 102.466,96
09/11/2020	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 10/2022		R$ 50,00	R$ 102.126,96
09/11/2020	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 10/2022		R$ 1.500,00	R$ 100.276,96
11/11/2020	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 10/2022		R$ 3.000,00	R$ 97.916,96
16/11/2020	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 10/2022		R$ 92,14	R$ 97.524,82
30/11/2020	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 10/2022		R$ 51,33	R$ 97.473,49
30/11/2020	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 10/2022		R$ 53,40	R$ 97.382,41
30/11/2020	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 11/2022	26.444,00		R$ 122.993,15
30/11/2020	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 11/2022		R$ 9.800,40	R$ 113.723,28
30/11/2020	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 11/2022		R$ 230,89	R$ 113.587,30

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc 04/12/2024
FLS. 248
Rub.

LANÇAMENTOS DE DEZEMBRO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA		Saldo Anterior	R$ 113.587,30		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10		Totais (Entradas /Saidas)	227.954,00	20.503,51	321.037,79

Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
01/12/2022	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 11/2022		R$ 1.000,00	112.587,30
02/12/2022	2.4.1.001	D	AUMENTO DE CAPITAL	Ref, 12/2022	200.000,00		312.587,30
02/12/2022	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 11/2022		R$ 290,40	312.296,90
05/12/2022	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 11/2022		R$ 1.780,00	310.516,90
05/12/2022	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 11/2022		R$ 225,00	310.291,90
06/12/2022	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 11/2022		R$ 2.405,60	307.886,30
09/12/2022	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 11/2022		R$ 50,00	307.836,30
09/12/2022	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 11/2022		R$ 1.100,00	306.736,30
09/12/2022	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 11/2022		R$ 3.000,00	303.736,30
16/12/2022	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 11/2022		R$ 1.112,00	302.624,30
30/12/2022	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 11/2022		R$ 208,00	302.416,30
30/12/2022	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 11/2022		R$ 31,51	302.384,79
30/12/2022	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 12/2022	27.954,00		330.338,79
30/12/2022	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 12/2022		R$ 8.980,00	321.358,79
30/12/2022	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 12/2022		R$ 321,00	321.037,79

PEDREIRAS/MA
Proc 0911.007/2022
FLS. 209
Rub.

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 5

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 14, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.

Pedreiras, 31/12/2022

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
Administrador, Sócio
CPF 001.518.603-27

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
TEC. CONTABILIDADE
CRC/MA 7069

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 250
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00151860327	CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
40459632353	JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 31/07/2023 10:05 SOB Nº 20230986005.
PROTOCOLO: 230986005 DE 28/07/2023. NIRE: 21200838561.
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 31/07/2023
empresafacil.ma.gov.br

A. L. LOCADORA DE VEÍCULOS

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc 041/002/202 21
FLS. 251
Rub. 0

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ATIVO		
CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES		
CAIXA		
CAIXA GERAL		335.876,37
BANCOS		
BANCO C/MOVIMENTO		83.061,20
CLIENTES		
CLIENTES DIVERSOS		88.900,00
NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
IMOVEIS	214.000,00	
VEICULOS	265.223,00	
INSTALAÇÕES	120.525,58	599.748,58
TOTAL DO ATIVO		1.107.586,15
PASSIVO		
CIRCULANTE		
FORNECEDORES		11.180,60
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		
IMP. FEDERAIS A REC.		1.213,80
CONTAS A PAGAR		
CEMAR A PAGAR	355,40	
TELEFONE A PAGAR	83,65	439,05
PATRIMONIO LIQUIDO		
CAPITAL	400.000,00	
RESERVA P/ AUMENT. CAPITAL	-	
LUCROS ACUMULADOS	694.752,70	1.094.752,70
TOTAL DO PASSIVO		1.107.586,15

Pedreiras (Ma), 31 de dezembro de 2023

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE	**JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA**
CPF 001.518.603-27	**TEC. CONTABILIDADE CRC 7069/MA**
TITULAR	**CPF 404.596.323-53**

A. L. LOCADORA DE VEÍCULOS
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc 041/002 /2024
FLS. 252
Rub.

DEMONSTRAÇAO DO RESULTADO DO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2023

RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**383.960,00**
(-) SIMPLES NACIONAL.....	13.054,64
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**370.905,36**
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS.....	186.320,02
RESULTADO BRUTO.....	**184.585,34**
DESPESAS OPERACIONAIS	
(-) PRO LABORE	37.740,96
(-) SERVIÇOS PRESTADOS PJ	15.435,84
(-) SERVIÇOS PRESTADOS PF	12.000,00
(-) PUBLICIDADES	2.146,20
(-) ENERGIA/TELEFONE	4.913,55
(-) MULTAS E JUROS	919,90
(-) MATERIAL DE SEGURANÇA.....	4.899,36
(-) COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	19.783,93
(-) MATERIAL DE CONSUMO.....	4.661,01
(-) MANUTENÇÃO E CONSEVAÇÃO DE VEICULOS..	19.774,21
(-) CONSERTOS E REPAROS...	3.381,76
(=) LUCRO LIQUIDO N/ EXERCICIO	**58.928,62**

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

SALDO INICIO DO PERIODO.....	**635.824,08**
LUCRO LIQUIDO NO EXERCICIO.....	**58.928,62**
(=)SALDO FINAL DO EXERCICIO.....	**694.752,70**

Pedreiras (Ma), 31 de dezembro de 2022

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
CPF 001.518.603-27
TITULAR

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
TEC. CONTABILIDADE CRC 7069/MA
CPF 404.596.323-53

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/2024
FLS. 253
Rub.

INDICE DE LIQUIDEZ EXERCICIO 2023

ILG	ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO	507.837,57		39,57%
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO	12.833,45		
ILC =	ATIVO CIRCULANTE	418.937,57		32,64%
	PASSIVO CIRCULANTE	12.833,45		
ISG =	ATIVO TOTAL	1.107.586,15		86,30%
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO	12.833,45		
ILS =	ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUE	418.937,57		32,64%
	PASSIVO CIRCULANTE	12.833,45		
ILI =	DISPONIVEL	418.937,57		32,64%
	PASSIVO CIRCULANTE	12.833,45		
IEG =	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO	12.833,45		0,01%
	ATIVO TOTAL	1.107.586,15		

Pedreiras (Ma), 31 de dezembro de 2023.

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
CPF 001.518.603-27
TITULAR

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
TEC. CONTABILIDADE CRC 7069/MA
CPF 404.596.323-53

CNPJ 18.940.621/0001-10, Nire 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B, - Engenho
Pedreiras - Maranhão

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 254
Rub.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A C. ALEXADRE MENDES LEITE LTDA é uma empresa individual, com sede e foro na cidade de Pedreiras/MA, tendo como objeto social de Serviços a Construção de edifícios, com início de atividades em 19/09/2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

PEDREIRAS/MA
Proc. 0911002 /2024
FLS. 255
Rub.

5) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 400.000,00, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA – 100%

6) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Pedreiras (Ma), 31 de dezembro de 2023.

ASSINATURAS

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
CPF: 001.518.603-27
Socio Administrador

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
Tec. Contabil CRC: 7069/MA
CPF:404.596.323-53

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/10/2024
FLS. 256

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00151860327	CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
40459632353	JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/11/2024 14:23 SOB Nº 20241529840.
PROTOCOLO: 241529840 DE 29/11/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12416911563. CNPJ DA SEDE: 18940621000110.
NIRE: 21200838561. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 29/11/2024.
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/2024
FLS. 252
Rub.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ALYNE LOPES REIS, sob a autenticidade n° 12416916158 em 29/11/2024, protocolo 241530008. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA
Número de Registro:	21200838561
CNPJ:	18940621000110
Munícipio:	Pedreiras

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	6
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
00151860327	CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE	
40459632353	JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA	MA7069

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 29/11/2024 15:00 SOB N° 20241530008.
PROTOCOLO: 241530008 DE 29/11/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12416916158. NIRE: 21200838561.
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

JUCEMA

ALYNE LOPES REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 29/11/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 258
Rub.

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 6

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 14, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, município Pedreiras, CNPJ nº 18.940.621/0001-10, Número de Registro (NIRE) 21200838561.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 19/09/2013
Ato constitutivo: 21200838561

Pedreiras, 01/01/2023

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
Administrador, Sócio
CPF 001.518.603-27

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 7069

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc. 041100 2/2024
FLS. 259
Rubr.

LANÇAMENTOS DE JANEIRO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	321.037,79		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	179.928,73	60.494,67	440.471,85
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
02/01/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 12/2022		R$ 1.000,00	R$ 320.037,79
03/01/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 01/2023		R$ 315,56	R$ 319.722,23
04/01/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 01/2023		R$ 1.437,85	R$ 318.284,39
05/01/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 12/2022		R$ 389,36	R$ 317.895,03
06/01/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 01/2023		R$ 1.010,95	R$ 316.884,07
07/01/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 01/2023		R$ 210,72	R$ 316.673,35
08/01/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 01/2023		R$ 1.048,36	R$ 315.624,99
09/01/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 01/2023		R$ 3.145,08	R$ 312.479,91
10/01/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 01/2023		R$ 315,77	R$ 312.164,15
11/01/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 01/2023		R$ 95,61	R$ 312.068,54
12/01/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 01/2023		R$ 37,11	R$ 312.031,43
13/01/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 01/2023	28.050,00		R$ 340.081,43
14/01/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 01/2023		13.611,50	R$ 326.469,92
15/01/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 01/2023		R$ 1.035,78	R$ 325.434,14
17/01/2023	1.1.1.01.002	D	Suprimento de caixa	Ref. 12-2022	71.128,73		R$ 396.562,87
18/01/2023	2.1.1.01.001	C	Pagamento de fornecedores	Ref. 12/2022		32.311,40	R$ 364.251,47
18/01/2023	1.2.1.01	D	Recebimento de Empréstimo a sócio	Ref. 12/2022	80.750,00	-	R$ 445.001,47
19/01/2023	2.1.1.04.001	C	Pagamento exercicio anterior	Ref. 12/2022		460,82	R$ 444.540,65
20/01/2023	2.1.1.03.001	C	Pagamento de Tributos	Ref. 12/2022	-	4.068,80	R$ 440.471,85

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
PROC 041002/2024
FLS. 260

LANÇAMENTOS DE FEVEREIRO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	440.471,85		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas / Saídas)	28.550,00	R$ 24.575,23	444.446,63
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
01/02/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 01/2023		R$ 1.000,00	439.471,85
02/02/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 01/2023		R$ 409,49	439.062,36
05/02/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 01/2023		R$ 1.405,73	437.656,63
08/02/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 01/2023		R$ 377,62	437.279,01
09/02/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 01/2023		R$ 1.510,90	435.768,11
10/02/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 01/2023		R$ 115,32	435.652,79
10/02/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 01/2023		R$ 1.008,94	434.643,85
16/02/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 01/2023		R$ 3.145,08	431.498,77
19/02/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 01/2023		R$ 314,72	431.184,06
23/02/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 01/2023		R$ 57,66	431.126,40
23/02/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 01/2023		R$ 107,25	431.019,15
26/02/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 02/2023	28.550,00		459.569,15
26/02/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 02/2023		13.854,10	445.715,04
26/02/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 02/2023		R$ 314,72	445.400,33
20/02/2023	2.1.1.03.001	C	Pagamento de tributos	Ref. 01/2023		953,70	444.446,63

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao

PEDREIRAS/MA
FLS. 04/11/2024
FLS. 261

LANÇAMENTOS DE MARÇO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	444.446,63		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	29.850,00	R$ 25.691,96	448.604,67
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
04/03/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 02/2023		R$ 1.000,00	443.446,63
04/03/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 02/2023		R$ 419,34	443.027,28
09/03/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 02/2023		R$ 1.572,54	441.454,74
12/03/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 02/2023		R$ 252,55	441.202,19
12/03/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 02/2023		R$ 750,21	440.451,99
12/03/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 02/2023		R$ 315,03	440.136,96
15/03/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 02/2023		R$ 1.991,88	438.145,07
15/03/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 02/2023		R$ 3.145,08	434.999,99
22/03/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 02/2023		R$ 335,48	434.664,52
31/03/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 02/2023		R$ 82,30	434.582,22
31/03/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 02/2023		R$ 45,29	434.536,93
31/03/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 03/2023	29.850,00		464.386,93
31/03/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 03/2023		14.485,00	449.901,93
31/03/2023	2.1.1.009	C	Material de consumo	Ref. 03/2023		R$ 326,56	449.575,37
20/03/2023	2.1.1.03.001	C	Pagamento de tributo	Ref. 02/2023		970,70	448.604,67

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao
CEP: 65725-000

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002202 4
FLS. 962
Rub.

LANÇAMENTOS DE ABRIL							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	448.604,67		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	31.100,00	26.339,92	453.364,75
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
02/04/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 03/2023		R$ 1.000,00	447.604,67
05/04/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 03/2023		R$ 304,65	447.300,01
05/04/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 03/2023		R$ 1.527,25	445.772,76
12/04/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 03/2023		R$ 385,59	445.387,18
12/04/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 03/2023		R$ 1.384,25	444.002,92
12/04/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 03/2023		R$ 323,42	443.679,50
12/04/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 03/2023		R$ 1.154,45	442.525,05
12/04/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 03/2023		R$ 3.145,08	439.379,97
15/04/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 03/2023		R$ 452,05	438.927,92
30/04/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 03/2023		R$ 82,80	438.845,12
30/04/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 03/2023		R$ 53,36	438.791,76
30/04/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 04/2023	31.100,00		469.891,76
30/04/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 04/2023		15.091,50	454.800,25
30/04/2023	2.1.1.009	C	Material de consumo	Ref. 04/2023		R$ 420,60	454.379,65
20/04/2023	2.1.1.03.001	C	Pagamento de tributos	Ref. 03/2023		1.014,90	453.364,75

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/0002/2024
FLS. 263
Rub.

LANÇAMENTOS DE MAIO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	453.364,75		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	31600	R$ 26.680,39	458.284,36
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
03/05/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 04/2023		R$ 1.000,00	452.364,75
03/05/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 04/2023		R$ 360,64	452.004,12
06/05/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 04/2023		R$ 1.258,56	450.745,56
10/05/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 04/2023		R$ 315,35	450.430,21
10/05/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 04/2023		R$ 1.635,44	448.794,77
10/05/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 04/2023		R$ 218,79	448.575,98
10/05/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 04/2023		R$ 1.258,77	447.317,21
21/05/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 04/2023		R$ 3.145,08	444.172,14
21/05/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 04/2023		R$ 324,68	443.847,46
31/05/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 04/2023		R$ 47,81	443.799,65
31/05/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 04/2023		R$ 85,13	443.714,53
31/05/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 05/2023	31.600,00		475.314,53
31/05/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 05/2023		15.334,10	459.980,42
31/05/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 05/2023		R$ 638,66	459.341,76
20/05/2023	2.1.1.03.001	C	Pagamento de tributos	Ref. 04/2023		R$ 1.057,40	458.284,36

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/11/2024
FLS. 264
Rub.

LANÇAMENTOS DE JUNHO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	458.284,36		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	32.100,00	25.775,15	464.609,21
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
01/06/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 05/2023		R$ 1.000,00	457.284,36
01/06/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 05/2023		R$ 178,90	457.105,46
04/06/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 05/2023		R$ 1.791,28	455.314,18
08/06/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 05/2023		R$ 371,21	454.942,97
08/06/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 05/2023		R$ 1.897,16	453.045,80
11/06/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 05/2023		R$ 52,42	452.993,38
11/06/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 05/2023		R$ 952,54	452.040,84
14/06/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 05/2023		R$ 3.145,08	448.895,77
21/06/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 05/2023		R$ 315,98	448.579,79
30/06/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 05/2023		R$ 53,05	448.526,74
30/06/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 05/2023		R$ 104,52	448.422,22
30/06/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 06/2023	32.100,00		480.522,22
30/06/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 06/2023		15.576,90	464.945,32
30/06/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 06/2023		R$ 336,10	464.609,21

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/202
FLS. 265
Rub.

LANÇAMENTOS DE JULHO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	464.609,21		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	32.650,00	26.044,00	471.215,22
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
01/07/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 06/2023		1.000,00	463.609,21
02/07/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 06/2023		315,45	463.293,76
05/07/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 06/2023		1.477,66	461.816,10
09/07/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 06/2023		315,14	461.500,96
09/07/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 06/2023		1.683,35	459.817,61
12/07/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 06/2023		317,13	459.500,48
12/07/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 06/2023		1.258,98	458.241,51
16/07/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 06/2023		3.145,08	455.096,43
20/07/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 06/2023		326,88	454.769,55
30/07/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 06/2023		64,26	454.705,29
30/07/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 06/2023		74,64	454.630,64
30/07/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 07/2023	32.650,00		487.280,64
30/07/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 07/2023		15.843,70	471.436,95
30/07/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 07/2023		221,73	471.215,22

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS 266
Rub

LANÇAMENTOS DE AGOSTO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	471.215,22		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	32.980,00	26.816,66	477.378,56
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
02/08/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 07/2023		R$ 1.000,00	470.215,22
02/08/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 07/2023		R$ 220,16	469.995,06
06/08/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 07/2023		R$ 2.453,79	467.541,27
10/08/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 07/2023		R$ 350,68	467.190,60
10/08/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 07/2023		R$ 1.615,00	465.575,60
10/08/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 07/2023		R$ 47,18	465.528,42
16/08/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 07/2023		R$ 1.153,20	464.375,23
19/08/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 07/2023		R$ 3.145,08	461.230,15
20/08/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 07/2023		R$ 432,24	460.797,91
31/08/2023	2.3.2.004	D	Pagamento Telefone	Ref. 07/2023		R$ 53,78	460.744,13
31/08/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 07/2023		R$ 120,56	460.623,57
31/08/2023	1.1.1.001	C	Receita Bruta	Ref. 08/2023	32.980,00		493.603,57
31/08/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 08/2023		16.003,80	477.599,76
31/08/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 08/2023		R$ 221,20	477.378,56

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110072024
FLS. 267
Rub.

LANÇAMENTOS DE SETEMBRO							
Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	477.378,56		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	33.130,00	R$ 27.353,00	483.155,56
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
03/09/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 08/2023		R$ 1.000,00	R$ 476.378,56
03/09/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 08/2023		R$ 140,07	R$ 476.238,49
06/09/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 08/2023		R$ 2.059,10	R$ 474.179,39
10/09/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 08/2023		R$ 305,42	R$ 473.873,97
10/09/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 08/2023		R$ 1.802,42	R$ 472.071,54
10/09/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 08/2023		R$ 399,43	R$ 471.672,12
17/09/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 08/2023		R$ 1.520,12	R$ 470.152,00
20/09/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 08/2023		R$ 3.145,08	R$ 467.006,92
20/09/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 08/2023		R$ 389,80	R$ 466.617,12
30/09/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 08/2023		R$ 57,81	R$ 466.559,31
30/09/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 08/2023		R$ 111,19	R$ 466.448,12
30/09/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 09/2023	33.130,00		R$ 499.578,12
30/09/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 09/2023		16.076,70	R$ 483.501,42
30/09/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 09/2023		R$ 345,86	R$ 483.155,56

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao

PEDREIRAS/MA
04/10/2024
FLS. 268
RUB.

LANÇAMENTOS DE OUTUBRO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	483.155,56		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	33.750,00	R$ 26.651,97	R$ 490.253,58
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
03/10/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 09/2023		R$ 1.000,00	482.155,56
03/10/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 09/2023		R$ 241,12	481.914,43
05/10/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 09/2023		R$ 1.614,47	480.299,96
07/10/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 09/2023		R$ 311,15	479.988,81
07/10/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 09/2023		R$ 1.750,76	478.238,05
10/10/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 09/2023		R$ 41,93	478.196,11
10/10/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 09/2023		R$ 1.362,87	476.833,24
10/10/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 09/2023		R$ 3.145,08	473.688,17
17/10/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 09/2023		R$ 429,41	473.258,76
31/10/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 09/2023		R$ 64,63	473.194,13
31/10/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 09/2023		R$ 91,84	473.102,29
31/10/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 10/2023	33.750,00		506.852,29
31/10/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 10/2023		16.377,50	490.474,79
31/10/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 10/2023		R$ 221,20	490.253,58

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110042024
FLS. 269
Rub.

LANÇAMENTOS DE NOVEMBRO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA			Saldo Anterior	R$ 490.253,58		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10			Totais (Entradas /Saídas)	34.500,00	R$ 27.035,39	R$ 497.718,19
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
01/11/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 10/2023		R$ 1.000,00	R$ 489.253,58
02/11/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 10/2023		R$ 171,93	R$ 489.081,65
04/11/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 10/2023		R$ 1.319,61	R$ 487.762,04
07/11/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 10/2023		R$ 372,04	R$ 487.390,00
08/11/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 10/2023		R$ 2.211,83	R$ 485.178,17
09/11/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 10/2023		R$ 52,42	R$ 485.125,75
09/11/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 10/2023		R$ 1.572,54	R$ 483.553,21
11/11/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 10/2023		R$ 3.145,08	R$ 480.408,13
16/11/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 10/2023		R$ 96,60	R$ 480.311,54
30/11/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 10/2023		R$ 53,81	R$ 480.257,73
30/11/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 10/2023		R$ 55,98	R$ 480.201,74
30/11/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 11/2023	34.500,00		R$ 514.701,74
30/11/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 11/2023		16.741,50	R$ 497.960,25
30/11/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 11/2023		R$ 242,06	R$ 497.718,19

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
18.940.621/0001-10 NIRE 21200838561
Rua Abilio Monteiro, 1548-B - Engenho
Pedreiras - Maranhao

PEDREIRAS/MA
Proc 021100021202
FLS. 220
Rub.

LANÇAMENTOS DE DEZEMBRO

Contribuinte	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA		Saldo Anterior	497.718,19		Saldo a Transportar
CPF / CNPJ	18.940.621/0001-10		Totais (Entradas /Saídas)	48.533,45	210.375,26	335.876,38
Data	Contas		Histórico	Complemento	Entrada	Saída	Saldo
01/12/2023	2.3.2.002	C	Serviços Prestados PF	Ref. 11/2023		R$ 1.000,00	496.718,19
02/12/2023	2.4.1.001	D	AUMENTO DE CAPITAL	Ref, 12/2023	-		496.718,19
02/12/2023	3.3.2.008	C	Conserto e Reparos	Ref. 11/2023		R$ 304,44	496.413,75
05/12/2023	3.3.2.007	C	Pagamento de Combustível	Ref. 11/2023		R$ 1.866,08	494.547,67
05/12/2023	2.1.1.009	C	Conta de Energia	Ref. 11/2023		R$ 235,88	494.311,79
06/12/2023	3.3.2.007	C	Manuntenção e Conserv. Veiculo	Ref. 11/2023		R$ 2.521,93	491.789,85
09/12/2023	3.3.2.008	C	Publicidade	Ref. 11/2023		R$ 52,42	491.737,44
09/12/2023	3.3.2.009	C	Serviços Prestados PJ	Ref. 11/2023		R$ 1.153,20	490.584,24
09/12/2023	3.1.1.009	C	Pró-Labore	Ref. 11/2023		R$ 3.145,08	487.439,16
16/12/2023	3.1.1.009	C	Material de Seguranca	Ref. 11/2023		R$ 1.165,78	486.273,39
30/12/2023	2.3.2.004	C	Pagamento Telefone	Ref. 11/2023		R$ 218,06	486.055,33
30/12/2023	2.3.2.011	C	Multas e Juros	Ref. 11/2023		R$ 33,03	486.022,29
30/12/2023	1.1.1.001	D	Receita Bruta	Ref. 12/2023	35.700,00		521.722,29
30/12/2023	3.3.1.001	C	Custo dos Serviços	Ref. 12/2023		17.323,70	504.398,60
30/12/2023	2.1.1.009	C	material de consumo	Ref. 12/2023		R$ 336,52	504.062,07
30/12/2023	2.1.1.01.001	D	Fornecedores a pagar	Ref. 12/2023	11.180,60		515.242,67
30/12/2023	2.1.1.03.001	D	Impostos a Recolher	Ref. 12/2023	1.213,80		516.456,47
30/12/2023	2.1.1.04.001	D	Demais contas a pagar	Ref. 12/2023	439,05		516.895,52
20/12/2023	2.1.1.03.001	C	Pagamento de tributos	Ref. 11/2023		9.057,94	507.837,58
31/12/2023	1.1.1.01.002	C	Depósitos Bancários	Ref. 12/2023		83.061,20	424.776,38
31/12/2023	1.1.2.01.001	C	Vendas a clientes	Ref. 12/2023		88.900,00	335.876,38

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 271
Rub.

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 6

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 14, e serviu para escrituração no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, da empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.

Pedreiras, 31/12/2023

CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
Administrador, Sócio
CPF 001.518.603-27

JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 7069

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110021/2024
Fls. 272
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00151860327	CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
40459632353	JOSE RIBAMAR ALMEIDA COSTA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 29/11/2024 15:00 SOB Nº 20241530008.
PROTOCOLO: 241530008 DE 29/11/2024. NIRE: 21200838561.
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

JUCEMA

ALYNE LOPES REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 29/11/2024
empresafacil.ma.gov.br

PEDREIRAS/MA
Proc.
FLS.
Rub.
PEDREIRAS/MA
Proc. 04110092/2024
FLS. 273
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 31/01/2025 **Nº da certidão:** 12500357910

Data de validade: 31/03/2025 **Código de Validação:** a04b584c01

NOME: C ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA

CNPJ: 18.940.621/0001-10

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

PEDREIRAS/MA
Proc 041/002/2024
FLS 094
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA
Av. Deputado Carlos Melo, Nº 1670 - Aeroporto
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.940.621/0001-10, com sede na Rua Santo Antônio, nº 78-A, Centro, CEP nº 65.727-000 – Trizidela do Vale/MA, prestou serviços de locação de horas de máquina pesada do tipo trator agrícola para atender as necessidades do Município de Trizidela do Vale – MA, conforme Pregão Presencial n° 017/2019.

Registramos, ainda, que as prestações de serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Trizidela do Vale - MA, em 19 de outubro de 2020.

OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE

Antônio Carlos Alves de Araújo
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca
CPF sob n° 239.028.413-20

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA
Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642.5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

Poder Judiciário TJMA. Selo: REOFIR14901315S6XPT2KUUKVK461, 10/06/2021 08:48:41, Ato: 13.17.2, Parte(s): Antonio Carlos Alves da Araujo, Rec Firma Semelhanca, Total R$ 5,12 Emol R$ 4,63 FERC R$ 0,13 FADEP R$ 0,18 FEMP R$ 0,18 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA
Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642.5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

RECONHECIMENTO

Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de:(1)ANTONIO CARLOS ALVES DE ARAUJO

Trizidela do Vale MA, 10 de junho de 2021.

VERA LUCIA ARAUJO SANTANA DE MORAES - Substituta
Emolumentos: R$ 4,63 + FERC: R$ 0,49 = TOTAL: R$ 5,12.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2019
FLS. 275
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Av. Deputado Carlos Melo, Nº 1670 - Aeroporto
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **VELMAQ EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 18.940.621/0001-10, com sede na Rua Santo Antônio, nº 78-A, Centro, CEP: 65.727.000 – Trizidela do Vale/MA, prestou serviços à esta **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA**, CNPJ nº 01.558.070/0001-22, no qual tinha como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETERIA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA, conforme contrato nº 20140015 e 20140016 do PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014.**

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Trizidela do Vale - MA, em 22 de Abril de 2019.

OFICIO UNICO DE TRIZIDELA DO VALE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Srº Edvan Ferreira Matos
CPF: 148.128.783-49

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA
Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642-5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: EOFIR149013PJFQRPBWWX8B6683, 17/06/2021 09:41:04, Ato: 13.17.2, Parte(s): Edvan Ferreira Matos, Rec Firma: Semelhanca. Total R$ 5,12 Emol R$ 4,63 FERC R$ 0,13 FADEP R$ 0,16 FEMP R$ 0,16 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA
Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642-5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

RECONHECIMENTO
Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de:(1)EDVAN FERREIRA MATOS
Trizidela do Vale-MA, 07 de junho de 2021.
ESTHER FERNANDES ABREU - Escrevente
Emolumentos: R$ 4,63 + FERC: R$ 0,49 = TOTAL: R$ 5,12.

PEDREIRAS/MA
Proc 041/002/2021
FLS. 276
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ: 01.612.329/0001-76

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA,** inscrita no **C.N.P.J sob o nº 18.940.621/0001-10**, com sede na Rua Santo Antônio, 78A Centro, Trizidela do Vale – MA, CEP: 65727-000, vem prestando de serviço de locação de veículo leve, para atender as necessidades desta Câmara Municipal, nos termos do Processo Administrativo nº1705001/2021, Ata de Registo de Preço nº2106001/2021, e detém qualificação técnica para tais serviços.

Registramos que a empresa vem prestando o serviço desde do mês de janeiro de 2022 de forma satisfatória, através do contrato administrativo Contrato Administrativo nº0301001/2022, conforme consta anexo a este atestado.

Informamos ainda que a prestação dos serviços acima referido vem apresentando bom desempenho, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Trizidela do Vale – MA, 15 de junho de 2022.

RICARDO EVERTON DE LUCENA PEREIRA
CPF nº 840.834.175-87
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PEDREIRAS/MA
Proc. 041 1002/2024
FLS. 222
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Av. Deputado Carlos Melo, Nº 1670 - Aeroporto
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **VELMAQ EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 18.940.621/0001-10, com sede na Rua Santo Antônio, nº 78-A, Centro, CEP: 65.727.000 – Trizidela do Vale/MA, prestou serviços à esta **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA**, CNPJ nº 01.558.070/0001-22, no qual tinha como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETERIA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA, conforme contrato nº 20140015 e 20140016 do PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014.**

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Trizidela do Vale - MA, em 22 de Abril de 2019.

OFICIO UNICO DE TRIZIDELA DO VALE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Srº Edvan Ferreira Matos
CPF: 148.128.783-49

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA
Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642.5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: 1ECFIR149013PJFORPBWWX865883, 07/06/2021 09:41:04, Ato: 13.17.2, Parte(s): Edvan Ferreira Matos, Rec Firma: Semelhanca, Total R$ 5,12 Emol R$ 4,63 FERC R$ 0,13 FADEP R$ 0,16 FEMP R$ 0,16 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA
Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642.5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

RECONHECIMENTO
Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de:(1)EDVAN FERREIRA MATOS
Trizidela do Vale-MA, 07 de junho de 2021.

ESTHER FERNANDES ABREU - Escrevente
Emolumentos: R$ 4,63 + FERC: R$ 0,49 = TOTAL: R$ 5,12.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002 /2024
FLS. 078
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ: 01.612.329/0001-76

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA,** inscrita no **C.N.P.J sob o nº 18.940.621/0001-10**, com sede na Rua Santo Antônio, 78A Centro, Trizidela do Vale – MA, CEP: 65727-000, prestou o serviço de locação de veículo do tipo passeio, com capacidade de 07 (sete) passageiros, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Trizidela do Vale – MA, através do Processo Administrativo N°0203001/2021, Dispensa Nº006/2021 e detém qualificação técnica para tais serviços.

Registramos que a empresa vem prestando o serviço dês do mês de março de forma satisfatória, através do contrato administrativo **Contrato Nº 0503001/2021**, conforme consta anexo a este atestado.

Informamos ainda que a prestação dos serviços acima referido vem apresentando bom desempenho, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Trizidela do Vale – MA, 07 de junho de 2021.

OFICIO UNICO DE TRIZIDELA DO VALE

Ricardo Everton de L. Pereira:

RICARDO EVERTON DE LUCENA PEREIRA
CPF nº 840.834.175-87
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA
Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642.5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: 1E.CFIR14901308D2RQTJKYXOQA61, 07/06/2021 09:40:26, Ato: 13.17.2, Parte(s): Ricardo Everton de Lucena Pereira, Rec Firma: Semelhanca, Total R$ 5,12 Emol R$ 4,63 FERC R$ 0,13 FADEP R$ 0,18 FEMP R$ 0,18 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA
Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642.5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

RECONHECIMENTO
Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de:(1)RICARDO EVERTON DE LUCENA PEREIRA
Trizidela do Vale/MA, 07 de junho de 2021.

JEFTHER FERNANDES ABREU - Escrevente
Emolumentos: R$ 4,63 + FERC: R$ 0,49 = TOTAL: R$ 5,12.

PEDREIRAS/MA
Proc 041/0002/2024
FLS. 279
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE TRIZIDELA DO VALE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ: 03.157.791/0001-56
Rua Nova, nº 150
Trizidela do Vale-Maranhã,
semedtrizidela

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **C.ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.940.621/0001-10, com sede na Rua Santo Antônio, nº 78-A, centro, CEP nº65.727-00 – Trizidela do Vale/MA** , prestou de serviço de locação de veículo tipo caminhão baú, destinado ao transporte da merenda escolar do município de Trizidela do Vale, conforme Contrato administrativo nº 20200207/2020,processo administrativo nº0111003/2019, Pregão Presencial nº044/2019.

Registramos, ainda que as prestações de serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE

Trizidela do vale – MA, em 19 de Outubro de 2020

Maria Sônia Silva Abreu

FUNDO MAN DES EDUC BÁS VAL PROF EDUCAÇÃO

CNPJ:31.907.632/0001-67

MARIA SÔNIA SILVA ABREU

CPF Nº449.499.953-91

RECONHECIMENTO NO VERSO

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 280

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA

Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642.5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: RECFIR149013Z1WCNH2Z7X6NTW44, 11/06/2021 11:04:06, Ato: 13.17.2, Parte(s): Maria Sonia Silva Abreu, Rec Firma: Semelhanca, Total R$ 5,12 Emol R$ 4,63 FERC R$ 0,13 FADEP R$ 0,18 FEMP R$ 0,18 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO DE TRIZIDELA DO VALE - MA
DR. FREDERICO FARIA

Rua Santo Antônio, nº 49 - Centro
CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale - MA
Fone: (99) 3642.5830
e-mail: cartorio@frederico.adv.br

RECONHECIMENTO

Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de:(1)**MARIA SONIA SILVA ABREU**

Trizidela do Vale-MA, 11 de junho de 2021.

VERA LUCIA ARAUJO SANTANA DE MORAES - Substituta
Emolumentos: R$ 4,63 + FERC: R$ 0,49 = TOTAL: R$ 5,12.

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/202 4
FLS. 081
Rub.

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:	**Protocolo:** MAC2403766130
NIRE 21200838561 **CNPJ 18.940.621/0001-10**	**Situação** ATIVA **Status**
Endereço Completo Rua ABILIO MONTEIRO, Nº 1548, LETRA B, ENGENHO - Pedreiras/MA - CEP 65725-000	

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
223	20241529840	29/11/2024	BALANCO
002	20240040040	12/01/2024	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20240040040	12/01/2024	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20230985971	31/07/2023	BALANCO
002	20221357181	02/12/2022	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20221357181	02/12/2022	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20220250170	24/02/2022	BALANCO
002	20220152772	18/02/2022	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
309	20210788917	09/06/2021	REENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE COMO MICROEMPRESA
223	20210050063	12/01/2021	BALANCO
002	20201200910	28/12/2020	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20200138278	17/02/2020	BALANCO
307	20191309460	20/12/2019	REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE
002	20191272876	09/12/2019	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20191272876	09/12/2019	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
002	20190342013	14/05/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20190312700	02/05/2019	BALANCO
002	20180341405	16/05/2018	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	20160340713	07/07/2016	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20150010761	12/01/2015	BALANCO
223	20140198512	19/03/2014	BALANCO
315	20130684708	19/09/2013	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
090	21200838561	19/09/2013	CONTRATO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 05/12/2024, às 14:16:47 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **AIC3XCGE**.

MAC2403766130

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

PEDREIRAS/MA
Proc. 04111002/2024
FLS. 282
Rub.

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA **NIRE :** 21200838561 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** MAC2403766100
NIRE (Sede) 21200838561	**CNPJ** 18.940.621/0001-10	**Data de Ato Constitutivo** 19/09/2013	**Início de Atividade** 19/09/2013

Endereço Completo
Rua ABILIO MONTEIRO, Nº 1548, LETRA B, ENGENHO - Pedreiras/MA - CEP 65725-000

Objeto Social
LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS OBRAS DE URBANIZACAO RUAS, PRACAS E CALCADAS OBRAS DE TERRAPLENAGEM PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUATRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL LOCACAO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR (CAMINHOES, MAQUINAS PESADAS PARA CONSTRUCOES, MOTOCICLETAS, ONIBUS, TRAILERS, REBOQUE, SEME-REBOQUE E ETC.) ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (RUAS, PRACAS, CALCADAS, DUTOS DE VENTILACAO E DE REFRIGERACAO DE AR E ETC E ETC) CONSTRUCAO DE EDIFICIOS GESTAO DE REDES DE ESGOTO COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA ALUGUEL DE ANDAIMES COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR (GERADOR DE ERNENGIA E ETC) PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOSDEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO OBRAS DE FUNDACOES SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA

Capital Social R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE	001.518.603-27	R$ 400.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE	001.518.603-27	Indeterminado

Último Arquivamento **Data** 29/11/2024	**Número** 20241529840	**Ato/eventos** 223 / 223 - BALANCO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 04/12/2024, às 15:00:30 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **9FGFGIAZ**.

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

PEDREIRAS/MA
Proc 004/002 /202
FLS 283
Rub.

A 3 SERVIÇOS

CNPJn°.35.980.302/0001-58

RECURSO ADMINISTRATIVO

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PREFEITURA MUNICIPAL PEDREIRAS-MA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Objeto: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PEDREIRAS /MA.

A Empresa **A3 SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 35.980.302/0001-58**,
vem à presença de Vossa Senhoria,
apresentar as presentes

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO
Nos termos que passa a expor:

Inicialmente, grifamos que o presente recurso administrativo versa sobre a incorreta aceitação da habilitação das Empresas **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA-18.940.621/0001-10,** PelosSeguintes Motivos,

NÃO CUMPRIU COM ITEM DO EDITAL

- **ITEM DO EDITAL** (9.24.6.2)

- 9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularida-de para com a Fazenda Estadual;

- **NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**

R. 03, Nº 12, resid araguaia, Paço do lumiar – Maranhão – CEP: 65.130-000Fone: (99) 98452-0583
E-mail: t.nevesservicos@gmail.com

PEDREIRAS/MA
Proc. 04/1007/202 4
FLS 284
Rub.

REQUERIMENTO:

Por todo o exposto, e considerando os demais elevados suprimentos de Vossas Senhorias s obre a matéria, se REQUER:

- **O julgamento e declarar desclassificada a empresa concorrente Empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA,** Informa, outrossim, que na hipótese, aindaque remota, de **não Deferimento, TAL DECISÃO**

CERTAMENTE NÃO PROSPERARÁ PERANTE O PODER JUDICIÁRIO, SEM PREJUÍZO DE REPRESENTAÇÃO JUNTOS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO JÁ PREVIAMENTE COMUNICADO.

Com cópia enviado para:

- **1-Tribunal de Constas do Estado do Marahão -TCE**
- **2- Ouvidoria do Mistério Público Estadual**
- **3- Ministério Público Federal .**
- **4- Gaeco**

Paço do lumiar/MA, 03 de janeiro de 2025
Atenciosamente,

THAYNOAN NEVES COSTA:61769376399

Assinado de forma digital por THAYNOAN NEVES COSTA:61769376399
Dados: 2025.02.03 12:36:33 -03'00'

A3 SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº 35.980.302/0001-58
Thaynoan Neves Costa
CPF nº 617.693.763-99

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
FLS. 285
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 06.184.253/0001-49
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0411002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Pregoeiro(a) / Agente de Contratação(a): FRANCISCO FLORÊNCIO DE SOUSA
Data Disputa: 31/01/2025 09:00:00
Critério de julgamento: Menor preço por Item
Lei nº: 14.133/21

Objeto: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

RECORRENTE: A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58, sediada na Rua 03, nº 12, Quadra 04, Loteamento Residencial Araguaia, CEP: 65.130-000 - Paço do lumiar/MA.

O MUNICÍPIO DE PEDREIRAS - MA, por intermédio do Ilmo. Senhor Francisco Florêncio de Sousa, Pregoeiro Municipal, Portaria nº 111/2025-GP, no uso de suas atribuições legais, em especial as definidas Art. 9º, do Decreto Federal nº 3.555/00 vem analisar o recurso apresentado pela licitante A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.

I - DOS FATOS

O início da Sessão para fase de lances e julgamento dos documentos de habilitação foi realizada no dia 31 de janeiro de 2025, às 09:00h, na plataforma LICITANET (http://www.licitanet.com.br/.), logo após foi suspensa a sessão para análise das propostas e documentos de habilitação apresentados, tendo a sessão sido conduzida pelo Ilmo. Sr. Pregoeiro supracitado.

II - DA TEMPESTIVIDADE

A recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58, manifestou tempestivamente a intenção de apresentar recurso em discordância do ato na qual declarou a empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.940.621/0001-10, HABILITADA do referido processo licitatório.

O recurso foi anexado na plataforma de realização de Pregões Eletrônicos LICITANET, devidamente assinado por seu representante, acostado aos autos do processo administrativo em comento, respeitando os prazos previstos no Edital e na legislação Federal.

III - DO RECURSO

Segue abaixo um resumo das devidas razões recursais apresentada pela empresa A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58:

PEDREIRAS/MA
Proc. 041100/2024
FLS. 286
Rub.

Inicialmente, grifamos que o presente recurso administrativo versa sobre a incorreta aceitação da habilitação das Empresas C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA-18.940.621/0001-10, pelos seguintes motivos,

NÃO CUMPRIU COM ITEM DO EDITAL
□ ITEM DO EDITAL (9.24.6.2)

9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

IV – DAS CONTRARRAZÕES
- NÃO HOUVE

V – ESCLARECIMENTO OU IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- NÃO HOUVE

Desse modo, se as empresas não impugnam os termos do edital, presume-se sua aceitação às regras editalícias, na participação do certame, mostrando-se inviável desconsidera-las, de forma casuística, em afronta ao **princípio da isonomia em relação aos demais candidatos que anuíram com o edital e cumpriram suas normas.**

VI - DO MÉRITO
Inicialmente, é importante ressaltar que as decisões tomadas no contexto deste processo estão em perfeita consonância com a legislação vigente, tendo sido observada a submissão aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial aos princípios da igualdade e da **vinculação ao edital do certame**, sob os quais a Lei nº 14.133/2021 dispõe:

> Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um dos alicerces do processo licitatório no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente à luz da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Este princípio assegura que todas as disposições contidas no

edital, que é o documento base de uma licitação, sejam rigorosamente cumpridas tanto pela Administração Pública quanto pelos licitantes.

Segundo a doutrina, o edital funciona como a "lei interna" da licitação. Este entendimento é amplamente aceito por autores como Hely Lopes Meirelles, que enfatiza que o edital é a norma que rege todo o procedimento licitatório, estabelecendo direitos e deveres tanto para os licitantes quanto para a Administração Pública. Qualquer desvio do que foi estabelecido no edital pode comprometer a transparência, a isonomia e a segurança jurídica do processo.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro também reforça esse conceito, destacando que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um dos pilares para a manutenção da moralidade e da legalidade na administração pública. O cumprimento estrito das regras editalícias evita que a Administração Pública aja de maneira discricionária, o que poderia resultar em favorecimentos indevidos ou em prejuízo aos demais participantes do certame.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é, portanto, uma garantia de que a Administração Pública atuará de forma transparente e objetiva. Ele assegura que todos os participantes do certame estão submetidos às mesmas regras e condições, evitando discriminações e favorecimentos. A doutrina é unânime em afirmar que o descumprimento desse princípio não apenas compromete a lisura do processo, mas também pode acarretar em sanções para a Administração e até na anulação da licitação.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é, sem dúvida, um dos mais importantes para a condução de processos licitatórios justos e eficientes. A sua observância garante a previsibilidade, a segurança jurídica e a igualdade entre os concorrentes, valores essenciais para a credibilidade da Administração Pública.

VI – DA DECISÃO

Primeiramente vejamos o que diz o edital:

> 9.24.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:
> 9.24.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
> 9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

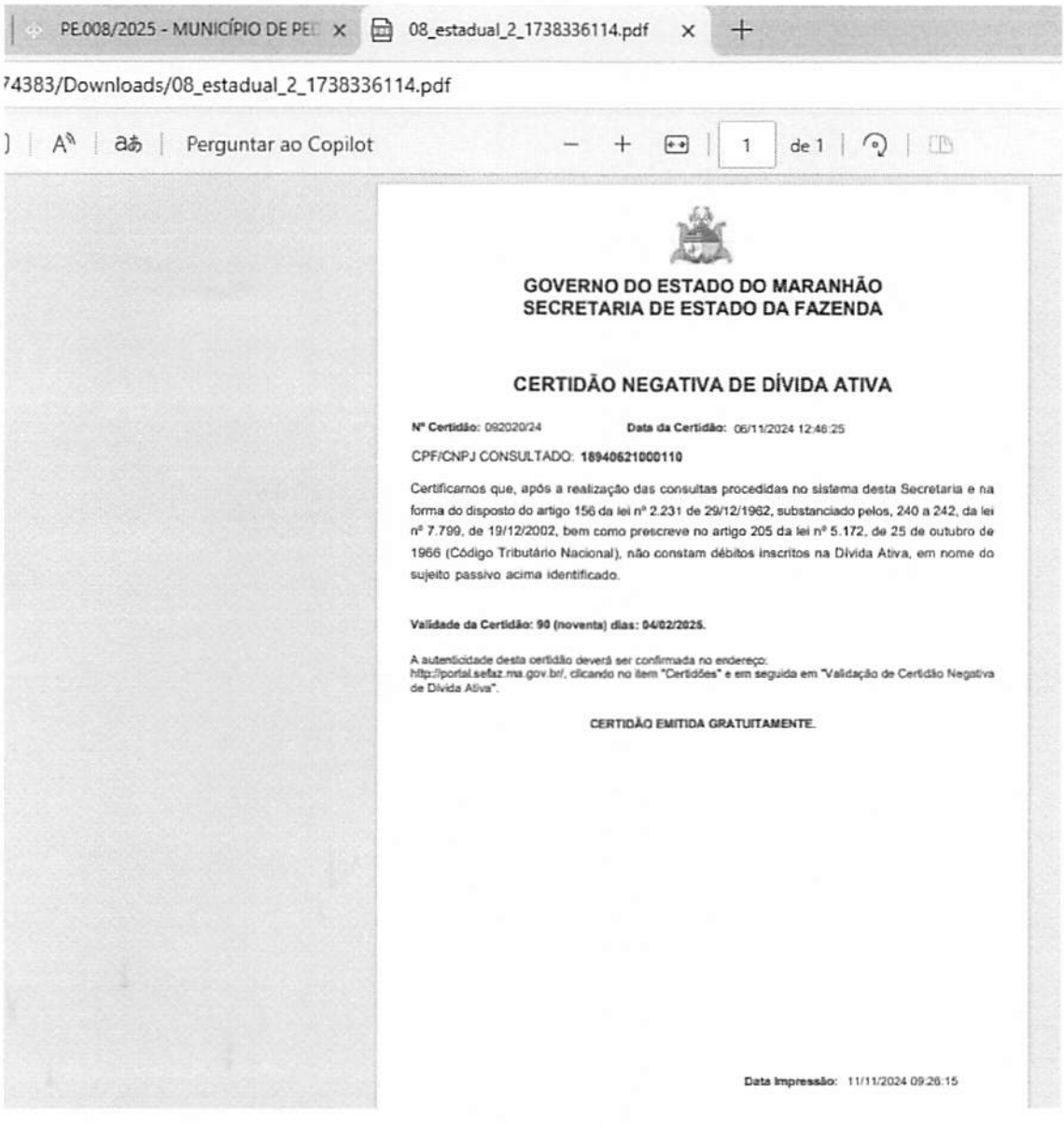
Após análise nos documentos enviados pela empresa ora habilitada, na plataforma, vejamos o seguinte:



Após o download do arquivo, podemos observar que a certidão de fato foi enviada, não havendo motivo para questionamentos, conforme segue:



PEDREIRAS/MA
Proc. 04110024/2024
FLS. 289
Rub.



PE.008/2025 - MUNICÍPIO DE PE... | 08_estadual_2_1738336114.pdf

74383/Downloads/08_estadual_2_1738336114.pdf

Perguntar ao Copilot — 1 de 1

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 092020/24 **Data da Certidão:** 06/11/2024 12:46:25

CPF/CNPJ CONSULTADO: **18940621000110**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 04/02/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 11/11/2024 09:26:15

Ou seja, o documento consta no rol de documentos anexados.

O presente mandamus versa sobre a exigência de características mínimas estabelecidas pelo instrumento convocatório que jamais poderiam ser alteradas. É impossível a execução de um certame sem que seja observado o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. Sem este jamais poderá ser alcançado o Julgamento Objetivo, já que imperará a subjetividade e o animus contrahendi do julgador.

PEDREIRAS/MA
Proc 041100/2024
FLS. 296
Rub.

Pari passu, também será impossível atingir o Princípio Constitucional da Isonomia, que estabelece a igualdade de condições entre os participantes.

Desta forma, diante de todos os argumentos apresentados nas razões não resta dúvida que Sr. Pregoeiro respeitou todos os princípios norteadores da Administração Pública, agindo de boa fé e acertadamente na escolha da proposta mais vantajosa, mantendo assim a empresa C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.940.621/0001-10, **CLASSIFICADA E HABILITADA** no processo licitatório.

VII - DO FUNDAMENTO DA DECISÃO

A igualdade entre os licitantes é, certamente, o princípio primordial da licitação, uma vez que não pode haver procedimento seletivo com discriminação entre participantes.

Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo **CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL** do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.

Diante disso, é dever do Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão, nos termos do § 2º, do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.

Encaminhe-se à autoridade competente para análise e decisão.

Pedreiras (MA), 12 de fevereiro de 2025.

Francisco Florêncio de Sousa
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 111/2025-GP

PEDREIRAS/MA
Proc 0411002/2024
FLS. 291
Rub.

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0411002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Tendo em vista o que consta dos autos, adotamos na integra a decisão proferida pela Pregoeiro desta Pasta, constante da Decisão em Recurso Administrativo e em atendimento ao duplo grau de jurisdição e ao estipulado na Lei nº 14.133/2021 e no edital da licitação em epigrafe.

Ademais, em prestigio aos preceitos administrativos constantes na Lei nº 14.133/2021, dentre os quais destaca-se a princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, até mesmo porque é vedada a adoção de critérios subjetivos no julgamento das propostas.

Nesse contexto, considerando as razões de fato e de direito aqui expendidas, bem como tendo em vista os fundamentos fáticos e legais asseverados pelo Sr. Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA, CONHEÇO o recurso interposto pela empresa RECORRENTE: A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58, sediada na Rua 03, nº 12, Quadra 04, Loteamento Residencial Araguaia, CEP: 65.130-000 - Paço do lumiar/MA, representada pelo Representante Legal, Srº Thaynoan Neves Costa, e no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Pedreiras - MA, 13 de fevereiro de 2025.

Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 005/2025 – GP

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/2024
FLS. 292
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 06.184.253/0001-49
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

JUNTADA DE PROPOSTA FINAL

Junto aos autos do processo licitatório nº 008/2025, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, a **PROPOSTA FINAL** apresentada para o presente certame.

Pedreiras/MA, em 13 de fevereiro de 2025.

Francisco Florêncio de Sousa
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 111/2025-GP

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 293
Rub.

Processo Administrativo nº 0411002/2024
Modalidade: Pregão Eletrônico N° 008/2025
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

PROPOSTA FINAL DA EMPRESA

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA
CNPJ: 18.940.621/0001-10

AL LOCADORA DE VEÍCULOS
Conforto e segurança pra você!
Av. Abílio Monteiro, 1548 B
B. Engenho / Pedreiras-MA
Alugue ▶ 99. 98437-2648
99. 98493-9366

PEDREIRAS/MA
Proc. 011 002/2025
FLS. 294
Rub.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
ANEXO I
PROPOSTA DE PREÇO

AO
PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS/MA
PREFEITURA MUNICIPAL PEDREIRAS/MA
Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro.

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025

Senhor Pregoeiro,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
Razão Social: **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA**
CNPJ: 18.940.621/0001-10
Endereço: Rua Abílio Monteiro, nº 1548 Letra B, Engenho, CEP nº 65.725-000 – Pedreiras/MA
E-mail: al.locadora01@gmail.com

Valor Total da Proposta: **R$ 378.899,88 (Trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).**

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
1	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) – Sem Condutor_	Mês	12	R$ 4.990,00	R$ 59.880,00
2	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 – Sem Condutor_	Mês	12	R$ 4.895,00	R$ 58.740,00
3	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 – Sem Condutor_	Mês	12	R$ 4.900,00	R$ 58.800,00

4	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 – Sem Condutor_	Mês	12	R$ 4.900,00	R$ 58.800,00
5	Locação de 01 (um) veículo tipo strada cabine simples - sem condutor(I)	Mês	12	R$ 3.099,99	R$ 37.199,88
6	Locação de 01 (um) veículo tipo strada cabine simples - sem condutor(II)	Mês	12	R$ 3.990,00	R$ 47.880,00
7	Locação de 01 (um) veículo tipo strada cabine dupla - sem condutor	Mês	12	R$ 4.800,00	R$ 57.600,00
					R$ 378.899,88

PEDREIRAS/MA
Proc. 04110021/2024
FLS. 295
Rub.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

3. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO: 5 DIAS

4. VALIDADE DO OBJETO: CONFORME EDITAL

5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS: CONFORME EDITAL

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: CONFORME EDITAL

7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: CONTA CORRENTE N°. 00003412-1, AGÊNCIA N°. 0767, BANCO CAIXA ECONOMICA, em nome de C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.

8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO: Charles Alexandre Mendes Leite, Portador do RG, sob o n°. 1233705994 SSPE/MA, e CPF n° 001.518.60327, com residência na Travessa José de Freitas, 29, Engenho, Pedreiras/MA, CEP nº 65.725-000.

Pedreiras/MA, 13 de fevereiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
CHARLES ALEXANDRE MENDES LEITE
Data: 13/02/2025 15:47:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA
CNPJ: 18.940.621/0001-10
Charles Alexandre Mendes Leite
CPF n° 001.518.603-27

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
Fls. 296
Rub.
LICITANET

MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 0411002/2024

Vencedor(es) do(s) Item(s)

Fornecedor: C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA - 18.940.621/0001-10

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance	Valor Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
1	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) Sem Condutor	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.990,00	R$ 59.880,00	R$ 6.233,33	R$ 74.799,96	19,94 %	R$ 1.243,33
2	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 Sem Condutor	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.895,00	R$ 58.740,00	R$ 6.019,36	R$ 72.232,32	18,67 %	R$ 1.124,36
3	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 Sem Condutor	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.900,00	R$ 58.800,00	R$ 6.128,77	R$ 73.545,24	20,04 %	R$ 1.228,77
4	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 Sem Condutor	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.900,00	R$ 58.800,00	R$ 6.296,33	R$ 75.555,96	22,17 %	R$ 1.396,33
5	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor(I)	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 3.099,99	R$ 37.199,88	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60	39,21 %	R$ 1.999,81
6	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor(II)	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 3.990,00	R$ 47.880,00	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60	21,76 %	R$ 1.109,80
7	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.800,00	R$ 57.600,00	R$ 5.841,58	R$ 70.098,96	17,83 %	R$ 1.041,58
							Total R$ 378.899,88		**Total Orçado R$ 488.627,64**	**22,46%**	**R$ 109.727,76**

Fornecedor(es) participante(s)

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	**18.940.621/0001-10**	**1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7**	R$ 378.899,88	R$ 488.627,64	22,46%	R$ 109.727,76
Total Geral			**R$ 378.899,88**	**R$ 488.627,64**	**22,46%**	**R$ 109.727,76**

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS. 297
Rub.

MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

PEDREIRAS/MA
Proc. 041100/2024 4
FLS. 208
Rub.
LICITANET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 0411002/2024

Às **09:06:10 horas do dia 31 de Janeiro de 2025** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.**.

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	Microempresa
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	Microempresa
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	Microempresa
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	Microempresa

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
26271	R C PRASERES E CIA LTDA	24660578000132	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.233,33	Classificada	--
10673	A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.125,00	Classificada	--
21893	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.233,00	Classificada	--
40985	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18940621000110	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.233,33	Classificada	--

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 6.233,33	24/01/2025 16:50:09	Classificado
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 6.233,33	29/01/2025 12:15:09	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 6.233,00	30/01/2025 11:41:12	Classificado

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 209
Rub.

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 6.200,00	31/01/2025 09:36:43	Intermediario
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 6.125,00	30/01/2025 19:20:25	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 6.120,00	31/01/2025 09:30:03	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 6.100,00	31/01/2025 09:37:10	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 6.099,00	31/01/2025 09:37:29	Manual
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 6.098,00	31/01/2025 09:37:47	Intermediario
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 6.090,00	31/01/2025 09:37:42	Manual
~~R C PRASERES E CIA LTDA~~	~~24.660.578/0001-32~~	~~R$ 6.089,00~~	~~31/01/2025 09:38:36~~	~~Lance Excluído~~
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.986,30	31/01/2025 09:37:55	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.895,00	31/01/2025 09:38:07	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.800,00	31/01/2025 09:38:31	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.799,00	31/01/2025 09:38:44	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.790,00	31/01/2025 09:39:09	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.789,00	31/01/2025 09:39:17	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.700,00	31/01/2025 09:41:04	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.690,00	31/01/2025 09:41:22	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.689,00	31/01/2025 09:43:02	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.688,00	31/01/2025 09:44:02	Intermediario
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.600,00	31/01/2025 09:43:47	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.599,00	31/01/2025 09:44:11	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.200,00	31/01/2025 09:44:45	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.100,00	31/01/2025 09:45:52	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.090,00	31/01/2025 09:46:09	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.080,00	31/01/2025 09:46:36	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.070,00	31/01/2025 09:47:14	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.060,00	31/01/2025 09:47:20	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.000,00	31/01/2025 09:47:42	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.990,00	31/01/2025 09:49:28	Manual

PEDREIRA/MA
Proc. 041102/2024
FLS. 300
Rub.

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 09:10:02	O **ITEM 1** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	31/01/2025 09:29:20	O **ITEM 1** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 1** será encerrado automaticamente!
	31/01/2025 09:38:53	Sr(a). Condutor(a) do processo, o **fornecedor 26271** solicitou o cancelamento de seu lance no valor de: **R$ 6.089,00**. Pelo motivo abaixo: **Lance inserido incorretamente.**
	31/01/2025 09:39:29	A etapa de envio de lances do **ITEM 1** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	31/01/2025 09:39:41	Fornecedor: **26271**, seu lance no valor de **R$ 6.089,00**, foi cancelado pelo motivo abaixo: **Lance cancelado por motivo de solicitação do Fornecedor.**!
	31/01/2025 09:51:36	A prorrogação automática do **ITEM 1** está encerrada.
	31/01/2025 09:52:32	O **ITEM 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	31/01/2025 10:02:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	31/01/2025 10:07:29	A proposta do fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$4.990,00**.
	31/01/2025 14:30:26	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA-18.940.621/0001-10** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA -18.940.621/0001-10** venceu o **ITEM -1** pelo valor de **R$4.990,00.**
	31/01/2025 14:30:38	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:31:23	O fornecedor **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:32	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:57	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:40:39	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:46:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:56:35	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	13/02/2025 15:16:38	O Recurso/Reconsideração do **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Não enviou o recurso administrativo.*.

PEDREIRAS/MA
PMP 04/11/2024
FLS. 301
Rub.

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 16:14:42	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** *E nada mais havendo a sessão está encerrada.*.

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.990,00
2º	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.000,00
3º	A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.986,30
4º	R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 6.098,00

Recursos do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	31/01/2025 14:31:23		Não enviou o recurso administrativo.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:32		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:57		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
1488	R C PRASERES E CIA LTDA	24660578000132	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.019,36	Classificada	--

PEDREIRAS/MA
Data: 04/10/2024
FLS. 302
Rub.

Propostas Inicias do Item 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
57161	A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.125,00	Classificada	--
63902	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.019,00	Classificada	--
82649	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18940621000110	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.019,36	Classificada	--

Lances do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 6.125,00	30/01/2025 19:20:25	Classificado
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 6.019,36	24/01/2025 16:50:09	Classificado
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 6.019,36	29/01/2025 12:15:09	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 6.019,00	30/01/2025 11:41:12	Classificado
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 6.000,00	31/01/2025 09:37:18	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.999,00	31/01/2025 09:37:36	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.986,30	31/01/2025 09:38:12	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.985,00	31/01/2025 09:38:24	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.800,00	31/01/2025 09:38:37	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.799,00	31/01/2025 09:38:51	Manual
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.798,00	31/01/2025 09:40:54	Intermediario
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.785,60	31/01/2025 09:39:39	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.780,00	31/01/2025 09:40:11	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.495,30	31/01/2025 09:40:52	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.494,00	31/01/2025 09:40:58	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.400,00	31/01/2025 09:41:22	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.399,00	31/01/2025 09:41:30	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.199,00	31/01/2025 09:42:35	Intermediario
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.120,60	31/01/2025 09:41:31	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.119,00	31/01/2025 09:42:47	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.100,00	31/01/2025 09:43:18	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.099,00	31/01/2025 09:43:54	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.095,00	31/01/2025 09:44:17	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.000,00	31/01/2025 09:44:51	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.990,00	31/01/2025 09:45:57	Manual

PEDREIRAS/MA
Proc. 041102/2024
FLS. 303
Rub.

Lances do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.985,00	31/01/2025 09:46:04	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.980,00	31/01/2025 09:46:44	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.960,00	31/01/2025 09:47:20	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.950,00	31/01/2025 09:47:28	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.900,00	31/01/2025 09:47:49	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.895,00	31/01/2025 09:49:39	Manual

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 09:10:02	O **ITEM 2** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	31/01/2025 09:33:30	O **ITEM 2** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 2** será encerrado automaticamente!
	31/01/2025 09:43:38	A etapa de envio de lances do **ITEM 2** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	31/01/2025 09:51:49	A prorrogação automática do **ITEM 2** está encerrada.
	31/01/2025 09:52:32	O **ITEM 2** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	31/01/2025 10:02:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	31/01/2025 10:07:29	A proposta do fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** do **ITEM - 2**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$4.895,00**.
	31/01/2025 14:30:26	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA-18.940.621/0001-10** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA -18.940.621/0001-10** venceu o **ITEM -2** pelo valor de **R$4.895,00.**
	31/01/2025 14:30:38	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:31:23	O fornecedor **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:32	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:57	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:40:39	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:46:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:56:35	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 304
Rub.

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	13/02/2025 15:16:38	O Recurso/Reconsideração do **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Não enviou o recurso administrativo.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 16:14:42	A disputa do **ITEM 2** está encerrada. **Despacho:** *E nada mais havendo a sessão está encerrada.*.

Classificação Final do Item 2

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1°	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.895,00
2°	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.900,00
3°	A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.120,60
4°	R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.798,00

Recursos do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	31/01/2025 14:31:23		Não enviou o recurso administrativo.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:32		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 305
Rub.

Recursos do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:57		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 3

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
69046	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18940621000110	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.128,77	Classificada	--
2212	A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.125,00	Classificada	--
91890	R C PRASERES E CIA LTDA	24660578000132	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.128,77	Classificada	--
17195	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.128,00	Classificada	--

Lances do Item 3

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 6.128,77	24/01/2025 16:50:09	Classificado
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 6.128,77	29/01/2025 12:15:09	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 6.128,00	30/01/2025 11:41:12	Classificado
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 6.125,00	30/01/2025 19:20:25	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 6.120,00	31/01/2025 09:36:27	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 6.000,00	31/01/2025 09:37:22	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.999,00	31/01/2025 09:37:43	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.986,30	31/01/2025 09:38:17	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.985,00	31/01/2025 09:38:31	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.900,00	31/01/2025 09:38:46	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.899,00	31/01/2025 09:38:56	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.785,60	31/01/2025 09:39:43	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.780,00	31/01/2025 09:40:06	Manual
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.779,00	31/01/2025 09:41:32	Intermediario
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.589,00	31/01/2025 09:47:21	Intermediario
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.495,30	31/01/2025 09:40:55	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.494,00	31/01/2025 09:41:05	Manual

PEDREIRAS/MA
PROC. 041002/2024
FLS. 306
Rub.

Lances do Item 3

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.400,00	31/01/2025 09:41:26	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.399,00	31/01/2025 09:41:35	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.120,60	31/01/2025 09:41:45	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.119,00	31/01/2025 09:42:16	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.100,00	31/01/2025 09:43:23	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.985,60	31/01/2025 09:44:35	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.900,00	31/01/2025 09:46:03	Manual

Mensagens do Item 3

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 09:10:02	O **ITEM 3** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	31/01/2025 09:35:28	O **ITEM 3** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 3** será encerrado automaticamente!
	31/01/2025 09:45:38	A etapa de envio de lances do **ITEM 3** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	31/01/2025 09:49:30	A prorrogação automática do **ITEM 3** está encerrada.
	31/01/2025 09:52:32	O **ITEM 3** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	31/01/2025 10:02:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	31/01/2025 10:07:29	A proposta do fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** do **ITEM - 3**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$4.900,00.**
	31/01/2025 14:30:26	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA-18.940.621/0001-10** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA -18.940.621/0001-10** venceu o **ITEM -3** pelo valor de **R$4.900,00.**
	31/01/2025 14:30:38	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:31:23	O fornecedor **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:32	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:57	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:40:39	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:46:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:56:35	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.

PETROBRAS/TA
Proc. 0411002/2024
FLS. 309
Rub.

Mensagens do Item 3

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	13/02/2025 15:16:38	O Recurso/Reconsideração do **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Não enviou o recurso administrativo.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 16:14:42	A disputa do **ITEM 3** está encerrada. **Despacho:** *E nada mais havendo a sessão está encerrada.*.

Classificação Final do Item 3

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.900,00
2º	A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.985,60
3º	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.119,00
4º	R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.589,00

Recursos do Item 3

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	31/01/2025 14:31:23		Não enviou o recurso administrativo.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:32		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

PREFEITURA
Proc. 041002/2024
FLS. 308
Rub.

Recursos do Item 3

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:57		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 4

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
97402	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18940621000110	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.296,33	Classificada	--
83809	A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.125,00	Classificada	--
12532	R C PRASERES E CIA LTDA	24660578000132	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.296,33	Classificada	--
1691	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6.296,00	Classificada	--

Lances do Item 4

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 6.296,33	24/01/2025 16:50:09	Classificado
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 6.296,33	29/01/2025 12:15:09	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 6.296,00	30/01/2025 11:41:12	Classificado
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 6.125,00	30/01/2025 19:20:25	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 6.120,00	31/01/2025 09:36:32	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 6.000,00	31/01/2025 09:37:26	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.999,00	31/01/2025 09:37:49	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.986,30	31/01/2025 09:38:25	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.985,00	31/01/2025 09:38:37	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.900,00	31/01/2025 09:38:54	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.899,00	31/01/2025 09:39:02	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.785,60	31/01/2025 09:39:49	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.780,00	31/01/2025 09:40:01	Manual
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.689,00	31/01/2025 09:47:03	Intermediario
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.495,30	31/01/2025 09:41:00	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.494,00	31/01/2025 09:41:10	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.400,00	31/01/2025 09:41:32	Manual

PMC
Proc 041100/2024
FLS. 309
Rub.

Lances do Item 4

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.399,00	31/01/2025 09:41:42	Intermediario
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.289,00	31/01/2025 09:47:38	Intermediario
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.199,00	31/01/2025 09:41:48	Intermediario
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.120,60	31/01/2025 09:41:40	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.119,00	31/01/2025 09:42:56	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.100,00	31/01/2025 09:43:29	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.985,60	31/01/2025 09:44:40	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.900,00	31/01/2025 09:45:26	Manual

Mensagens do Item 4

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 09:10:02	O **ITEM 4** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	31/01/2025 09:35:28	O **ITEM 4** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 4** será encerrado automaticamente!
	31/01/2025 09:45:38	A etapa de envio de lances do **ITEM 4** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	31/01/2025 09:49:46	A prorrogação automática do **ITEM 4** está encerrada.
	31/01/2025 09:52:32	O **ITEM 4** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	31/01/2025 10:02:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	31/01/2025 10:07:29	A proposta do fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** do **ITEM - 4**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$4.900,00**.
	31/01/2025 14:30:26	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA-18.940.621/0001-10** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA -18.940.621/0001-10** venceu o **ITEM -4** pelo valor de **R$4.900,00.**
	31/01/2025 14:30:38	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:31:23	O fornecedor **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:32	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:57	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:40:39	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:46:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:56:35	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração

PEDREIRAS/MA
Doc. 041002/2024
FLS. 310
Rub.

Mensagens do Item 4

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	13/02/2025 15:16:38	O Recurso/Reconsideração do **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Não enviou o recurso administrativo.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 16:14:42	A disputa do **ITEM 4** está encerrada. **Despacho:** *E nada mais havendo a sessão está encerrada.*.

Classificação Final do Item 4

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.900,00
2º	A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.985,60
3º	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.119,00
4º	R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.289,00

Recursos do Item 4

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	31/01/2025 14:31:23		Não enviou o recurso administrativo.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:32		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 317
Rub.

Recursos do Item 4

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:57		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 5

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
61238	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.099,00	Classificada	--
19141	A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.050,00	Classificada	--
85584	R C PRASERES E CIA LTDA	24660578000132	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.099,80	Classificada	--
48808	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18940621000110	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.099,80	Classificada	--

Lances do Item 5

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.099,80	24/01/2025 16:50:09	Classificado
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.099,80	29/01/2025 12:15:09	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.099,00	30/01/2025 11:41:12	Classificado
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.050,00	30/01/2025 19:20:25	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.000,00	31/01/2025 09:36:39	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.985,60	31/01/2025 09:39:15	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.984,00	31/01/2025 09:39:50	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.685,30	31/01/2025 09:42:17	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.500,00	31/01/2025 09:43:09	Manual
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 4.459,00	31/01/2025 09:46:38	Intermediario
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.400,00	31/01/2025 09:43:34	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.399,00	31/01/2025 09:44:33	Intermediario
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.260,30	31/01/2025 09:44:13	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.000,00	31/01/2025 09:44:20	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 3.099,99	31/01/2025 09:44:42	Manual

PEDREIRAS/MA
Proc 041100 2025
FLS. 312
Rub.

Mensagens do Item 5

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 09:10:02	O **ITEM 5** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	31/01/2025 09:35:28	O **ITEM 5** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 5** será encerrado automaticamente!
	31/01/2025 09:45:38	A etapa de envio de lances do **ITEM 5** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	31/01/2025 09:48:46	A prorrogação automática do **ITEM 5** está encerrada.
	31/01/2025 09:52:32	O **ITEM 5** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	31/01/2025 10:02:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	31/01/2025 10:07:29	A proposta do fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** do **ITEM - 5**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$3.099,99**.
	31/01/2025 14:30:26	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA-18.940.621/0001-10** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA -18.940.621/0001-10** venceu o **ITEM -5** pelo valor de **R$3.099,99.**
	31/01/2025 14:30:38	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:31:23	O fornecedor **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:32	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:57	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:40:39	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:46:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:56:35	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	13/02/2025 15:16:38	O Recurso/Reconsideração do **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Não enviou o recurso administrativo.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.

PEDREIRAS/MA
Proc 041002/2024
FLS. 313
Rub.

Mensagens do Item 5

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 16:14:42	A disputa do **ITEM 5** está encerrada. **Despacho:** *E nada mais havendo a sessão está encerrada.*.

Classificação Final do Item 5

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 3.099,99
2º	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.000,00
3º	A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.260,30
4º	R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 4.459,00

Recursos do Item 5

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	31/01/2025 14:31:23		Não enviou o recurso administrativo.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:32		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:57		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 6

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
36239	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.099,00	Classificada	--
77176	R C PRASERES E CIA LTDA	24660578000132	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.099,80	Classificada	--
76811	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18940621000110	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.099,80	Classificada	--
74410	A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.050,00	Classificada	--

PEDREIRAS/MA
Proc. 041100/2024
FLS. 314
Rub.

Lances do Item 6

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.099,80	24/01/2025 16:50:09	Classificado
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.099,80	29/01/2025 12:15:09	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.099,00	30/01/2025 11:41:12	Classificado
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.050,00	30/01/2025 19:20:25	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.000,00	31/01/2025 09:36:44	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.985,60	31/01/2025 09:39:11	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.984,00	31/01/2025 09:39:56	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.685,30	31/01/2025 09:42:10	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.500,00	31/01/2025 09:43:14	Manual
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 4.459,00	31/01/2025 09:45:52	Intermediario
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.400,00	31/01/2025 09:43:44	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.260,30	31/01/2025 09:44:09	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.000,00	31/01/2025 09:44:29	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 3.990,00	31/01/2025 09:45:17	Manual

Mensagens do Item 6

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 09:10:02	O **ITEM 6** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	31/01/2025 09:35:28	O **ITEM 6** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 6** será encerrado automaticamente!
	31/01/2025 09:45:38	A etapa de envio de lances do **ITEM 6** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	31/01/2025 09:47:59	A prorrogação automática do **ITEM 6** está encerrada.
	31/01/2025 09:52:32	O **ITEM 6** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	31/01/2025 10:02:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	31/01/2025 10:07:29	A proposta do fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** do **ITEM - 6**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$3.990,00**.
	31/01/2025 14:30:26	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA-18.940.621/0001-10** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA -18.940.621/0001-10** venceu o **ITEM -6** pelo valor de **R$3.990,00.**
	31/01/2025 14:30:38	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:31:23	O fornecedor **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração

PEDREIRAS/MA
Proc. 041/002/2025 4
FLS. 315
Rub.

Mensagens do Item 6

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 14:31:32	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:57	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:40:39	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:46:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:56:35	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	13/02/2025 15:16:38	O Recurso/Reconsideração do **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Não enviou o recurso administrativo.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 16:14:42	A disputa do **ITEM 6** está encerrada. **Despacho:** *E nada mais havendo a sessão está encerrada.*.

Classificação Final do Item 6

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 3.990,00
2º	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.000,00
3º	A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 4.260,30
4º	R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 4.459,00

PEDREIRAS/MA
Doc. 0411002/2024
FLS. 316
Rub.

Recursos do Item 6

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	31/01/2025 14:31:23		Não enviou o recurso administrativo.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:32		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:57		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 7

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
5142	R C PRASERES E CIA LTDA	24660578000132	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.841,58	Classificada	--
90768	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.841,00	Classificada	--
38823	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18940621000110	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.841,58	Classificada	--
4040	A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.800,00	Classificada	--

Lances do Item 7

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.841,58	24/01/2025 16:50:09	Classificado
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.841,58	29/01/2025 12:15:09	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.841,00	30/01/2025 11:41:12	Classificado
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.800,00	30/01/2025 19:20:25	Classificado
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.790,00	31/01/2025 09:36:51	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.785,60	31/01/2025 09:40:05	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.780,00	31/01/2025 09:40:22	Manual
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.495,30	31/01/2025 09:40:43	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.494,00	31/01/2025 09:40:51	Manual
R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.339,90	31/01/2025 09:45:10	Intermediario

PEDREIRAS/MA
Proc 041102/2024
FLS. 317
Rub.

Lances do Item 7

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.199,00	31/01/2025 09:41:52	Intermediario
A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.120,60	31/01/2025 09:41:25	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 5.100,00	31/01/2025 09:43:20	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 5.000,00	31/01/2025 09:43:49	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.950,00	31/01/2025 09:44:36	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.900,00	31/01/2025 09:45:02	Manual
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.880,00	31/01/2025 09:45:08	Manual
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.800,00	31/01/2025 09:46:23	Manual

Mensagens do Item 7

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 09:10:02	O **ITEM 7** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	31/01/2025 09:35:28	O **ITEM 7** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 7** será encerrado automaticamente!
	31/01/2025 09:45:38	A etapa de envio de lances do **ITEM 7** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	31/01/2025 09:48:34	A prorrogação automática do **ITEM 7** está encerrada.
	31/01/2025 09:52:32	O **ITEM 7** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	31/01/2025 10:02:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	31/01/2025 10:07:29	A proposta do fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** do **ITEM - 7**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$4.800,00**.
	31/01/2025 14:30:26	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA-18.940.621/0001-10** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA -18.940.621/0001-10** venceu o **ITEM -7** pelo valor de **R$4.800,00.**
	31/01/2025 14:30:38	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:31:23	O fornecedor **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:32	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:31:57	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:40:39	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	31/01/2025 14:46:32	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	31/01/2025 14:56:35	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração

PEDREIRAS/MA
Proc 041102/2024
FLS. 318
Rub.

Mensagens do Item 7

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	31/01/2025 14:59:09	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **A3 SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *Prazo aberto para apresentação de recurso e contrarrazões.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **05/02/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **10/02/2025**.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	03/02/2025 12:37:37	O fornecedor **A3 SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_pe0008_1738597057.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	13/02/2025 15:16:38	O Recurso/Reconsideração do **GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Não enviou o recurso administrativo.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 15:18:02	O Recurso/Reconsideração do **A3 SERVICOS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.*.
	13/02/2025 16:14:42	A disputa do **ITEM 7** está encerrada. **Despacho:** *E nada mais havendo a sessão está encerrada.*.

Classificação Final do Item 7

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1°	C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA	18.940.621/0001-10	R$ 4.800,00
2°	GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43.722.532/0001-45	R$ 4.880,00
3°	A3 SERVICOS LTDA	35.980.302/0001-58	R$ 5.120,60
4°	R C PRASERES E CIA LTDA	24.660.578/0001-32	R$ 5.339,90

Recursos do Item 7

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
GEIVISON BARBOSA DOS SANTOS LTDA	43722532000145	31/01/2025 14:31:23		Não enviou o recurso administrativo.	Indeferido
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:32		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

PEDREIRA/MA
Proc. 041/002/2025
FLS. 319
Rub.

Recursos do Item 7

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
A3 SERVICOS LTDA	35980302000158	31/01/2025 14:31:57		Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, manifestamos pelo CONHECIMENTO e INDEFERIMENTO TOTAL do recurso formulado pela recorrente A3 SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.302/0001-58.	Indeferido

Mensagens Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 09:06:10	Bom dia a todos.
	31/01/2025 09:29:20	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1** às **09:29:20**
	31/01/2025 09:33:30	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **2** às **09:33:30**
	31/01/2025 09:35:28	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **3, 4, 5, 6, 7** às **09:35:28**
	31/01/2025 10:14:10	Como requisito de pré-habilitação, passaremos a análise da garantia, conforme previsto no item 9.22.1. do edital.
	31/01/2025 10:33:16	Após consulta da apólice no site da seguradora, verificamos que a garantia apresentada é autêntica.
	31/01/2025 10:34:00	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **31/01/2025 10:33:00hs** até o dia **31/01/2025 12:35:00hs** para o(s) fornecedor(es): C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
	31/01/2025 10:34:25	Prazo aberto para apresentação dos documentos de habilitação.
	31/01/2025 12:06:46	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** al_locadora_008_2025_prefeitura_1738336006.zip no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 12_ficha_cadastral_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 15_falencia_31_03_2025_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 07_estadual_1_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 10_municipal_2_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 10_municipal_4_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 10_municipal_3_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 09_municipal_1_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 08_estadual_2_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 13_balanco_2022_1_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 05_fgts_1_1738336114.pdf no habilitanet.

PREFEITURA
Proc. 041100 2025 4
FLS. 320
Rub.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** especifica_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** simplificada_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 03_qsa_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 04_federal261124_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 06_trabalhista_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 05_fgts_2_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:34	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 03_cnpj_2_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 01_cnh_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 16_atestado_trizidela_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 17_atestado_de_capacidade_trizidela_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 11_alvara2025_1738336114.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 14_balanco_2023_1_1738336115.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 14_balanco_2023_0_1738336115.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 13_balanco_2022_2_1738336115.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 02_setima_alteracao_al_1738336115.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 14_balanco_2023_2_1738336115.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 13_balanco_2022_0_1738336115.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:08:35	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** 18_atestado_de_capacidades_camara_1738336115.pdf no habilitanet.
	31/01/2025 12:35:01	O prazo para o fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
	31/01/2025 12:35:25	Neste momento, passaremos a análise dos documentos apresentados.
	31/01/2025 14:11:15	Boa tarde a todos.
	31/01/2025 15:00:14	Tenham todos uma boa tarde.
	11/02/2025 09:19:01	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 008/2025 foi **SUSPENSO**. Motivo: Decisão da fase recursal.. A **REABERTURA** será no dia 12/02/2025 14:30 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
	12/02/2025 14:41:47	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 008/2025 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.

PEDREIRAS/MA
PROC. 041/002/2025 4
FLS. 321
Rub.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	12/02/2025 14:42:28	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 008/2025 foi **SUSPENSO**. Motivo: Recurso ainda em análise.. A **REABERTURA** será no dia 13/02/2025 14:30 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
	13/02/2025 14:46:01	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 008/2025 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
	13/02/2025 14:46:12	Boa tarde a todos.
	13/02/2025 15:15:16	O **CONDUTOR DO PROCESSO** acabou **ENVIAR** o arquivo decisao_pe_008_1739470516.pdf do processo, o mesmo fica disponivel para ser baixado através da opção 'Baixar Documentos' ao lado esquerdo no menu 'Documentos'.
	13/02/2025 15:21:06	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - **PROPOSTA FINAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **13/02/2025 15:22:00hs** até o dia **13/02/2025 17:25:00hs** para o(s) fornecedor(es): C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA.
	13/02/2025 15:21:23	Prazo para envio da proposta final.
	13/02/2025 16:00:22	O fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** acabou de **ENVIAR** adequada_pedreiras_008_2025_assinado_1_1739473222.pdf no proposta final.
	13/02/2025 16:13:40	O prazo de envio da proposta final para o fornecedor **C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA** foi *encerrado* pelo motivo:**proposta enviada no prazo.** pelo **Pregoeiro(a)**!.
	13/02/2025 16:14:16	E nada mais havendo a sessão está encerrada.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **16:14:42 horas do dia 13 de Fevereiro de 2025** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

FRANCISCO FLORÊNCIO DE SOUSA
Pregoeiro(a) Oficial

Ana Karoline Bezerra Matos Pacheco
ANA KAROLINE BEZERRA MATOS PACHECO
Equipe de Apoio

Hellen Valeska Figueredo Lima
HELLEN VALESKA FIGUEREDO LIMA
Equipe de Apoio

Autenticação: AC4AB15FF32A4AEDA5A6C68CC0DFE8C7

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/2024
FLS. 322
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 06.184.253/0001-49
Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br/

DESPACHO A AUTORIDADE COMPETENTE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Ao Senhor
Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

Submetemos a elevada consideração de Vossa Senhoria o resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 008/2025, objetivando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.

Abalizado na(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) empresa(s) habilitada(s) conforme Ata e mapa comparativo, solicitamos a Vossa Excelência, análise e possível ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do resultado desta licitação a(s) licitante(s) vencedora(s), por ter sido avaliada e julgada como vantajosa para a Administração, conforme segue:

Fornecedor: C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA- 18.940.621/0001-10					
ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL
1	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) Sem Condutor	R$ 4.990,00	R$ 59.880,00
2	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 Sem Condutor	R$ 4.895,00	R$ 58.740,00
3	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 Sem Condutor	R$ 4.900,00	R$ 58.800,00
4	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 Sem Condutor	R$ 4.900,00	R$ 58.800,00
5	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor(I)	R$ 3.099,99	R$ 37.199,88
6	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor(II)	R$ 3.990,00	R$ 47.880,00
7	12,00	Mês	Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor	R$ 4.800,00	R$ 57.600,00

Empresa vencedora do certame:
C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, inscrita no CNPJ n° 18.940.621/0001-10, sediada na Rua Abílio Monteiro, nº 1548 Letra B, Engenho, CEP nº 65.725-000 – Pedreiras/MA, vencedora do certame no valor total de R$ 378.899,88 (Trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos),

Pedreiras/MA, 13 de fevereiro de 2025.

Francisco Florêncio de Sousa
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 111/2025-GP

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411002/2024
FLS. 323
Rub.
LICITANET

MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 0411002/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) SECRETÁRIO(A) do(a) MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 008/2025 referente à *Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.*, que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA - 18.940.621/0001-10

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R$
1	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.990,00	R$ 59.880,0000	R$ 6.233,33	R$ 74.799,96	19,9464 %	R$ 1.243,33
Descrição: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) Sem Condutor										
2	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.895,00	R$ 58.740,0000	R$ 6.019,36	R$ 72.232,32	18,6790 %	R$ 1.124,36
Descrição: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 Sem Condutor										
3	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.900,00	R$ 58.800,0000	R$ 6.128,77	R$ 73.545,24	20,0492 %	R$ 1.228,77
Descrição: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 Sem Condutor										
4	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.900,00	R$ 58.800,0000	R$ 6.296,33	R$ 75.555,96	22,1768 %	R$ 1.396,33
Descrição: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 Sem Condutor										
5	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 3.099,99	R$ 37.199,8800	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60	39,2134 %	R$ 1.999,81
Descrição: Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor(I)										
6	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 3.990,00	R$ 47.880,0000	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60	21,7616 %	R$ 1.109,80
Descrição: Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor(II)										
7	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.800,00	R$ 57.600,0000	R$ 5.841,58	R$ 70.098,96	17,8304 %	R$ 1.041,58
Descrição: Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor										

Subtotal Adjudicado: R$	Subtotal Orçado: R$		
378.899,88	488.627,64	22,4563 %	R$ 109.727,76

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 378.899,88	R$ 488.627,64	22,4563 %	109.727,76

PEDREIRAS/MA
Proc. /202
FLS.
Rub.

Pedreiras - Maranhão, 17 de Fevereiro de 2025

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
SECRETÁRIO(A)

PEDREIRAS/MA
Proc. 041002/202
FLS. 324
Rub.

MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 0411002/2024

PREFEITURA DE PEDREIRAS
Proc. 0411002/2024
Fls. 325
Rub.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) SECRETÁRIO(A), HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA.*

Fornecedor : C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA - 18.940.621/0001-10

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
1	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.990,00	R$ 59.880,00	R$ 6.233,33	R$ 74.799,96	19,94	R$ 1.243,33
Descrição: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 (carroceria de madeira) Sem Condutor										
2	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.895,00	R$ 58.740,00	R$ 6.019,36	R$ 72.232,32	18,67	R$ 1.124,36
Descrição: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x2 Sem Condutor										
3	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.900,00	R$ 58.800,00	R$ 6.128,77	R$ 73.545,24	20,04	R$ 1.228,77
Descrição: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine simples 4x4 Sem Condutor										
4	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.900,00	R$ 58.800,00	R$ 6.296,33	R$ 75.555,96	22,17	R$ 1.396,33
Descrição: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhonete cabine dupla 4x4 Sem Condutor										
5	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 3.099,99	R$ 37.199,88	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60	39,21	R$ 1.999,81
Descrição: Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor(I)										
6	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 3.990,00	R$ 47.880,00	R$ 5.099,80	R$ 61.197,60	21,76	R$ 1.109,80
Descrição: Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine simples - sem condutor(II)										
7	12,00	Mês	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.800,00	R$ 57.600,00	R$ 5.841,58	R$ 70.098,96	17,83	R$ 1.041,58
Descrição: Locação de 01 (um) veiculo tipo strada cabine dupla - sem condutor										
						Subtotal Adjudicado R$ 378.899,88		Subtotal Orçado: R$ 488.627,64	22,4563 %	R$ 109.727,76

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 378.899,88	R$ 488.627,64	22,4563 %	109.727,76

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Pedreiras-MA , 17 de Fevereiro de 2025

MARCOS BRUNIERI DE FREITAS
SECRETÁRIO(A)

PEDREIRAS - MA
Proc. 041100
FLS. 326
Rub.

PEDREIRAS/MA
Proc. 04111002/202 4
FLS. 327
Rub.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGAO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Após analisar as propostas de preços e documentos de habilitação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2025, objetivando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA, e em conformidade com os anexos do edital, a autoridade competente no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado apresentado no processo licitatório supracitado, resolve ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR a licitação, a empresa: C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, inscrita no CNPJ n° 18.940.621/0001-10, sediada na Rua Abílio Monteiro, nº 1548 Letra B, Engenho, CEP nº 65.725-000 – Pedreiras/MA, vencedora do certame no valor total de R$ 378.899,88 (Trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), nos termos da Lei nº. 14.133/21, suas alterações posteriores e demais normas pertinentes.

Pedreiras - MA, 17 de fevereiro de 2025.

Marcos Brunieri de Freitas
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Portaria nº 005/2025 – GP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PORTARIAS - CONCEDER: 17/2025

PORTARIA Nº 17/2025.

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Pedreiras– MA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela lei orgânica do município.

RESOLVE:

I — Conceder ao Sr. Francisco Gomes da Silva Junior, Motorista, portador do CPF nº 001.349.643-30 e RG nº 177343720015, o valor de R$ 120,00 (cento e vinte reais), equivalente a 01 (uma) diária, para custear despesas de viagem a São Luis-MA, no dia 13 de Fevereiro de 2025, onde irá transportar paciente, para o Hospital Dutra, Localizado na R. Barão de Itapari, 227 - Centro, São Luis - MA.

II — Os recursos orçamentários necessários ao custeio das despesas constantes do item I serão oriundos da seguinte dotação orçamentária: 10 122 0002 2.058 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GARANTIR O FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, elemento de despesa: 3.3.90.14.00 DIÁRIA - CIVIL, e os recursos financeiros correrão à conta da fonte de recurso 1500100200 RECEITA DE IMPOSTO E TRANS. - SAÚDE.

III — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS – MA, 13 de Fevereiro de 2025.

PEDREIRAS/MA
Proc. 0411007/202 4
FLS. 328
Rub.

Arilene Bezerra Oliveira Leitão
Secretária Municipal de Saúde –
Portaria nº 104/2025-GP

FUNDAÇÃO PEDREIRENSE DE CULTURA E TURISMO - LICITAÇÕES - TERMO DE ADESÃO: 001/2025

TERMO DE ADESÃO Nº 001/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2101001/2025. ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2024. ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Bom Jardim/MA. O MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA, através da FUNDAÇÃO PEDREIRENSE DE CULTURA E TURISMO – FUP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.964.239/0001-32, com sede na Rua Manoel Trindade, s/nº, Centro, CEP: 65.725-000 – Pedreiras/MA, neste ato representado pelo(a) Ordenador de Despesa, Sr. Wescley Brito da Silva, Presidente da FUP, Portaria nº 115/2025 – GP, no uso de suas atribuições legais, torna público que CONSIDERANDO a solicitação de despesa para a Contratação de empresa para prestação de serviços, organização e realização de eventos, para atender as demandas da Fundação Pedreirense de Cultura e Turismo do Município de Pedreiras/MA, através de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 014/2024 do Município de Bom Jardim/MA; CONSIDERANDO a Autorização de Adesão emitida pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Bom Jardim/MA (Órgão Gerenciador da ata); Considerando que a detentora se dispõem a atender nossas necessidades; CONSIDERANDO o TERMO DE ACEITE da empresa M M DOS SANTOS ENTRETENIMENTO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.253.706/0001-66, sediada na Rua das Laranjeiras, 1177, Sala G5, Bairro Vila Militar, CEP: 65306-305 - Santa Inês – MA; Sendo assim, autorizo a realização da DESPESA e determinando o respectivo CONTRATO. Pedreiras – MA, em 17 de fevereiro de 2025. Wescley Brito da Silva – Presidente da FUP/Portaria nº 115/2025 – GP.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - LICITAÇÕES - AVISO DE ADJUDICAÇÃO. : 008/2025

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. PREGAO ELETRÔNICO Nº 008/2025. Após analisar as propostas de preços e documentos de habilitação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2025, objetivando o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos tipo caminhonetes, destinados a suprir as necessidades do Município de Pedreiras/MA, e em conformidade com os anexos do edital, a autoridade competente no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado apresentado no processo licitatório supracitado, resolve ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR a licitação, a empresa: C. ALEXANDRE MENDES LEITE LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.940.621/0001-10, sediada na Rua Abílio Monteiro, nº 1548 Letra B, Engenho, CEP nº 65.725-000 – Pedreiras/MA, vencedora do certame no valor total de R$ 378.899,88 (Trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), nos termos da Lei nº. 14.133/21, suas alterações posteriores e demais normas pertinentes. Pedreiras - MA, 17 de fevereiro de 2025. Marcos Brunieri de Freitas - Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - Portaria nº 005/2025 – GP.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - LICITAÇÕES - RESENHA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS : 20250188/2025

RESENHA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20250188/2025. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 009/2025. OBJETO: Registro de Preços, para futura, eventual e parcelada contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhão tipo munck, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pedreiras – MA. PARTES: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo de Pedreiras/MA (Órgão Gerenciador), e a empresa R. T. DA SILVA SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.032.758/0001-30, situada na Avenida Zé da Preta, s/n, Sala 01, bairro São José, CEP 65.727-000 - Trizidela do vale/MA. VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 538.000,00 (Quinhentos e trinta e oito mil reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regido pela Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal nº 14.770/2023, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2017, Decreto Federal nº 11.462/2023 (SRP). PRAZO DE VALIDADE DA

José Anderson da Silva Lima - CPF: ***.389.343-** - Data: 17/02/2025 - IP com nº: 192.168.100.101
Autenticação em: www.pedreiras.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2348